

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

A CRUZ E O COMPASSO:
O CONFLITO ENTRE IGREJA CATÓLICA E
MAÇONARIA NO CONTEXTO DA REFORMA
CATÓLICA ULTRAMONTANA EM JUIZ DE FORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciência da Religião por GIANE DE SOUZA CASTRO

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Helena Domingues

Juiz de Fora
2008

Dissertação defendida e aprovada, em 17/04/2008, pela banca constituída por:

Presidente: Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata

Titular: Prof. Dr. Riolando Azzi

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Helena Domingues

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse Mestrado, a realização de minhas pesquisas e a elaboração dessa dissertação não seriam possíveis sem a participação de algumas pessoas muito especiais, a quem eu gostaria de deixar os meus mais sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, começo agradecendo a Deus por ter estado sempre ao meu lado em todos os momentos, bons ou ruins, tristes ou alegres. Obrigada, Senhor, por ter me dado forças para seguir em frente, mesmo passando por momentos tão difíceis e tristes no ano passado.

À minha mãe Angela (*in memoriam*) pelo carinho, incentivo, compreensão e por seu amor incondicional nos momentos em que estive ao meu lado. Tenho certeza que onde quer que ela esteja, estará feliz com essa conquista.

Ao meu pai, por seu amor, carinho e por seus constantes esforços e incentivos para que eu concluísse esse curso. Agradeço-lhe também por respeitar e compreender minhas escolhas.

Aos meus irmãos, Ludmila, Gisele e Estevão, e ao meu sobrinho Lucas, pelo carinho e compreensão nos momentos em que não lhes pude dar mais atenção. Em especial, à minha irmã Gisele pelas dicas e sugestões ao meu trabalho.

Ao meu namorado Luis Augusto, meu porto seguro em todos os momentos, obrigada por estar sempre ao meu lado, com seu amor, carinho e compreensão.

À Tia Arabela, Tia Lucila, Tia Teteca, Soeli, Valesca, Lucila e demais familiares e amigos, por estarem sempre de prontidão com palavras de incentivo.

À minha grande amiga Kelly pelo carinho, estímulo e por escrever com tanta dedicação os meus resumos em inglês.

À minha orientadora, Profa. Dra. Beatriz Helena Domingues, pelo apoio, por suas dicas e sugestões ao meu trabalho, por ter compreendido minhas ausências e pelas palavras de conforto e amizade.

Ao Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata por se mostrar sempre tão acessível, pelo apoio dado às minhas pesquisas desde a época da graduação e pelas críticas e sugestões feitas durante o Exame de Qualificação.

Aos professores e colegas do meu programa de mestrado pela amizade e companheirismo. Em especial, ao Prof. Dr. Fabiano Fernandez por suas dicas e

comentários ao meu trabalho, responsáveis pelo amadurecimento de minha pesquisa, e à amiga Kelly Cristina Teixeira, colega de turma e amiga de todas as horas.

Ao Antônio, secretário do PPCIR, por estar sempre pronto a responder minhas dúvidas e a ajudar no que fosse necessário.

À Érica, bibliotecária do Seminário Santo Antônio, por ter me ajudado a encontrar diversos livros e pelo excelente atendimento que sempre me dispensou.

Aos membros da Loja Maçônica Fidelidade Mineira, em especial ao Sr. Wilson Tatton Ramos (Venerável Mestre no ano de 2006) e ao Sr. Vanderlei Geraldo de Assis (atual Venerável) por me receberem com tanto carinho e por terem me dado acesso aos documentos do Museu Maçônico da Fidelidade Mineira. Ao Robert e a D. Ana, funcionários da loja, sempre dispostos a me ajudar.

Ao PPCIR, por ter me concedido uma bolsa de monitoria no ano de 2006 e, por último, ao Cnpq, pela concessão de uma bolsa no ano de 2007. Ambas foram fundamentais para que pudesse me dedicar exclusivamente à realização desta pesquisa.

Para minha mãe querida,
sempre presente em minhas recordações.

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: NO COMPASSO DA SOCIABILIDADE	26
1. A sociabilidade maçônica em território mineiro	26
2. A sociabilidade maçônica em Juiz de Fora	31
3. Sociabilidade católica em Juiz de Fora.....	45
CAPÍTULO 2: O DISCURSO CATÓLICO CONTRA	56
A MAÇONARIA.....	56
1. A reação católico-conservadora contra as idéias liberais e cientificistas	56
2. A Romanização e a perseguição aos “Erros Modernos”	65
3. A Reforma Ultramontana no Brasil e em Juiz de Fora.....	73
4. A visão anti-maçônica da diocese de Juiz de Fora	83
CAPÍTULO 3: A REAÇÃO MAÇÔNICA FRENTE AO DISCURSO CATÓLICO ...	92
1. Os ideais liberais da Maçonaria em oposição ao conservadorismo católico.....	92
2. Os maçons frente às condenações pontifícias.....	105
3. A Maçonaria diante da Questão Religiosa	114
4. Os Princípios da Maçonaria.....	122
CONCLUSÃO.....	132
BIBLIOGRAFIA	136
ANEXO 1	141
ANEXO 2	144
ANEXO 3	147
ANEXO 4	148
ANEXO 5	149
ANEXO 6	151
ANEXO 7	153
ANEXO 8	156
ANEXO 9	157
LISTA DE ABREVIATURAS.....	158

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a analisar o conflito que existiu entre Igreja Católica e Maçonaria no período da Reforma Católica Ultramontana, procurando situar a cidade de Juiz de Fora das décadas de 1920 a 1940 nesse contexto. Foi somente nesse período que as autoridades católicas locais intensificaram as críticas à ordem, tornando visível a sua insatisfação com esse novo espaço de sociabilidade que desde o ano de 1870 já se encontrava na cidade. A presença dos maçons significava uma ameaça constante aos princípios conservadores da Igreja Católica, e uma influência negativa para a população laica. Com isso, pretende-se compreender os ataques da Igreja Católica à Maçonaria como um dos aspectos do ultramontanismo, ao lado das perseguições feitas a outras instituições, como as igrejas protestantes e os centros espíritas. Objetiva-se também entender como a visão anti-maçônica da Igreja influenciou na construção de um imaginário popular contrário aos maçons juizforanos, os quais passaram a ser vistos como membros de uma seita satânica e demoníaca.

ABSTRACT

This assignment intends to analyse the conflict between the Catholic Church and the Freemasonry in the "Ultramontana Catholic Reformation" period, situating Juiz de fora city of the 1920s to 1940s in this setting. Only on this period the local catholic authorities intensified the criticism to the mason institution, becoming visible the dissatisfaction with this new society space which has been in the city since 1870. The Masonspresence meant a constant threat to the Catholic Church principles and a negative influence to the secular population. So, this assignment intends not only comprehend the attacks from the Catholic Church to the Freemasonry as one of the "ultramontanismo" aspects beside the persecute to other institutions like The Protestant churchs and spirit centres, but also understand how the Church antimason view influenced the building of a popular imagination against the masons from Juiz de Fora city, who were recognised as part of a satanic or fiendish denomination.

INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse trabalho é estudar o conflito que se desenvolveu entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma Católica Ultramontana. Nesta pesquisa, destaca-se a cidade de Juiz de Fora nas décadas de 1920 a 1940, quando os jornais católicos intensificaram as críticas aos maçons. Para uma melhor compreensão desse período, foi necessário fazer um recuo até a década de 1870, quando a instituição maçônica foi instalada na cidade.

Entre os agentes envolvidos na pesquisa, destacam-se, de um lado, os maçons brasileiros, especificamente da Loja Maçônica Fidelidade Mineira de Juiz de Fora, comprometidos com o ideal liberal e cientificista. Por outro lado, membros da Igreja Católica e pessoas a ela ligadas, como o senhor Ramos de Oliveira que escreveu vários artigos contrários à Maçonaria no Jornal “O Lampadário” – órgão oficial da diocese de Juiz de Fora.

Foram analisadas, concomitantemente, fontes primárias e fontes secundárias, a fim de que a consecução da pesquisa fosse possível. Apesar de se tratar de uma instituição fechada, onde grande parte dos arquivos são vedados ao livre acesso, não houve grande dificuldade em trabalhar com as fontes maçônicas, uma vez que os dirigentes da Loja Maçônica Fidelidade Mineira mostraram-se bastante receptivos à pesquisa, oferecendo inteira liberdade para lidar com os livros de matrícula, de atas e outros documentos, como o Livro de Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira” – Or.: De Juiz de Fora, de Jacintho Rodrigues da Costa, e os Boletins do Grande Oriente do Brasil.

Através do Livro de Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira” – Or.: De Juiz de Fora, Jacintho Rodrigues da Costa destaca o ideal liberal, a profissão das liberdades religiosa e política, assim como a ausência de distinção de raça e condição social entre os maçons. O uso desse Livro foi importante para se compreender o momento de fundação da Loja Maçônica Fidelidade Mineira em 1870 e para esclarecer seus objetivos explícitos para com a sociedade. O Livro de Matrícula Geral dos Irmãos da Loja Maçônica Fidelidade Mineira foi um importante instrumento para se traçar o perfil social, religioso e profissional dos membros da Loja. Alia-se a isso, a importância dos Livros de Atas e dos Boletins do Grande Oriente do Brasil,

fundamentais para se compreender a organização do espaço maçônico e suas formas de reação às acusações dos ultramontanos.

A Igreja Católica juizforana, por outro lado, deixou como um dos principais testemunhos o Jornal Católico “O Lampadário”, onde fica clara a visão anti-maçônica da diocese de Juiz de Fora. Além disso, encontra-se também Resoluções oriundas de Conferências Episcopais realizadas na cidade e Cartas Pastorais e Encíclicas. O exame dos dados do Jornal “O Lampadário” teve por objetivo ajudar na análise do processo de romanização e do discurso católico contra a Maçonaria. Trata-se, portanto, de compreender a visão que os católicos, influenciados pelos ultramontanos, tinham da Maçonaria, vista como uma seita demoníaca que disfarçava seus verdadeiros objetivos conspirativos, de origem judaica. Os maçons eram vistos como opositores dos princípios conservadores pregados pelo ultramontanismo, sendo considerados um de seus alvos.

No que diz respeito aos testemunhos deixados pela comunidade laica, aqui entendida como aqueles que não pertenciam diretamente nem à Maçonaria nem à Igreja Católica, procurou-se investigar alguns jornais que circulavam na cidade de Juiz de Fora no período tratado por esse projeto, como o “O Pharol”, “O Dia” e “Jornal do Comércio”. O objetivo desse exame foi verificar, na medida do possível, como a Questão Religiosa de 1872, a separação entre Igreja e Estado e o processo romanizador difundido na sociedade brasileira pelas autoridades religiosas eram vistos pela comunidade local, através dos veículos de divulgação então existentes.

Além dos jornais, fez-se uso do livro “O Baú de Ossos” de Pedro Nava, onde foi possível verificar, entre as memórias de sua infância, a imagem que os juizforanos tinham sobre a instituição maçônica. Trata-se, portanto, de um testemunho indireto que demonstra a influência que a Igreja tinha na construção de um imaginário popular contrário aos maçons. Tal testemunho, portanto, é importante para se compreender a construção de uma visão antimaçônica na diocese de Juiz de Fora.

Entre as fontes secundárias, destaca-se o uso de produções acadêmicas, com a utilização de alguns autores considerados importantes para o desenvolvimento do tema desta pesquisa. Tais autores foram fundamentais no confronto com as fontes primárias, no sentido de auxiliar e embasar as conclusões decorrentes do trabalho nos arquivos. Para a realização da pesquisa, também fez-se uso de algumas obras de referência, consideradas fundamentais para o entendimento de dois conceitos básicos, “cultura política” e “sociabilidade”, os quais nortearam a consecução desse trabalho. A adoção

desses dois conceitos está ligada à incorporação dos estudos sobre a instituição maçônica no Brasil a uma nova abordagem da história política, que se estrutura a partir do diálogo entre a História Política e a História Cultural. Essa breve análise torna-se necessária, uma vez que esse trabalho se insere nessa perspectiva.

Segundo Daniel Cefai, o conceito de cultura política é oriundo da sociologia de Max Weber e Alfred Schütz, onde recobria estudos de fenômenos individuais e coletivos examinados pela Ciência Política sob diversos nomes: afetividades, sensibilidades, imaginários, identidades, memórias ou projetos. Aos poucos, a noção de cultura política foi sendo deixada de lado pelos cientistas políticos. Nesse mesmo momento, a disciplina histórica estava passando por uma transformação, a saber, o processo de renovação da História Política e a dinamização dos estudos culturais.¹

No texto de Daniel Cefai, a noção de cultura política aparece como uma espécie de gramática da vida pública e compreende os espaços de experiência e de atividade dos atores, lugares e momentos da vida cotidiana onde esses atores se acomodam ao meio ambiente, interagem uns com os outros, em relações de coordenação, de cooperação e de conflito, enfim, onde eles reproduzem novas formas de compreensão, de interpretação e de representação do mundo.²

A noção de cultura política tem por objetivo analisar como os homens planejam suas ações e reagem a situações específicas, mostrar como os atores produzem significados, compreendem uns aos outros e colaboram uns com os outros, exprimem e sustentam as crises e conflitos, criticam ou justificam os discursos ou as ações, configuram suas visões de mundo e resolvem as situações problemáticas. Para esse autor, portanto, as culturas políticas surgem na interação entre os atores dentro de seus contextos de experiência e atividade.³

Segundo Serge Berstein, o fenômeno da cultura política surgiu como uma proposta dos historiadores do político de melhor se compreender os comportamentos políticos no decorrer da história. A cultura política nasce, portanto, como resposta de uma sociedade diante dos problemas e crises de sua história e, por serem bem fundamentadas, se inscrevem na duração e atravessam as gerações. Entretanto, leva algum tempo para que elas possam se impor, pois normalmente surgem ousadas e inovadoras, causando, por vezes, sentimentos de repulsa ou objeção. Após ser elaborada

¹ CEFAL, Daniel. *Expérience, culture et politique*. In: _____. (dir) *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 93.

² *Ibidem*, loc. cit.

³ *Ibidem*, pp. 93-96.

e difundida ao longo das gerações, a cultura política continua a evoluir, enriquecendo-se com outras contribuições, quer seja de outras culturas políticas, quer seja da evolução da conjuntura.⁴

As lojas maçônicas, assim como outros espaços públicos que surgiram no século XVIII, mostram a emergência de uma cultura política marcada por uma crescente politização dos espaços intelectuais e pelo direcionamento de críticas à Igreja e ao Estado.⁵ O estudo da cultura política torna-se importante para que se possa compreender a adoção de certos comportamentos políticos pelos homens.

A noção de cultura política situa-se, portanto, entre a história cultural e a história política na tentativa de melhor explicar os comportamentos políticos através do patrimônio cultural adquirido pelos indivíduos ao longo de sua existência. Trata-se de um fenômeno ao mesmo tempo individual, interiorizado pelo homem, e coletivo, partilhado por diversos grupos.⁶

Minha intenção é abordar o comportamento dos maçons no interior das lojas maçônicas, mais especificamente, dos membros da Loja Maçônica *Fidelidade Mineira* de Juiz de Fora, tomando como base o conceito de cultura política. Com isso, torna-se possível compreender melhor o comportamento desses homens, sua influência na sociedade e a forma como reagiam às constantes investidas da sociedade frente aos mistérios maçônicos.

Dentro desse processo de renovação dos estudos de história política, outro conceito tornou-se bastante significativo: o de sociabilidade. Tal conceito, oriundo da Sociologia, passou a fazer parte do vocabulário histórico através do trabalho pioneiro de Maurice Agulhon.⁷ Segundo Barata, o uso da noção de sociabilidade deixa de lado seu sentido filosófico e psicológico, como o gosto ou a atitude de viver em sociedade, e passa a ser abordado de uma maneira diferente e inovadora, na medida em que possibilita o estudo da dinâmica associativa em um lugar e tempos definidos. O trabalho de Agulhon contribuiu para uma mudança qualitativa nos trabalhos sobre a história da

⁴ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 355-357.

⁵ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 29.

⁶ *Ibidem*, pp. 359-363.

⁷ AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence – Essai sur la sociabilité Meridionale*. Paris: Fayard, 1984.

Maçonaria, pois a noção de sociabilidade permitiu um exame detalhado da trajetória dos maçons e do espaço social construído por eles.⁸

Nesse trabalho, ele analisa dois tipos de sociabilidades, sendo a primeira oriunda das confrarias de penitentes e, a outra, das lojas maçônicas. Segundo Agulhon, as confrarias teriam cedido lugar às lojas maçônicas no século XIX. Isso aconteceu porque nobres e burgueses teriam sido deixados de fora da sociabilidade advinda das confrarias, vindo a encontrar nas lojas, mais modernas, menos devotas, mais francesas, um espaço apropriado para a convivência social e que, ao mesmo tempo, atendessem seus anseios de modernidade. A tentativa de Agulhon é ligar a sociabilidade à vida associativa.⁹

Segundo Jordi Canal Morell, o estudo das sociabilidades se expandiu, posteriormente, tanto do ponto de vista cronológico, quanto geográfico, passando a abranger um grande campo de estudos e diversos objetos de pesquisa, como os cafés, as tabernas, a vida familiar, as praças, as associações obreiras e militares, a vida de salão, as agrupações políticas e as lojas maçônicas, as escolas de campo e de esportes.¹⁰

Segundo esse autor, o êxito do uso do conceito de sociabilidade deve-se aos seguintes fatores: a sua amplitude temática; à incorporação do conceito pela disciplina histórica; ao sucesso do conceito entre os historiadores franceses e a sua expansão em estudos históricos do mundo inteiro. O uso dessa noção permitiu uma renovação nos estudos clássicos sobre a política, permitindo novas vias de compreensão para vários problemas e objetos históricos.¹¹

Jean Pierre Rioux também concorda que deve-se a Maurice Agulhon a proposta de uma noção de sociabilidade, responsável por introduzir um novo fato social nos estudos históricos: as associações. Desse modo, o aspecto político, visto do lado de sua recepção, surge como um novo problema para os historiadores.¹²

Passando para os trabalhos brasileiros que fizeram uso do termo “cultura política” e “sociabilidade”, destacamos o trabalho de Lúcia Maria Bastos Pereira das

⁸ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006, p. 22.

⁹ AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence*, pp. 360-366.

¹⁰ MORELL, Jordi Canal. El concepto de sociabilidad en la historiografía contemporánea (Francia, Itália Y España). *Siglo XIX: Nueva Época*. Num. 13, enero-junio de 1993, p. 6.

¹¹ *Ibidem*, p. 25.

¹² RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 105.

Neves, Marco Morel, Alexandre Mansur Barata e Françoise Jean de Oliveira Souza.¹³ A escolha desses trabalhos deve-se ao fato deles utilizarem esses termos para falar de um tipo de associação em especial, a saber, as lojas maçônicas.

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves concebe a cultura política como um conjunto de práticas políticas e culturais de uma determinada sociedade, em um momento histórico específico. Sua análise permite distinguir os interesses dos diversos grupos sociais e a natureza de seus objetivos, quando se estruturam no interior dessa cultura, por meio dessas práticas. Através da análise da cultura política do período da independência, a autora, embora não tenha a Maçonaria como foco central de análise, considera esta como um importante centro de difusão de idéias constitucionais. Isso porque as lojas instruíam seus filiados não apenas em assuntos maçônicos, mas também em outros tipos de conhecimentos, que os levariam às “luzes”.¹⁴

Marco Morel, em seus estudos sobre a imprensa, os atores políticos e as sociabilidades na cidade do Rio de Janeiro nas décadas de 1820 e 1830, assinala a importância que o modelo maçônico desempenhou, a partir de 1822, na criação de lugares de sociabilidade, característicos de um espaço público moderno. Segundo esse autor, as Maçonarias¹⁵ não tinham uma ideologia bem estruturada, sendo melhor definidas por sua concepção de organização (vocabulários, rituais e símbolos). Constituíam-se em uma das formas de sociabilidade existentes na sociedade daquela época e interligavam-se a outros tipos de associações e com outras redes de poder, das quais também faziam parte.¹⁶

Alexandre Mansur Barata, por sua vez, se propôs a analisar a inserção da sociabilidade maçônica no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, no período que antecedeu a Independência, com o objetivo de melhor compreender a progressiva politização do espaço maçônico. Segundo esse autor, apesar do caráter fechado/secreto

¹³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006 SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

¹⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*, *passim*.

¹⁵ Esse autor utiliza o termo Maçonaria no plural, como indicativo da diversidade existente entre as diversas lojas.

¹⁶ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, pp. 247 e 255-256.

da Maçonaria, ela se mostrou permeável ao diálogo com o mundo exterior, fazendo parte dos debates que mobilizavam o espaço público.¹⁷

Em “*Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*”, Françoise Jean de Oliveira Souza analisa a Maçonaria mineira no período de consolidação da instituição na província, tomando-a como um dos importantes espaços de sociabilidade existentes na época. As lojas maçônicas teriam assumido um papel importante na sociedade mineira, ao oferecer um espaço propício à interação e à prática política. Assim como Alexandre Mansur Barata¹⁸ e Marco Morel, essa autora ressalta a necessidade de pensarmos em uma Maçonaria múltipla, uma vez que ela não era uma instituição homogênea, coesa e unívoca. Havia especificidades nacionais e temporais, pois sua história era marcada por conflitos e cisões. Até mesmo entre os maçons de uma mesma loja, existiam variações em suas posições políticas.¹⁹

Em suma, o uso dos conceitos de “cultura política” e de “sociabilidade”, tem contribuído consideravelmente para o avanço dos estudos sobre história política, especialmente no que diz respeito à análise do associativismo, onde se destacam os estudos sobre a Maçonaria. O estudo desta instituição se enriqueceu muito com a adoção dessas noções, principalmente com o conceito de “sociabilidade”. Nesse trabalho, o conceito de sociabilidade será utilizado não apenas para se compreender a estruturação da instituição maçônica na cidade de Juiz de Fora, como também para o entendimento da organização da religiosidade católica na sociedade juizforana.

Passemos agora a uma breve revisão sobre alguns estudos considerados importantes para se compreender a organização e o estabelecimento da instituição maçônica no Brasil, e também a relação conflituosa que esta desenvolveu com a Igreja Católica.

Os primeiros estudos sobre a Maçonaria no Brasil foram escritos pelos próprios maçons no início do século XIX, sendo publicados em forma de panfletos, manifestos, memórias ou artigos de periódicos. Segundo Barata, esses trabalhos pretendiam esclarecer um maior número de profanos sobre o papel da Maçonaria;

¹⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, *passim*.

¹⁸ Para Barata (2006, p. 187) é “necessário apreender a Maçonaria como um espaço de contradições, de ambiguidades e de conflitos. Coexistiram e disputaram no interior do espaço maçônico vários projetos políticos e idéias sobre o futuro do Império Português.”

¹⁹ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, *passim*.

combater a propaganda conservadora, implementada pela Igreja e por defensores do Estado Imperial; e, ainda, rebater os ataques vindos de alguns adversários políticos.²⁰

A presença da Maçonaria na historiografia acadêmica tem aumentado consideravelmente no Brasil, principalmente em trabalhos de cunho regional.²¹ Mas, ao lado desses trabalhos, encontra-se um grande número de estudos sobre essa instituição oriundos de um lado, da história escrita pelos próprios maçons e, de outro, dos seus inimigos, quase sempre católicos.

Entre os historiadores acadêmicos que têm a Maçonaria como objeto de estudo, podemos destacar os trabalhos de Alexandre Mansur Barata, o qual, em seu livro *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870 - 1910)*, estudou a inserção da Maçonaria no confronto entre o pensamento liberal e cientificista e o pensamento católico-conservador.²² Esse mesmo autor, em trabalho recente intitulado *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, procurou

²⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 177.

²¹ Entre as dissertações e teses defendidas desde a década de 1990 que têm a Maçonaria como objeto de estudo, destaca-se: AMARAL, Giana Lange do. *Gatos pelados x Galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930-1960)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003; AMARAL, Giana Lange do. *Gymnasio Pelotense: a concretização de um ideal maçônico no campo educacional*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1998; ANDRADE, Alex Moreira. *Maçonaria no Brasil (1863-1901): poder, cultura e idéias*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Expansão da Igreja em Santa Catarina. A Reação Anticlerical e a Questão do Clero Nacional – 1892-1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1988; COSTA, Frederico Guilherme. *A Maçonaria e a Emancipação Lenta e Gradual do Trabalho Escravo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999; DOURADO, Euripedes de Souza Filho. *A Influência da Empresa Piauiense no Conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no Período de Transição Império-República*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1990; GOHL, Jefferson William. *O real e o imaginário: a experiência da Maçonaria na loja união III em Porto União da Vitória: 1936-1950*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, 2003; LIMA, José Bendimar de. *Maçonaria e Política: o caso do Grande Oriente do Brasil no Cariri*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2003. MENEZES, Arthur Pedro Bezerra de Menezes. *A Questão Religiosa e a Revista Infernal (1875-1879)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 1995; NEVES, Berenice Abreu de Castro. *Intrépidos romeiros do progresso: maçons cearenses no império*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 1998; RAMALHO, José Rodorval. *Novae Sed Antiquae: Tradição e Modernidade na Maçonaria Brasileira*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004; SCHIAVON, Carmem Gessilda Burget. *Maçonaria, Abolição e Festas: O Caso do Brasil Meridional*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998; SILVA, Marcos José Diniz. *Lapidando a pedra bruta: a Maçonaria na organização de artistas e proletários cearenses*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, 2000; VIEIRA, Maria Elisabete. *O Envolvimento da Maçonaria Fluminense no Processo de Emancipação do Reino do Brasil (1820-1822)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

²² BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870 -1910)*. Campinas: Ed Unicamp, 1999.

analisar a inserção da sociabilidade maçônica no Brasil, tentando compreender a politização do espaço maçônico, sobretudo no período que antecedeu a Independência.²³

Podemos destacar também a obra de David Gueiros Vieira, que trabalhou o protestantismo e a Questão Religiosa no Brasil, revelando um possível vínculo entre protestantes e maçons durante a Questão Religiosa, episódio eclodido em 1872. Segundo esse autor, o elemento propulsor das controvérsias que culminaram na luta entre os bispos e a Coroa está ligado à presença dos protestantes no Brasil e seu envolvimento com o grupo maçônico-liberal.²⁴

Não devemos deixar de citar o trabalho de Luiz Eugênio Vécio, *O Crime do Padre Sório*, no qual o confronto entre Igreja Católica e Maçonaria no final do século XIX é percebido a partir de um crime ocorrido no Rio Grande do Sul da época.²⁵ Outro livro importante sobre o tema é *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*, de Eliane Lúcia Colussi (1998), que analisa a presença maçônica na vida social do Rio Grande do Sul, com seus posicionamentos abertamente políticos e anticlericais. A participação ativa dos maçons gaúchos na vida política, social e cultural teria se dado no sentido de defender a laicização da sociedade brasileira, principalmente na luta pela separação entre Estado e Igreja Católica, confirmada em 1889.²⁶

No que se refere à cidade de Juiz de Fora, contudo, o papel da Maçonaria na sociedade ainda não foi abordado de um ponto de vista acadêmico, caracterizando uma lacuna na história regional. Também não se tem notícia de um trabalho específico sobre o conflito que se travou entre a Igreja Católica juizforana e a instituição maçônica presente na cidade, objeto deste estudo.

No que diz respeito à história da Igreja em Juiz de Fora, especialmente quando se fala em Romanização e Reforma Católica Ultramontana, destaca-se o trabalho de Mabel Salgado Pereira.²⁷ Nesse livro, a autora procurou analisar os principais movimentos que permearam o processo de Romanização e de Reforma Católica

²³ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*.

²⁴ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 13.

²⁵ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

²⁶ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

²⁷ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004. (Coleção Estudos – Ensaaios)

Ultramontana na Igreja de Juiz de Fora, no período de 1890 a 1924, momento de implantação das diretrizes reformadoras na cidade.

Nesse mesmo sentido, destacamos a obra “*Sob o báculo episcopal – A Igreja Católica em Juiz de Fora (1850-1950)*” de Riolando Azzi, na qual o autor analisa os primórdios da Igreja Católica em Juiz de Fora sob o prisma dos projetos reformadores que foram implantados na cidade no período de 1850 a 1950.²⁸ Quanto à história da Maçonaria mineira destaca-se o trabalho de Françoise Jean de Oliveira Souza.²⁹ Nessa pesquisa, a autora aborda o período de consolidação da instituição maçônica na província mineira, compreendendo-a como um importante espaço de sociabilidade da época e como um local extra-oficial de se “fazer política”.

Como se pode perceber, já existem importantes trabalhos sobre a Maçonaria no Brasil, embora em Minas Gerais e, especificamente em Juiz de Fora, ainda sejam bastante escassos. Isso não impede que novos trabalhos possam surgir, embora também haja dificuldade no que diz respeito ao acesso aos arquivos maçônicos (já que se trata de uma instituição fechada com arquivos de acesso restrito).

A pesquisa será realizada levando em conta a vinculação existente entre as representações contidas nas fontes eclesiásticas, de um lado, e maçônicas, de outro, com seus respectivos contextos sociais e ideológicos de elaboração. Dessa forma, aponta-se para a importância de se problematizar conservadorismo e liberalismo, tentando incluir esse embate ideológico na Questão Religiosa de 1872 e, principalmente, no movimento ultramontano e romanizador da Igreja Católica. Deve-se tomar cuidado, entretanto, para que não se tome os maçons de um modo geral, como adeptos dos ideais liberais. A mesma atenção deve ser dada aos setores ligados à Igreja, onde era possível encontrar seguidores do liberalismo.

Apesar da Maçonaria ter se instalado na cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, foi somente a partir da década de 20 do século seguinte que os católicos intensificaram os ataques à ordem, tornando visível a sua insatisfação com esse novo espaço de sociabilidade que, a algum tempo, havia se fixado na cidade. A presença dos maçons significava uma ameaça constante aos princípios conservadores da Igreja Católica, e uma influência negativa para a população laica.

²⁸ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora (1830-1950)*. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

²⁹ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*.

A delimitação do recorte temporal levou em consideração o período de maior conflito entre essas duas instituições na cidade de Juiz de Fora, pois as autoridades católicas presentes na cidade, assim como os jornais católicos, atacaram a instituição maçônica com mais intensidade nas décadas de 1920 a 1940. Para se compreender melhor esse período, será necessário fazer um recuo até o final do século XIX, onde se encontram os primórdios desse conflito: a instalação da Loja Maçônica Fidelidade Mineira em Juiz de Fora no ano de 1870, a Reforma Católica Ultramontana no Brasil (a partir de meados do século XIX), a Questão Religiosa de 1872 e a separação oficial entre Igreja e Estado em 1891.

O conhecimento das pessoas sobre a Maçonaria, no início do século XX, passava, na maioria das vezes, pela leitura do que os jornais católicos escreviam sobre tal ordem. Isso contribuía para a criação de uma visão deturpada da ordem maçônica, o que se tornava facilmente possível graças ao caráter secreto dessa organização. Em Juiz de Fora também era semelhante, o que pode ser comprovado pela insistência das autoridades católicas em passar para os fieis a sua visão sobre a ordem, seja através dos jornais, seja por meio dos sermões durante as celebrações religiosas. A ausência de conhecimentos sobre a instituição maçônica levava as pessoas comuns³⁰ a aceitarem como verdade aquilo que os padres e os jornais lhes diziam a respeito da ordem.

O momento exato da fundação da Maçonaria é bastante impreciso. Sua história muitas vezes se mistura a mitos e lendas, principalmente quando narrada por estudiosos provenientes do meio maçônico, os quais estão interessados em dar legitimidade à sua ordem e, para isso, esforçam-se para encontrar suas raízes num passado distante. Segundo Barata, nas obras desses estudiosos, “os maçons do século XVIII apareciam como herdeiros diretos dos egípcios antigos, dos essênios, dos druidas, de Zoroastro, de Salomão, das tradições Herméticas, da Cabala, dos Templários, etc.”.³¹

Essa utilização de fatos históricos como uma tentativa de se estabelecer continuidade com um passado que passa a ser apropriado por determinado grupo ilustra o que Eric Hobsbawm denominou de “invenção das tradições”.³² A continuidade com um passado histórico se dá, portanto, de forma artificial. Volta-se ao passado na

³⁰ Refiro-me às pessoas que não se ligavam nem à Maçonaria, nem à Igreja.

³¹ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p.23.

³² HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 9-10.

tentativa de nele encontrar sustentação para toda uma rede de simbolismos que passa a ser apropriada como forma de legitimação de uma instituição dita “tradicional”.

Hobsbawm considera a Maçonaria como uma das mais antigas tradições inventadas, possuidora de um grande poder simbólico, na medida em que novas tradições são inventadas através de empréstimos fornecidos pelo passado para seu ritual, simbolismo e princípios morais. O uso de tradições inventadas pela instituição maçônica se dá não apenas como forma de legitimação da própria instituição, como também com o propósito de socialização e imposição de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.³³

Para o autor maçom Jayro Boy de Vasconcellos, por exemplo, o Rei Salomão e sua equipe estabeleceram os alicerces da Maçonaria ao dividir os trabalhadores em três grupos destinados ao volumoso trabalho da construção do Templo de Salomão. Ao fazer essa divisão, eles estariam criando os primeiros graus da Maçonaria: *aprendizes*, que extraíam as pedras brutas como a natureza lhes oferecia e que estavam aprendendo uma profissão; os *companheiros*, que trabalham a pedra bruta, fazendo-a polida ou cúbica; e os *mestres*, que erigiam a construção e, parte deles, ensinava o povo a trabalhar. Para comprovar sua teoria, esse autor utiliza trechos da Bíblia que, segundo ele, comprovam que “a Maçonaria aparecera na época do Rei Salomão, no ano de 970 antes de Cristo, durante a construção do Templo, na cidade de Jerusalém”.³⁴

Outros autores maçônicos, como Ziéde C. Moreira, consideram que a Maçonaria teria suas raízes na aproximação entre corporações de ofício medievais e ordens como a dos templários. Segundo este estudioso, após a perseguição efetuada pelo papa Clemente V, instigado pelo rei francês Felipe IV, “grande parte dos cavaleiros que escaparam da perseguição fugiu para a Escócia, onde ampliaram o ponderável apoio material e cultural (que ali já acontecia) à Corporação de Ofício integrada pelos profissionais da construção arquitetural.” Dessa forma, após a destruição da Ordem dos Templários, seus antigos membros teriam se aliado aos construtores, fundando associações que teriam dado origem às lojas maçônicas.³⁵

Historiadores acadêmicos, por sua vez, consideram que a Maçonaria teria surgido na Escócia e na Inglaterra na virada do século XVII para o século XVIII. De

³³ HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições, p. 17.

³⁴ VASCONCELLOS, Jayro Boy. *A Fantástica História da Maçonaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1999, p. 30.

³⁵ MOREIRA, Ziéde C. Herança Medieval. In: *Nossa História*. Rio de Janeiro, Editora Vera Cruz, editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, ano 2, nº 20, junho 2005, pp. 16-17.

qualquer modo, há um consenso entre os estudiosos da Maçonaria, sejam eles engajados ou não com a ordem, em considerá-la como herdeira das corporações de ofício da Idade Média. A Franco-Maçonaria moderna (a Maçonaria especulativa) teria uma filiação direta com a antiga Maçonaria de ofício (a Maçonaria operativa).³⁶

Nessa época, a Inglaterra era realmente o lugar mais favorável para o nascimento da Maçonaria moderna, instituição voltada para o aprimoramento moral e intelectual de seus membros. Era uma época em que o Iluminismo se difundia na sociedade e seduzia muitos homens desejosos de alcançar o espírito das luzes. Nesse contexto, as lojas maçônicas ofereciam um espaço onde homens diversos podiam se sociabilizar, aumentar seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, aperfeiçoarem-se moralmente.

Os traços especulativos das sociedades de franco-maçons mesclavam-se às suas bases operativas, isto é, entre as metas profissionais dessa corporação mesclavam-se preocupações de ordem teórica e cultural. Aos poucos, sobretudo a partir do ingresso de membros “aceitos” e também devido aos privilégios gozados por seus membros, os franco-maçons foram aprofundando o caráter especulativo de suas organizações.³⁷

Segundo Alexandre Mansur Barata:

A Maçonaria deixava de lado as preocupações tipicamente ligadas ao exercício da profissão de pedreiro, para se dedicar ao aperfeiçoamento moral e intelectual dos seus membros. Ela se transformava cada vez mais em uma espécie de “sociedade de pensamento” de caráter cosmopolita e secreto, reunindo homens de diferentes raças, religiões e línguas, com o objetivo de alcançar a perfeição moral por meio do simbolismo de natureza mística e/ou racional, da filantropia e da educação.³⁸

Para esse autor, três elementos teriam sido significativos para a estruturação da Maçonaria especulativa: o fascínio exercido pelas tradições corporativas dos pedreiros medievais sobre os fundadores da Maçonaria moderna; a aproximação entre sociabilidade e formação intelectual possibilitada pela instituição maçônica; a presença de membros importantes, como aristocratas e intelectuais, inscritos nas lojas. Segundo Barata, não se pode esquecer que a Maçonaria possuía características modernas, mas

³⁶ AZEVEDO, Célia M. Marinho. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, dez-fev/96-97, p. 180.

³⁷ *Ibidem*, loc. cit..

³⁸ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 26-27.

também era tributária dos valores de uma sociedade de Antigo Regime, como a exclusão e a hierarquia, que se encontravam presentes na sociabilidade das lojas.³⁹

Aos poucos, a Franco-Maçonaria passou a atrair muitos estudiosos, os quais queriam aprofundar seus conhecimentos e expor livremente suas opiniões sem incorrer em suspeitas. O caráter itinerante dos trabalhos exercidos por essa corporação também contribuía para seu poder de atração, uma vez que os laços organizativos estabelecidos entre cidades e, até mesmo, entre países, favorecia a proteção e acolhida dos irmãos em trânsito.⁴⁰

O ingresso de membros teóricos na confraria corporativa maçônica contribuiu para a introdução de temas filosóficos nos salões dos maçons práticos. Estes passaram a compartilhar com os novos membros de temas ligados às artes e ciências diversas. A partir desse processo surge o filosofismo maçônico e a criação de novos graus, além dos três originais (a saber: aprendizes, companheiros e mestres). Com as inovações metodológicas e a difusão das lojas pela Grã-Bretanha, surge a necessidade de se organizar os princípios básicos da ordem. Então, no ano de 1717 é fundada a Grande Loja de Londres.⁴¹

No ano de 1721, o pastor presbiteriano James Anderson foi encarregado de examinar, corrigir e redigir a história, as obrigações e os regulamentos da antiga Confraria. Em 1723, o livro das Constituições de Anderson foi publicado, sendo responsável por uma série de dispositivos que se destinavam a todas as lojas. O texto começa com um relato fantasioso dos primórdios da Franco-Maçonaria que, para uns, não passa de uma narrativa absurda e, para outros, trata-se de um texto construído com base na metáfora, na alegoria e na simbologia.

Em seguida, Anderson expõe os deveres de um franco-maçom no que diz respeito a Deus e a Religião, ao comportamento dos maçons no interior e fora das lojas e, ainda, sobre a organização das lojas e de seus membros. Para serem admitidos como membros de uma Loja, os candidatos deveriam ser “Homens bons e leais, nascidos-livres e de Idade madura e discreta, não sendo nem Servos, nem Mulheres, nem Homens imorais ou escandalosos, mas de boa Reputação”.⁴² Por ser uma sociedade

³⁹ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 27 e 251.

⁴⁰ AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Maçonaria: História e Historiografia*, p. 181.

⁴¹ MOREIRA, Ziéde C. *Herança Medieval*, pp. 16-17.

⁴² ANDERSON, James. *As Constituições de Anderson*. (Texto original – Traduzido, comentado e anotado por Valton Sergio von Tempski-Silka M.:M.). 1.ed. (ano 2001), 3ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2003, p. 149.

fechada, o recrutamento de novos membros para a ordem maçônica passava por diversos procedimentos e rígidos critérios de seleção.

Por último, o autor faz uma compilação dos regulamentos gerais que regem a Maçonaria, os quais continuam tendo uma importância central nas lojas maçônicas dos dias atuais. No que diz respeito à religião, as constituições de Anderson pregavam que as lojas deveriam prezar pela liberdade de crença religiosa em seu interior, embora não fosse permitido discussões sobre religião e política no ambiente maçônico. A única exigência imposta aos novos membros era de que acreditassem num Deus único, independente da nomenclatura utilizada. Segundo o texto da Constituição:

Um *Maçom* está obrigado, pela sua Franquia, a obedecer à Lei moral; e se ele compreende corretamente a Arte, ele nunca será um **Ateu** estúpido, nem um **Libertino** irreligioso. Mas embora nos Tempos antigos os Maçons recebessem a determinação, em todos os Países, de pertencer à Religião daquele País ou Nação, qualquer que ela fosse, contudo é agora considerado mais conveniente apenas obriga-los àquela Religião sobre a qual todos os Homens concordam, deixando a cada um sua opinião particular; isto é, a de serem *bons e leais* Homens, ou Homens de Honra e Honestidade, sejam quais forem as Denominações ou Crenças que possam distingui-los; assim a Maçonaria se torna o *Centro de União* e o meio de conciliação da verdadeira Amizade entre as Pessoas que poderiam de outra forma ter permanecido perpetuamente Afastadas. [grifo do autor]⁴³

O comportamento dos maçons no mundo profano, ou seja, fora das lojas, também devia ser pautado na virtude e beneficência, além, é claro, da discrição no que diz respeito aos assuntos tratados nas reuniões maçônicas. Nesse sentido, os maçons eram orientados a “agir como o faz um Homem moral e sábio; especialmente não permitir que vossa Família, Amigos e Vizinhos conheçam os assuntos da Loja”.⁴⁴

A Maçonaria especulativa, portanto, surgiu na Grã-Bretanha, primeiramente em lojas escocesas e, em seguida, inglesas. Embora despertasse suspeitas, esta nova forma de sociabilidade rapidamente se expandiu para outras regiões da Europa e mesmo para a América. Devido ao seu caráter secreto e ao grande número de adesões que provocava, a Maçonaria sofreu muitas perseguições tanto dos governos seculares,

⁴³ ANDERSON, James. *As Constituições de Anderson*, p. 149.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 159.

como da Igreja Católica, o que fez com que sua expansão se desse de forma irregular nos diversos países em que se instalou.⁴⁵

Segundo Célia M. Marinho Azevedo, a primeira loja brasileira, *Reunião*, foi criada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1801 e encontrava-se vinculada ao Oriente francês. No ano seguinte, fundou-se uma segunda loja na Bahia, intitulada *Virtude e Razão*. No ano de 1804, a Maçonaria portuguesa ingressa no Rio de Janeiro através da instalação de duas lojas, *Constância* e *Filantropia*, as quais estavam sob a proteção do Grande Oriente da Lusitânia.⁴⁶

Os anos que se seguiram à instalação das primeiras lojas no Brasil foram marcados por um relacionamento contraditório entre os organismos maçônicos e as altas esferas do governo. Fases de perseguições policiais e proibições oficiais à Maçonaria alternaram-se com momentos de tolerância e participação de altas autoridades políticas em suas lojas, como é o caso de D. Pedro I, José Bonifácio de Andrada e Silva e o Visconde do Rio Branco. Soma-se a isto um ambiente de rivalidades internas entre as lojas, com a presença concomitante de obediências distintas, tanto no plano nacional quanto internacional.⁴⁷

Dessa forma, é preciso considerar que a Maçonaria assume aspectos políticos, sociais e rituais específicos nos diversos países em que se instala, chegando mesmo a haver divergências dentro de um mesmo país. Mas, embora a Maçonaria possa estar materialmente dividida, podemos considerá-la como unida espiritualmente. Segundo Fernando Pessoa, “o espírito dos rituais, e sobretudo o dos Graus Simbólicos, é o mesmo em toda parte, por muitas que sejam as divergências verbais e rituais entre graus idênticos, trabalhados por Obediências diferentes”.⁴⁸

Para esse autor, a Maçonaria seria composta por três elementos: iniciático, fraternal e humano. Por ser uma sociedade iniciática, ela era considerada secreta e seus membros deveriam se tratar como irmãos. Seu elemento humano resulta do fato de pertencerem a ela diversas espécies de homens, de diferentes graus de inteligência e cultura, pertencentes a vários países. No que diz respeito aos dois primeiros elementos, a Maçonaria é a mesma em todo o mundo. Já quanto ao terceiro, a instituição maçônica, assim como qualquer outra instituição humana (secreta ou não), assume diferentes

⁴⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 28.

⁴⁶ AZEVEDO, Célia M. Marinho. *Maçonaria: História e Historiografia*, p. 181.

⁴⁷ *Ibidem*, loc. cit..

⁴⁸ PESSOA, Fernando. *As Origens e a Essência da Maçonaria*. São Paulo: Landy Editora, 2006, pp. 57-58. (Coleção Novos Caminhos)

aspectos, que variam de acordo com a mentalidade de maçons individuais e circunstâncias de meio e momento histórico.⁴⁹

O desenvolvimento do trabalho se estruturou em três capítulos, os quais foram subdivididos para uma melhor compreensão dos aspectos abordados. O primeiro trata da construção da sociabilidade maçônica na sociedade mineira e, mais especificamente, em Juiz de Fora. Além disso, pretende-se mostrar como essa sociabilidade maçônica, fundada no ambiente das lojas (com suas reuniões fechadas, mas também com suas festas abertas a convidados do mundo profano), se contrapunha à sociabilidade católica presente na cidade (através das irmandades, igrejas, instituições beneficentes, colégios católicos e outros).

O segundo capítulo tentará apresentar o discurso católico contra a Maçonaria, tentando analisar a relação que se desenvolveu entre a Maçonaria, ligada ao pensamento liberal e cientificista, e a Igreja Católica, atrelada ao pensamento católico-conservador. Será abordada, ainda, a romanização, enquanto processo de reorganização e fortalecimento da Igreja, onde se destacam as concepções ultramontanas e a perseguição aos “erros modernos” (progresso, racionalismo, liberalismo e liberdade religiosa). Nesse sentido, será abordada a visão anti-maçônica dos representantes católicos da diocese de Juiz de Fora.

No último capítulo, apresentaremos a oposição entre os ideais liberais pregados pela Maçonaria e o discurso conservador defendido pela Igreja Católica. Dessa forma, será analisada a reação das lideranças maçônicas diante das investidas católicas, no que diz respeito à Questão Religiosa de 1872 e às condenações pontifícias. Serão abordados também os princípios da Maçonaria, os quais são identificados como “camuflagens” pela diocese de Juiz de Fora, que via nos preceitos maçônicos tentativas de disfarce de uma conspiração oculta e de origem judaica.

O trabalho, portanto, pretende mostrar como a construção da sociabilidade maçônica em Juiz de Fora se contrapunha à sociabilidade tradicional, baseada no discurso católico conservador, existente até então. Nesse sentido, será necessário compreender não apenas o discurso católico contra a Maçonaria, mas também a reação maçônica frente aos ataques católicos. Isso nos leva a fazer um recuo até os acontecimentos que precederam o conflito entre Igreja Católica e Maçonaria na cidade de Juiz de Fora, a saber: as condenações pontifícias à Maçonaria, a Questão Religiosa

⁴⁹ PESSOA, Fernando. *As Origens e a Essência da Maçonaria*, pp. 64-65.

de 1872, o processo romanizador da Igreja brasileira e a Reforma Católica Ultramontana.

Com isso, pretende-se compreender os ataques da Igreja Católica à Maçonaria como um dos aspectos do ultramontanismo, ao lado das perseguições feitas a outras instituições, como as igrejas protestantes e os centros espíritas. Objetiva-se também entender como a visão anti-maçônica da Igreja influenciou na construção de um imaginário popular contrário aos maçons juizforanos, os quais passaram a ser vistos como membros de uma seita satânica e demoníaca.

CAPÍTULO 1: NO COMPASSO DA SOCIABILIDADE

1. A sociabilidade maçônica em território mineiro

Segundo Alexandre Mansur Barata, as primeiras atividades maçônicas na América Portuguesa se situam nos anos finais do século XVIII e início do século XIX. Para esse autor, “é bem possível que até o final do século XVIII, a Maçonaria não funcionasse na América Portuguesa, entendendo-se por tal uma organização institucionalizada e com funcionamento regular nos mesmos moldes das outras organizações maçônicas internacionais”.⁵⁰

Grande parte dos historiadores concorda que a inserção da Maçonaria no espaço colonial americano deveu-se a estudantes brasileiros que, ao irem para a Europa completarem seus estudos, em universidades como Coimbra e Montpellier, acabavam tendo contato com maçons e procuravam ser iniciados na ordem. Ao retornarem para o Brasil, esses homens iniciaram novos membros, passaram a se reunir e a fundar novas lojas pelo país, especialmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco.⁵¹

Para Barata, é preciso ter cuidado com esse tipo de interpretação, para não se cair no erro de fazer uma associação direta entre Ilustração e Revolução ou, ainda, não levar em conta outras possibilidades que ajudam a explicar a expansão da Maçonaria. Além dos estudantes, também os funcionários públicos, os militares, os negociantes e até mesmo os degredados que estavam de passagem pelo país teriam favorecido a introdução da Maçonaria na América Portuguesa.⁵²

Durante a primeira metade do século XIX, a Maçonaria foi o tipo de sociabilidade moderna que mais se desenvolveu, o que acabou despertando a atenção das autoridades portuguesas civis e eclesiásticas, tanto no Reino quanto na Colônia, as quais não viam com bons olhos as atividades maçônicas, tidas como ameaçadoras e perigosas, e temiam que os maçons conspirassem secretamente para tornar o Brasil independente de Portugal.⁵³

Dessa forma, mais do que hereges, os maçons passaram a ser vistos como conspiradores, traidores e inimigos do Estado português, passando a ser constantemente

⁵⁰ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 52.

⁵¹ *Ibidem*, p. 64.

⁵² *Ibidem*, pp. 64 e 251.

⁵³ *Ibidem*, p. 252.

perseguidos. Foi assim que, em 30 de março de 1818, D. João VI torna público um alvará régio que proibia as sociedades secretas, no geral, e a Maçonaria, em particular, por todo o Império Português. Tornar-se um maçom, nesse período, passou a ser um crime de lesa majestade, sujeito às condenações presentes nas Ordenações do Reino.⁵⁴

Em fins da década de 1820, houve um aumento do número de maçons e a fundação de um poder central, capaz de estruturar e direcionar melhor a ação maçônica. Mas, foi somente durante as duas décadas finais do Império Brasileiro que a Maçonaria se expandiu pelo território mineiro, alterando a rotina dos mineiros e passando a fazer parte do cotidiano das cidades.⁵⁵ Ela trazia consigo novas oportunidades de sociabilização, através da disponibilização de bibliotecas, escolas, clubes literários, instituições beneficentes, jornais, além das festas que ocorriam no espaço das lojas. Toda essa estrutura fazia com que a presença da instituição maçônica repercutisse por toda a sociedade. Desse modo, aos poucos as lojas foram se tornando um importante espaço de sociabilidade tanto para os seus membros como para aqueles que utilizavam o seu espaço como lugar de encontro e comemoração.⁵⁶

A instalação oficial da Maçonaria em Minas Gerais se deu em 24 de novembro de 1821 com a fundação da *Loja Mineiros Reunidos* em Vila Rica. Seu surgimento coincide com o período de reorganização da Maçonaria brasileira, após esta ter se institucionalizado no Brasil em 1801 e mantido-se na ilegalidade entre 1818 e 1821. Na conjuntura dos anos 20, a *Mineiros Reunidos*, assim como outras lojas da colônia, foi utilizada como espaço de discussão do processo de independência. Mas, no ano de 1822, Dom Pedro I suspendeu os trabalhos maçônicos no Brasil e mandou prender os membros mais republicanos. Com isso, a *Mineiros Reunidos* “abate colunas”⁵⁷ nesse mesmo ano.⁵⁸

Foi somente em 1869 que uma nova loja foi fundada na província de Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto. A *União Democrata* foi a primeira de uma grande leva de lojas que foram instaladas em diversas cidades mineiras nesse período. Segundo Françoise Jean de Oliveira Souza, dez anos após a fundação da *União Democrata*, outras 36 lojas haviam sido instaladas.⁵⁹ Entre os anos de 1822 (ano do fechamento da

⁵⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 162.

⁵⁵ *Ibidem*, pp. 63-64.

⁵⁶ VÉSCIO, *O Crime do Padre Sório*, p. 4.

⁵⁷ Expressão maçônica utilizada para indicar o fechamento de uma loja.

⁵⁸ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, pp. 72-73.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 61.

loja *Mineiros Reunidos*) até a abertura da *União Democrata* em 1869, não há vestígios da atividade maçônica em Minas Gerais, embora a Maçonaria brasileira tenha reiniciado suas atividades no ano de 1831.

Apesar desse período de ausência maçônica e sua tardia estruturação em Minas, a Maçonaria ganhou expressividade a partir das décadas finais do Império, principalmente se a compararmos com outras regiões do país. Em 1873, Minas Gerais era a quarta província com o maior número de lojas, sendo ultrapassada apenas pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O período de instalação da *União Democrata* era extremamente favorável à adoção de novas idéias, projetos e hábitos culturais. Havia uma demanda por espaços de discussão, difusão de informações e confronto de idéias. Nesse sentido, a Maçonaria atuou como um desses espaços de sociabilidade de que a sociedade almejava e obteve grande sucesso em terras mineiras. Sua expansão pode ser explicada pelo fato das lojas maçônicas constituírem-se em um foro privilegiado de debates acerca das transformações políticas, econômicas e sociais da sociedade mineira e, logo, num lugar privilegiado de ação.⁶⁰

Mas, a chegada da Maçonaria encontrou algumas objeções ao longo de seu caminho: para alguns setores da sociedade, principalmente aqueles ligados à Igreja, ela representou uma ameaça à estabilidade, despertando sentimentos de temor e atos de resistência. A Igreja Católica, defensora de ideais conservadores, via nos ideais maçônicos uma ameaça a sua posição na sociedade. A Maçonaria, por sua vez, não se opunha ao catolicismo e à doutrina católica como um todo. O liberalismo maçônico se contrapunha, tão somente, aos ideais conservadores pregados pela Igreja, na medida em que defendia a secularização e a liberdade religiosa.

A sociabilidade maçônica configurou-se em conformidade com as transformações na forma como os homens passaram a se inserir no espaço público e no espaço privado com o advento da modernidade. Para Souza, a sociabilidade maçônica pode ser vista como uma resposta ao individualismo da sociedade urbana e modernizada, tornando-se um lugar de convívio, embora exclusivamente masculino, onde os homens faziam amizade e criavam laços emocionais.⁶¹

Os sinais, códigos e gestos de comunicação restritos aos maçons garantiam certa autonomia dos pedreiros-livres em relação à sociedade como um todo e

⁶⁰ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, pp. 74-81.

⁶¹ *Ibidem*, p. 86.

diferenciações dentro desta. A Maçonaria oferecia aos seus membros aprendizagem política e incentivava a formação de opinião. Com isso, ela tornou-se bastante atrativa para os homens de Minas, dentro de um contexto de mudanças econômicas e de busca de um modelo de Estado e de sociabilidade que se enquadrassem em um novo padrão de civilidade.

De acordo com Margaret Jacob⁶² (1991), a Maçonaria pode ser vista como uma “escola de formação e prática políticas”. Era dentro do espaço das lojas que esses homens, iniciados nos mistérios maçônicos aprenderiam as novas regras sociais advindas com as mudanças na sociedade, assim como teriam acesso a práticas representativas e a uma nova cultura política, que começou a se delinear com o declínio do Império português. Os maçons, apesar do caráter secreto das lojas, interagiam e interferiam no mundo exterior, trazendo para as reuniões os debates vigentes no espaço público.⁶³

Durante esse período, a Maçonaria passava por cisões e divisões que continuaram a acontecer em períodos posteriores, graças à fragilidade proveniente da convivência entre diferentes tendências, projetos e idéias no interior de uma mesma loja ou entre lojas diferentes. Com isso, a Maçonaria pode ser considerada um lugar propício para a discussão e articulação política, assim como um espaço onde diferentes projetos políticos podiam ser confrontados.⁶⁴

A circulação e a troca de informações dentro das lojas era favorecida pela proteção fornecida pelo segredo, pela defesa da liberdade de consciência e pela vasta rede de comunicação formada pela Maçonaria. A receptividade da organização maçônica na província mineira deveu-se ao fato de já existir um ambiente de discussão, assim como à necessidade de um canal de participação política que não passasse, necessariamente, pelo Estado.⁶⁵

Dessa forma, ao associar tradicional e moderno, a instituição maçônica mostrou-se bastante atrativa para os homens do século XIX, na medida em que supria três necessidades: fornecia um espaço protegido, onde seus membros podiam discutir abertamente questões políticas, econômicas e sociais ligadas ao Estado Monárquico, tendo como base o culto à razão e os ideais de progresso; oferecia um espaço de

⁶² JACOB, Margaret. *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth-Century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.

⁶³ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 188 e 251.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 213.

⁶⁵ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, pp. 88-89.

sociabilização, onde os membros criavam laços de amizade, proteção e ajuda mútua; por fim, permitia a diferenciação de determinados homens no seio da sociedade mineira.⁶⁶

A década de 1870, período de implantação da Maçonaria em Minas Gerais, coincide com o período de fortalecimento da instituição no país, a qual torna-se presente em todas as regiões do Império. Segundo Souza, dois conflitos de caráter nacional influenciaram o processo de instalação de lojas na província mineira: as divisões internas da Maçonaria e a Questão Religiosa.⁶⁷ No livreto “*Fundação da Loja Maçônica Fidelidade Mineira*”, Jacintho Rodrigues da Costa destaca “o estado anômalo que reinou no Gr.: Or.”⁶⁸, de 1863 a 1883, período em que ocorreram sérias cisões no seio dessa alta potência maçônica brasileira”.⁶⁹

O ano de 1872 marca o início da Questão Religiosa e, também, a reafirmação das divergências maçônicas, após uma tentativa de unificação que não deu certo. Nesse período, concentra-se o maior número de instalação de lojas em Minas Gerais. Isso pode ser explicado pela competição entre as potências rivais, cada uma desejando possuir mais lojas do que a outra. Soma-se a isto, os efeitos que os conflitos com a Igreja Católica geraram na Maçonaria, como a necessidade de fazer-se presente no maior número possível de regiões, com o objetivo de contrapor-se ao discurso e às perseguições católicas.⁷⁰

Mas, a partir de 1883, com a necessidade de fortalecer a instituição maçônica que se encontrava fragilizada diante da propaganda católica, forma-se novamente o Grande Oriente do Brasil. A unificação gerou um impacto a nível nacional, provocando uma queda no número de lojas em todas as regiões do país. Em Minas Gerais, das 35 lojas existentes até então, 18 foram fechadas (cerca de 51% de perda nos quadros maçônicos). Entretanto, em alguns municípios onde a Maçonaria mostrava-se mais organizada, atuante e ocupando um papel de destaque na sociedade, as lojas sobreviveram a essas crises e, algumas, continuam funcionando até hoje. Esse é o caso

⁶⁶ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, pp. 90-91.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 91.

⁶⁸ Na Maçonaria, entende-se por *Oriente* uma circunscrição territorial que se encontra sob a jurisdição de uma corporação ou agremiação maçônica. Assim, o Oriente de uma loja é o território abrangido pela jurisdição dela. O Oriente Estadual é o território compreendido nas divisas políticas do mesmo Estado. O Grande Oriente do Brasil, por sua vez, tem por limites os limites do Brasil.

⁶⁹ COSTA, Jacintho Rodrigues da. *Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira”* – Or.: De Juiz de Fora. Juiz de Fora, Loja Maçônica Fidelidade Mineira, março de 1958. (Trabalho realizado em 16 de maio de 1928), p. 13.

⁷⁰ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Op. cit.*, p. 95.

das lojas *Atalaia do Norte* (Diamantina), *Fidelidade Mineira* (Juiz de Fora) e *Guilherme Dias* (Machado).⁷¹

Segundo Alexandre Mansur Barata, a maior concentração de lojas maçônicas deu-se nas regiões sul, sudeste e litoral nodestino. As regiões norte, centro-oeste e interior nordestino, menos populosas e com poucos quilômetros de ferrovias instaladas, apresentaram pouca expressividade em termos de presença maçônica.⁷² Em Minas Gerais, os núcleos de maior concentração maçônica são a Zona da Mata, especificamente os municípios que giravam em torno da atividade cafeeira, e o sul de Minas. O maior desenvolvimento dessas duas regiões permitiu que seus habitantes demonstrassem maior interesse na adoção de novas idéias, novos valores e modelos de sociabilidade mais avançados.⁷³

Dessa forma, é somente a partir da associação entre o referencial econômico e o social que pode-se explicar a importância que Juiz de Fora e Diamantina exerceram no meio maçônico na província mineira. As lojas *Fidelidade Mineira* de Juiz de Fora e *Atalaia do Norte* de Diamantina estiveram sempre entre as mais importantes instituições maçônicas da província, exercendo grande influência sobre as outras lojas e em constante interlocução com os principais núcleos maçônicos do país.⁷⁴

2. A sociabilidade maçônica em Juiz de Fora

Pode-se dizer que a cidade de Juiz de Fora liderou o processo de modernização capitalista da província de Minas Gerais. A sociedade juizforana, principalmente a elite rural urbanizada, almejava o estilo de vida da burguesia européia, culta, moderna e civilizada. Para alcançar esse objetivo, os espaços públicos foram secularizados, passando a ser regidos por códigos de postura, e a vida cultural sofreu forte estímulo.

Havia, portanto, um contexto sócio-cultural extremamente favorável à implantação da instituição maçônica, organização dotada de princípios de civilidade e com idéias bem avançadas. Dessa forma, a elite econômica, juntamente com a classe média em formação em Juiz de Fora, viram a Maçonaria como um importante espaço de

⁷¹ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, p. 96.

⁷² BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*, p. 94.

⁷³ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Op. cit.*, p. 99.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 103.

difusão dos ideais da modernidade, através da elaboração e propagação de suas idéias dentro das lojas.⁷⁵

Segundo Pereira, pode-se considerar o período de 1890 até o final da terceira década do século XX como um momento de apogeu econômico e cultural da cidade de Juiz de Fora. Durante essas quatro décadas, a cidade conservou a liderança política, econômica e cultural de Minas Gerais, mas, aos poucos, passou a perder esse prestígio para Belo Horizonte.⁷⁶

A primeira Loja Maçônica da cidade foi a *Fidelidade Mineira* e sua primeira reunião, conforme consta no Livro de Atas n.º 1 da loja, ocorreu na noite de 12 de março de 1870, em uma casa alugada para esse fim na chamada Rua Direita (hoje Avenida Rio Branco), a qual foi posteriormente adquirida⁷⁷. Transcreve-se a seguir o que consta em sua ata de fundação:

“Acta da sessão nº1, da “Officina Fidelidade Mineira”. Aos 12 de M.co de 1870. E.: V.:., para instalação. À Gl.: do Sup.: Arch.: do Uni.: – Às oito horas da noite, reunidos M.:M.: inscritos no Livro de Presenças, em local coberto, onde reinava o socego e a paz, deliberação entre si a que se instalasse uma officina dirigida por São João da Escossia, debaixo do título distintivo “Fidelidade Mineira”, do rito escossez e Acceito e logo se procedeo à votação dos empregados respectivos; sendo eleitos: para Venerável o ir.: Dr. Christovão Rodrigues de Andrade; para 1º Vigilante o irmão Dr. José Moreira da Rocha, para 2º Vigilante o irmão Dr. José Correa e Castro; para Orador o irmão Avelino Rodrigues Milagres: para Secretário o irmão Agostinho Antonio Correa; para Thesoureiro o irmão Ricardo José de Araújo; para Mestre de cer.: o irmão Dr. José Caetano de Moraes e Castro. Nada mais havendo a tratar, forão encerrados os trabalhos, e se retirarão em paz.”⁷⁸

Durante alguns anos, a loja funcionou em caráter provisório, pois, nesse período, a Maçonaria brasileira encontrava-se ameaçada pelos conflitos que estavam ocorrendo no Poder Central. Esse fato não impediu que as reuniões da *Fidelidade Mineira* continuassem acontecendo, ela apenas funcionava independente de filiação superior, isto é, não se ligava a uma Potência. Através do livro de atas, é possível perceber que seus membros tinham uma certa urgência em ver a loja devidamente regularizada, uma vez que, unidos e com um maior número de irmãos, eles poderiam

⁷⁵ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, p. 103.

⁷⁶ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 39.

⁷⁷ Local onde ela funciona até hoje: Avenida Rio Branco, nº. 1962.

⁷⁸ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas nº 1*, 12/03/1870, folha 1. [A ortografia respeitou a cópia original.]

combater, com mais eficiência, a perseguição que lhes era movida por setores tradicionais da cidade.⁷⁹

Mas a loja só foi oficialmente instalada em 1º de junho de 1873, quando recebeu sua Carta Constitutiva das mãos do Grão Mestre Comendador, Dr. Joaquim Saldanha Marinho. Sua comitiva era composta pelo Padre Dr. José Luiz de Almeida Martins, Jornalista Quintino Bocaiúva, Inspetor Geral Francisco Antunes da Silva Guimarães e Nuno Telmo da Silva Mello, personagens importantes tanto na história política quanto na Maçonaria brasileira.⁸⁰

A sessão de instalação foi aberta (Sessão Branca), o que significa que pessoas do meio profano podiam assistir a reunião. Dessa forma, estavam presentes autoridades civis e maçônicas, os Irmãos da *Fidelidade Mineira* e membros da sociedade juizforana. A sessão foi presidida pelo Grão Mestre Saldanha Marinho, que empossou oficialmente a Diretoria da Loja. Esse acontecimento foi registrado no “*Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brazil*” em junho de 1873:

Entre as solemnidades ultimamente celebradas hade sem duvida eternisar-se a memória da que foi effectuada no dia 1º do corrente na pittoresca e culta cidade do Juiz de Fora.

Nesse dia foi, com todas as formalidades do ritual maçônico, regularisada a loja Fidelidade Mineira cujo pessoal numeroso, com raríssimas excepções, pode-se dizer que consta do que há nessa cidade de mais distincto pela intelligencia, pelo character e pela posição.⁸¹

Ao longo dos anos, outras oficinas foram sendo fundadas a partir da *Fidelidade Mineira*, tais como *Caridade e Firmeza*, em julho de 1896, *Fraternidade Brasileira*, em outubro de 1897, *Benso di Cavour*, em julho de 1902, *Acácia do Paraibuna*, em março de 1967, e tantas outras lojas.

Aos dezessete dias do mês de outubro de 1897, alguns maçons regulares se reuniram na casa de João Antônio de Souza (também maçom regular) às sete horas e meia da noite em uma sala reservada com o objetivo de constituírem uma loja na cidade, a qual, por unanimidade de votos deveria se chamar “Fraternidade Brasileira”.⁸² A

⁷⁹ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas nº 1*, 01/12/1872, folha 3.

⁸⁰ NASCIMENTO, Robert Junior do. *Christovão Rodrigues de Andrade*. Juiz de Fora, 2005, p. 5. [mimeografado]

⁸¹ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL. *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. Num. 4 a 6, Abril a Junho, 1873. 2º Anno, p. 473. [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁸² LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE BRASILEIRA. *Livro de Atas nº 1*, 17/10/1897, folha 1.

próxima reunião desse grupo de maçons, ocorrida em vinte e seis de novembro de 1897, foi realizada na sede da Fidelidade Mineira, na Rua Direita, 163.⁸³

Também foi na sede da Fidelidade Mineira que se realizou a sessão magna de regularização da Loja Fraternidade Brasileira no dia dois de dezembro de 1897 e sua conseqüente filiação ao Grande Oriente do Brasil de acordo com todas as formalidades. Consta em sua Carta Constitutiva expedida em três de novembro de 1897:

Faz saber que tendo-lhe sido presente a supplica da Loj.: Provis.: “Fraternidade Brasileira” installada em 17 de outubro de 1897, ao Or.: Do Juiz de Fora com o fim de regularisar os seus trabalhos nos SSubl.: MMist.: Do Rit.: Esc.: Ant.: e Acc.: e havendo sido satisfeitas as prescripções da Cosnt.: e Reg.: Geral da Ordem. Houve por bem mandar inaugurar o Templo, filiar e regularisar a dita Loj.: Symb.: de S.: João da Escossia com o título distintivo de FRATERNIDADE BRASILEIRA.

E para que goze de todos os direitos, privilegios, regalias e isenções se lhe expede o presente BREVE CONSTITUTIVO.⁸⁴ [grifo do autor]

A Sessão Magna de posse dos membros da Loja Fraternidade Brasileira ocorreu no dia vinte e oito de março de 1898, juntamente com a sessão de posse da nova diretoria da Loja Caridade e Firmeza. Diversas famílias profanas e também representantes da imprensa estavam presentes na reunião. Durante a cerimônia, o Venerável procurou mostrar aos convidados o caráter beneficente da Maçonaria e “communica as Ex.^{as} famílias e cavalheiros que a Maçonaria em todas suas reuniões tem por dever humanitario, fazer circular um tronco de beneficencia em que colhe obulo que é destinado a socorrer os necessitados”.⁸⁵

No final da sessão, o Venerável convidou a todos os presentes para tomar uma taça de champanhe e aproveitar o baile, o qual foi animado por duas bandas de música e se estendeu até adiantada hora da noite.⁸⁶ As festas promovidas pela Maçonaria eram muito importantes para a sociabilização dos membros com pessoas do meio profano (exterior à loja) e também para instruí-las sobre as atividades da instituição maçônica. Nos meses seguintes, conforme consta no Livro de Atas, muitos maçons foram iniciados na Fraternidade Brasileira, entre eles, destacamos o Pe. Arthur de Andrade, iniciado em três de junho de 1898.

⁸³ LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE BRASILEIRA. *Livro de Atas n.º 1*, 26/11/1897, folha 4.

⁸⁴ LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE BRASILEIRA. *Livro de Atas n.º 1*, 02/12/1897, folha 7. [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁸⁵ LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE BRASILEIRA. *Livro de Atas n.º 1*, 28/03/1898. [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁸⁶ *Ibidem*.

A loja maçônica funcionava como um importante espaço de sociabilização, não só para seus membros, como para a comunidade que tantas vezes utilizou seu espaço para encontros e comemorações. Como exemplo, pode-se citar a festa de inauguração da Companhia Mineira de Eletricidade que havia sido instalada na cidade de Juiz de Fora. Tal festa ocorreu dentro do espaço da Loja Maçônica *Fidelidade Mineira* no ano de 1888.⁸⁷ Jair Lessa, em seu livro “*Juiz de Fora e seus Pioneiros*”, declara ser o povo de Juiz de Fora muito festeiro e narra com detalhes o dia da “festa da eletricidade”:

Apareceram logo as bandas do maestro Carlos Alves, do Clube São Mateus e as dos Colégios São Pedro e São Salvador. Enfeitou-se a rua Halfeld e a Avenida, com galhardetes coloridos e bandeiras. Concentrou-se grande massa popular em frente à Fábrica Mascarenhas, feericamente iluminada. Organizou-se logo um préstito, que seguiu, pela Avenida Getúlio – com os diretores da Companhia Mineira de Eletricidade devidamente engravatados à frente – subiu a Rua Halfeld, atingiu a Avenida e parou em frente à Loja Maçônica – deslumbrantemente iluminada, “dir-se-ia um palácio encantado”. Formados em frente ao prédio alunos de alguns colégios e suas bandas musicais. Luis Detsi saudou a Câmara. Fonseca Hermes agradeceu. Tinha lá dentro – estranho! – um padre: Hipólito de Campos, que saudou a Imprensa. Outro padre... Ezequiel, saudou seu antigo discípulo Bernardo Mascarenhas.⁸⁸

Chama a atenção não apenas o fato de a festa ter se realizado no prédio da Maçonaria, mas também a presença de dois padres nessa comemoração, fato que espanta o próprio autor. Este termina fazendo uma consideração sobre a Igreja Matriz e sobre o baile que aconteceu nas dependências da loja: “A Igreja Matriz, coitadinha, estava lá no outro extremo da Avenida, humildemente pirilampando aos lampiões. Não se via o Padre Tiago⁸⁹. E, como já sabem, o Imperador não foi convidado. Em seguida, realizou-se nos salões da Maçonaria um animado “meneio coreográfico” que durou até o amanhecer”.⁹⁰

Cabe destacar que o Templo da Fidelidade Mineira foi o primeiro espaço a usar luz elétrica em toda a América do Sul. Tal eletricidade, obviamente, era oriunda da Usina de Marmelos, primeira usina hidroelétrica construída no Brasil, sediada no

⁸⁷ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, p. 63.

⁸⁸ LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros* (Do Caminho Novo à Proclamação). Juiz de Fora: UFJF / Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985, p. 229. [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁸⁹ Durante esse período o Padre Tiago já se achava doente e quase não saía mais de casa.

⁹⁰ LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros*, p. 229. [Respeitou-se a grafia original.]

município de Juiz de Fora. Tal acontecimento nos mostra como a Maçonaria estava aberta aos avanços da época.⁹¹

Muitos dos ideais modernos e liberais vigentes no final do século XIX no Brasil podem ser encontrados nas discussões dos maçons juizforanos. Destaca-se, por exemplo, o empenho dos membros da *Fidelidade Mineira* em angariar fundos para a libertação de escravos. Há registros da libertação de escravos durante cerimônias comemorativas da ordem, como por exemplo, na cerimônia de instalação oficial da loja, em 1º de junho de 1873 (dezesseis anos antes da abolição da escravatura), ocasião em que duas escravas foram libertas, Honorata de 14 anos e Tereza de 18 anos.⁹² Tem-se notícia também de uma caixinha mantida pelos irmãos com o objetivo de arrecadar fundos para a alforria de escravos.

Outro marco da Maçonaria em Juiz de Fora é a instalação da Loja de Adoção das Filhas de Hiram em 20 de julho de 1902, uma experiência maçônica feminina que acabou sendo extinta em 04 de outubro de 1903. Sua curta duração deve-se ao fato de o Grão Mestre Quintino Bocaiúva não a ter aprovado devido a interesses políticos. O que restou foram apenas suas atas, que estão disponíveis no atual museu da *Fidelidade Mineira*.

A Loja de Adoção Filhas de Hiram foi constituída no dia vinte de julho de 1902 sob o patrocínio da Loja Fraternidade Brasileira, a qual, nessa época, funcionava na sede da Fidelidade Mineira. Durante essa reunião, a irmã Agatha Teixeira de Novaes foi aclamada Venerável. Consta na Ata da reunião:

Aos vinte dias do mez de Julho de mil novecentos e dois E. V.: nesta cidade de Juiz de Fora á Rua Direita n° 163 no Temp.: onde funciona a Loj.: Cap.: Fraternidade Brasileira, as 7 horas da noite, presentes os MMaç.: RReg.: Christovão Gagliano 30.: Francisco Rodrigues de Almeida Novaes 30.: e José Marcelino de Oliveira 33.: ahi compareceram as Exm^{as} Senr^{as} DD. Agatha Teixeira de Novaes 3.: Agripina de Mattos 3.: Zulmira de Mattos 3.: Albertina de Oliveira 3.: Salonica de Oliveira 3.: Augusta Bernardina de Alvarenga 3.: Guilhermina Magdalena de Oliveira 3.: Maria Vassalo 3.: Rosa Vassalo 3.: Julieta Lisboa 3.: e Palmyra Julia Barreto de Oliveira 3.: As quaes

⁹¹ No livro “*Companhia Mineira de Eletricidade*”, Paulino de Oliveira também descreve a festa de inauguração da Usina de Marmelos, ocorrida no dia 05 de setembro de 1889: “Houve grandes folguedos populares, tendo sido a Diretoria da Empresa acompanhada por enorme multidão desde a Fábrica Mascarenhas até a Maçonaria, na Rua Direita, que estava feericamente iluminada. Serviu-se ali lauto banquete, durante o qual falaram diversos oradores, seguindo-se um baile.” (OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.) [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁹² COSTA, Jacintho Rodrigues da. *Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira” – Or.: De Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Loja Maçônica Fidelidade Mineira, março de 1958. (Trabalho realizado em 16 de maio de 1928), pp. 9-10.

foram aclamadas Ir.: da Loj.: De Adopção “Filhas de Hiram” e como taes foram iniciadas por Maçons competentes conforme certificados que apresentaram, sendo aberta a Sess.: de instalação sob a presidencia do Ir.: José Marcelino de Oliveira 33.: e os demais Ir.: acima declarados.⁹³

A partir de setembro de 1902, as reuniões deixaram de acontecer no prédio cedido pela Fidelidade Mineira. De acordo com o Livro de Atas, isso teria ocorrido devido à má vontade de um dos membros da loja. No período de 21 de setembro de 1902 a 26 de março de 1903 a Loja de Adopção Filhas de Hiram funcionou provisoriamente na residência do Ir.: José Marcelino de Oliveira.⁹⁴

Mesmo com essa dificuldade, as reuniões continuaram acontecendo embora esse incidente tenha alterado os ânimos dos membros da loja. Segundo o Livro de Atas: “Dada a palavra a bem da ord.: Em Ger.: E do [Quadro] em particular uza da mesma o Ir.: Orad.: Fazendo ver o sentimento que se achava em ter de trabalhar provisoriamente em caza particular pedindo toda calma e paciência ate se regularizar esse incidente.”⁹⁵

A partir do dia 25 de abril de 1903, as reuniões passaram a ser realizadas na sede da Loja Fraternidade Brasileira, na Rua da Imperatriz. Deve-se ressaltar que a Loja de Adopção Filhas de Hiram sempre funcionou em caráter provisório, uma vez que sua regularização não chegou a se concretizar. Segundo o Ir.: José Marcelino, conforme relata a ata do dia 18 de outubro de 1902, o pedido de regularização da oficina foi indeferido em virtude de não ser permitido Loja de Adopção no Rito Escocês.⁹⁶ A questão da regularização foi uma preocupação constante entre os irmãos e irmãs da loja.

A última ata presente no livro, com data de 04 de outubro de 1903, não diz nada a respeito do encerramento das reuniões. Inclusive, houve a iniciação de uma profana nos mistérios maçônicos durante essa sessão.⁹⁷ Aliás, pelo que se pode observar no Livro de Atas, muitas mulheres foram iniciadas na ordem durante todo o período de funcionamento da loja. Essas mulheres eram, em geral, jovens de 18 a 19 anos, filhas ou esposas de maçons, embora não se possa afirmar que o parentesco maçônico fosse primordial para a filiação na ordem.

⁹³ LOJA DE ADOÇÃO FILHAS DE HIRAM. *Livro de Atas n° 1*, 20/07/1902, folha 1. [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁹⁴ LOJA DE ADOÇÃO FILHAS DE HIRAM. *Livro de Atas n° 1*, 21/09/1902, folha 7.

⁹⁵ LOJA DE ADOÇÃO FILHAS DE HIRAM. *Livro de Atas n° 1*, 21/09/1902, folha 8. [A ortografia respeitou a cópia original.]

⁹⁶ LOJA DE ADOÇÃO FILHAS DE HIRAM. *Livro de Atas n° 1*, 18/10/1902, folha 10.

⁹⁷ LOJA DE ADOÇÃO FILHAS DE HIRAM. *Livro de Atas n° 1*, 04/10/1903, folhas 37-38.

A *Loja Maçônica Fidelidade Mineira* foi a responsável pela primeira tentativa de se fundar um Grande Oriente Estadual. Em 11 de junho de 1894, surge o Grande Oriente Mineiro, organizado por essa loja, tendo como fundador e primeiro Grão Mestre Christovão Rodrigues de Andrade. Mas a experiência durou pouco, apenas 1 ano e três meses, pois a *Fidelidade Mineira* voltou a se filiar ao Grande Oriente do Brasil em setembro de 1895.⁹⁸ Isso porque de acordo com o Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil, o Decreto nº 9 de 08/03/1895 “declara ilegais e ilegítimos todos os corpos maçônicos do Estado não filiados a ele, e sendo posto a coberto todos os maçons que delas fizerem parte...”⁹⁹

Anos depois, a idéia de se fundar um Grande Oriente Estadual volta a chamar a atenção dos maçons juizforanos, que pretendiam unir as lojas da cidade para este fim. Conforme se vê no livro de atas, o maçom Antônio Justiniano Bastos, visitou a Fidelidade Mineira com o objetivo de “propor a esta Off.: a junção de todos os Mac.: em um só grupo”, com o objetivo de instalar um Grande Oriente Estadual, que poderia ser instalado em Juiz de Fora ou na capital do Estado.¹⁰⁰

O arraial de Juiz de Fora emancipou-se do município de Barbacena em 31 de maio de 1850, sendo elevado à categoria de Vila do Santo Antônio do Paraibuna. Mas a primeira reunião da Câmara Municipal com a instalação efetiva do novo município só ocorreu em 7 de abril de 1853. Inicialmente, a Câmara era regida pela lei de organização municipal de 1º de outubro de 1828, segundo a qual, deveriam ser eleitos sete vereadores e o presidente era o mais votado entre eles. Mesmo após a Proclamação da República, o município continua sendo regido pela Câmara Municipal, sendo que o presidente da Câmara passa a exercer também a função de Agente Executivo. A cidade só passa a ser administrada por um Prefeito após a Revolução de 30. Naquela época, os vereadores tinham um mandato de três anos, com direito à reeleição.¹⁰¹

Observando-se o quadro “Aug.: e Resp.: Loja Maçônica Fidelidade Mineira (1870 a 1995 – 125 anos) – Vereadores à Câmara Municipal de Juiz de Fora pertencentes à Loja”, presente no “*Museu Maçônico da Fidelidade Mineira*”, constata-se que um grande número de maçons ingressou no poder público municipal. Deve-se levar em consideração que a Loja Maçônica Fidelidade Mineira foi criada em 12 de

⁹⁸ NASCIMENTO, Robert Junior do. *Christovão Rodrigues de Andrade*, pp. 6-8.

⁹⁹ KURT, Prober. *Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil: Ativas, Abatidas e Inativas*. 1975, p. 30.

¹⁰⁰ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 03/03/1900, folha 155.

¹⁰¹ Cf: Quadro “Aug.: E Resp.: Loja Maçônica Fidelidade Mineira (1870 a 1995 – 125 anos) – Vereadores à Câmara Municipal de Juiz de Fora pertencentes à Loja”; Juiz de Fora, 12 de março de 1995.

março de 1870 e que, portanto, os nomes citados até esta data ainda não eram membros da Maçonaria, embora tenham se tornado, alguns anos depois, membros inauguradores da “*Fidelidade Mineira*”.¹⁰²

No período de 1869 a 1891, a Câmara possuía um total de nove membros a cada eleição. Havia também os suplentes, os quais eram convocados por motivo de renúncia ou licença daqueles.¹⁰³ Nesse período, 24% dos vereadores (15 dos 63 membros da Câmara) eram maçons. O período seguinte vai de 1892 a 1950, quando a Câmara passa a ter 15 vereadores eleitos. O aumento do número de vereadores se deu graças à nova organização dos municípios mineiros (lei nº 2, de 14 de setembro de 1891).¹⁰⁴ Durante essa fase, cai um pouco a participação dos maçons na Câmara, uma vez que apenas 5% das cadeiras de vereadores foram ocupadas por membros da Maçonaria.¹⁰⁵

De qualquer forma, trata-se de um índice considerável, indicando que os maçons juizforanos conseguiram manter certa influência sobre o poder público municipal.¹⁰⁶ Isso não quer dizer que esses maçons partilhassem dos mesmos ideais, pertencessem ao mesmo partido ou que sofressem influência de sua identidade maçônica em suas atuações políticas. Dessa forma, não se pode falar em uniformidade na ação política desses homens.

Cabe destacar que, dos 21 maçons eleitos vereadores nos dois períodos considerados, um total de 12 maçons conseguiu se reeleger. O maçom Anthero José Lage Barbosa, por exemplo, foi reeleito quatro vezes, sendo que em dois períodos (1865 a 1868 e 1892 a 1894) ele ocupou o cargo de Presidente da Câmara. Christóvão Rodrigues de Andrade, primeiro Venerável da Loja Maçônica Fidelidade Mineira, conseguiu se reeleger como vereador por três vezes e também foi Presidente da Câmara nos anos de 1869 a 1872. Também ocuparam por três vezes as cadeiras da Câmara outros influentes maçons: Avelino Rodrigues Milagres, Henrique Guilherme Fernando Halfeld, Marcelino de Assis Tostes e Pedro Marques de Almeida. Houve também aqueles que foram eleitos duas vezes para a Câmara: Agostinho Antônio Corrêa,

¹⁰² Ver anexo 7.

¹⁰³ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*, p. 44.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*, p. 145.

¹⁰⁵ Ver anexo 8.

¹⁰⁶ Françoise Jean de Oliveira Souza, em sua dissertação de mestrado intitulada “*Vozes maçônicas na província mineira*” também analisou a participação política dos maçons da Loja Fidelidade Mineira na cidade de Juiz de Fora e considerou relevante a participação desses homens no poder público municipal. (SOUZA, 2004, p. 120.)

Augusto Carlos Álvares Pena, Bernardo Mariano Halfeld, Francisco Rodrigues de Almeida Novais, Joaquim Simeão de Faria e José Caetano de Moraes e Castro. Os demais maçons foram eleitos por apenas um mandato.¹⁰⁷

Alguns poucos maçons juizforanos tornaram-se figuras importantes na política local, tais como Christovão Rodrigues de Andrade, Major Henrique César Vaz, membros da família Tostes e da família Halfeld.¹⁰⁸ O fundador da loja *Fidelidade Mineira*, por exemplo, Christovão Rodrigues de Andrade, iniciou sua carreira política no ano de 1865, sendo eleito Vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Em 1869 foi reeleito, passando a ocupar o cargo de Presidente da Câmara e Intendente da cidade¹⁰⁹, por ter sido o candidato mais votado nas eleições desse ano. No ano de 1874, ele foi nomeado Provedor da Santa Casa de Misericórdia e em 1877, Christovão volta novamente à Câmara Municipal.¹¹⁰

Cabe ressaltar ainda, que, numa época em que o poder monárquico combateu homens e corporações que defendessem os ideais de liberdade, assim como as idéias democráticas e republicanas, a *Fidelidade Mineira* foi sede do último congresso republicano.¹¹¹ Mesmo indo contra os ideais do clero e do governo, os congressistas achavam-se sob a proteção do templo maçônico. Sobre tal acontecimento, Jacintho Rodrigues da Costa, então venerável da loja, pronuncia em trabalho realizado em 16 de maio de 1928:

Daí temos que nos render à evidencia de que, naquele tempo de obscurantismo a nossa Arte Real personificada na Maçonaria Brasileira era de fato uma potência político-cívico-social.

Nem o poder imperial se atreveu a interpor-se às resoluções dos nossos saudosos Ir.: consentindo sessões republicanas nesta casa, em plena efervescência da política nacional.¹¹²

Esse trecho deixa bem clara a proliferação dos ideais republicanos no ambiente da loja maçônica, mesmo em um período tão conturbado como foram os anos finais do Império. O espaço maçônico pode ser considerado, nesse período, um lugar privilegiado

¹⁰⁷ Ver anexo 9.

¹⁰⁸ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira*, p. 122.

¹⁰⁹ Tal cargo possuía poderes referentes aos de Prefeito nos dias atuais.

¹¹⁰ NASCIMENTO, Robert Junior do. *Christovão Rodrigues de Andrade*, p. 2.

¹¹¹ Segundo Peri Mesquida, o fato de Juiz de Fora ser a primeira cidade a aderir ao Manifesto Republicano de 1870 confirma a estreita relação entre a Maçonaria e o movimento republicano. (MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDUFJF/EDITEO, 1994, p. 24.)

¹¹² COSTA, Jacintho Rodrigues da. *Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira”*, p.15-16.

para se fazer política, pois seus membros estavam protegidos pelo segredo e pela discrição de seus membros.

Mas, nem sempre, os maçons estiveram livres das reações opostas do mundo exterior. Como se sabe, a Maçonaria foi condenada diversas vezes pelos poderes papais e alguns maçons perseguidos, considerados membros de uma ordem monstruosa, ímpia, criminosa, inimiga da Igreja de Deus, do trono e do altar. Um exemplo dos ataques católicos à instituição maçônica juizforana é o ocorrido com o Padre Dr. Paulo Grande, diretor do Colégio Progresso em Juiz de Fora.¹¹³ Ele ingressou na *Fidelidade Mineira* em 08 de janeiro de 1873, mas devido a perseguições, em março do mesmo ano, ele é suspenso das ordens eclesiásticas.

Acrescenta-se, ainda, um outro caso semelhante: no mês de dezembro de 1873, conforme consta no Livro de Atas, a loja toma conhecimento da perseguição exercida pelo clero contra o Colégio do Padre Almeida Martins, membro do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. O venerável da loja *Fidelidade Mineira*, Christovão Rodrigues de Andrade, também sofreu perseguições, tendo sido processado pelas autoridades religiosas e absolvido em junho de 1874.¹¹⁴

Ao se perguntar quem eram esses homens, iniciados nos mistérios maçônicos, normalmente as pessoas acreditam que eles são, em sua grande maioria, pertencentes a uma elite política, econômica e ilustrada. Tal visão deve ser relativizada, afinal, não é possível fazer generalizações nesse sentido, nem tomar seus dirigentes como o espelho do restante dos membros de uma loja. Torna-se necessário, portanto, enxergar a Maçonaria em sua diversidade e complexidade, levando em conta as especificidades de cada região e de cada loja.

Isso porque as lojas maçônicas eram bastante heterogêneas, principalmente se a compararmos com outras formas associativas tradicionais – como as irmandades religiosas e outros espaços de sociabilidade intelectual. Como veremos a seguir, numa mesma loja era possível encontrar homens de diversas profissões e condições sociais reunidos num mesmo espaço: militares, negociantes, profissionais liberais, funcionários públicos, proprietários de terras membros da nobreza, entre outros. Deve-se ressaltar que essa diversidade não significa, necessariamente que a Maçonaria não fosse

¹¹³ O cônego Dr. Paulo Grande fundou o Colégio Progresso na cidade de Juiz de Fora no ano de 1873, na rua Direita, para o ensino primário e secundário. Nessa época, já existia na cidade o colégio do também cônego Roussin e uma escola primária, dirigida pela professora Francisca Xavier da Silva Lopes. (OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Companhia Dias Cardoso S.A., 1953, p. 114.)

¹¹⁴ COSTA, Jacintho Rodrigues da. *Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira”*, pp. 6, 7 e 12.

excludente, uma vez que, muitas vezes, alguns candidatos não eram aceitos por não poderem arcar com algumas despesas características das lojas maçônicas, como o financiamento de algumas atividades (gastos com beneficência, socorro mútuo entre os irmãos e o pagamentos das jóias).¹¹⁵

Ao se analisar o Livro de Matrículas da Loja Fidelidade Mineira, no período pós-instalação da Loja (1870-1910), chama a atenção o grande número de negociantes presentes nos quadros maçônicos (quase 25% dos membros da loja). Em seguida, encontra-se um grande número de profissionais liberais (cerca de 17,5% dos maçons), entre eles há uma grande variedade de ofícios, embora se destaquem advogados, guardalivros, engenheiros e médicos. Os comerciantes (14%) e os artistas (12%) também têm uma representação marcante. Por último, destacam-se os fazendeiros (6%) e funcionários públicos (4,5%). Os demais profissionais não possuem uma representação acentuada, mas demonstram uma grande variedade de ocupações: viajantes, militares, industriais, estudantes, religiosos (entre eles, um padre, um pastor metodista e um pregador evangélico).¹¹⁶

No período seguinte (décadas de 1920 a 1940), destaca-se o grande número de comerciantes que ingressaram na instituição maçônica (cerca de 78% dos membros). O aumento do número de comerciantes na Fidelidade Mineira ilustra um momento em que a cidade de Juiz de Fora está se desenvolvendo, principalmente no que diz respeito ao comércio. Mais uma vez os profissionais liberais se destacam, abrangendo 29% das iniciações da loja, o que também é compreensível com o crescimento da cidade. Os militares também registram um grande aumento (representam cerca de 21% dos maçons) se compararmos com o período anterior, onde eles representavam apenas 1,5% dos membros da loja. Isso também pode ser explicado com a construção de uma cidade mais organizada, fruto dos anseios de grupos modernizadores que almejavam uma cidade mais civilizada.

Os negociantes tiveram uma baixa significativa. Se, no período anterior estavam no topo da lista, agora passam a representar apenas 5% dos maçons. Aqueles que dependiam de um emprego, ou seja, que trabalhavam para outros, também tiveram um crescimento significativo: de 4% dos membros da loja para 19% nesse período. Os demais profissionais continuam a nos revelar uma grande variedade de ocupações.

¹¹⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 114.

¹¹⁶ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Matrícula Geral dos Irmãos de 1870-1940*.

Deve-se considerar, entretanto, o aparecimento de duas profissões que não apareceram anteriormente: ferroviários e bancários (personagens importantes em uma cidade que se urbanizou).¹¹⁷

Nos dois períodos analisados, verificou-se que, ao ingressarem na ordem, os maçons tinham, em média 30 a 40 anos. Nos anos iniciais da loja, também é significativo o número de maçons jovens, com idade entre 20 a 29 anos. Já nas décadas de 1920 a 1930 esse percentual abaixa um pouco e aumenta o número de maçons com 40 a 49 anos. Nos dois períodos analisados, o número de maçons que ingressaram na ordem com idade superior a 60 anos é mínimo. Isso nos leva a pensar que a Maçonaria teve uma melhor aceitação entre os jovens e homens de 30 a 50 anos.

Mais da metade desses homens eram casados quando ingressaram na ordem, o que demonstra que o fato de um homem possuir uma família constituída era visto com bons olhos pelos maçons ao escolherem seus novos membros. Dessa forma, somente nos anos iniciais da ordem é que se observa uma relativa quantidade de solteiros (29,85% dos membros), uma vez que, nesse período, era preciso expandir a ordem através do ingresso de novos membros (casados ou não).

Embora a maior parte dos membros morassem em Juiz de Fora, cerca de 5% dos maçons residiam em outras localidades. Entre as cidades vizinhas, destaca-se: Rio Novo, Simão Pereira, Matias Barbosa, São João Nepomuceno, Mar de Espanha, Guarará, Leopoldina, Lima Duarte, Barbacena, etc. Há, também, aqueles que declararam residir em locais mais distantes como: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ouro Preto, Petrópolis, etc. Pode-se depreender que a Maçonaria local exercia influência em outras cidades, as quais, em muitos casos, ainda não possuíam uma loja maçônica em seu meio.

No que diz respeito à religião proferida pelos maçons da Fidelidade Mineira, observa-se que a maioria eram católicos, embora haja uma quantidade razoável de protestantes e um pequeno número de evangélicos. Muitos nomes não apresentam especificação de religião, o que não quer dizer, necessariamente, que esses homens não fossem católicos. A partir de 1944, por exemplo, não há delimitação de religião em nenhum cadastro. Neste ponto, discordamos de Souza, pois esta historiadora considera os que não delimitaram uma religião como não-católicos.

¹¹⁷ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Matrícula Geral dos Irmãos de 1870 –1940.*

Embora o número de não-católicos (12%) seja pequeno se compararmos com o de católicos (65%), trata-se de um índice considerável quando levamos em conta pesquisas feitas em outras cidades mineiras, onde o número de católicos chega a 100% dos membros das lojas.¹¹⁸ Também não é possível afirmar que essa quantidade de protestantes na loja seja fruto da presença de imigrantes nesta, uma vez que, no período abrangido por essa pesquisa, apenas 6 entre os 112 membros estrangeiros eram protestantes, mais especificamente metodistas.

Entre esses imigrantes, observa-se que a maioria era de origem portuguesa (mais de 60% deles). Os italianos e alemães também tinham uma presença significativa na loja (cerca de 25% dos imigrantes maçons). Além destes, também é possível encontrar árabes, belgas, egípcios, franceses, norte-americanos, romenos e sírios. Mais uma vez, os dados retratam a própria sociedade juizforana, onde era grande o número de imigrantes portugueses, seguidos dos italianos e alemães. Cabe destacar que a maior parte dos imigrantes maçons eram comerciantes na cidade, principalmente os portugueses.

Como se percebe, não é possível fazer generalizações, afinal, há uma grande variedade no que diz respeito ao perfil desses homens. Apesar das diferenças, pode-se fazer duas considerações: em primeiro lugar, eram homens que tinham condições de arcar com as contribuições exigidas pela instituição; e, em segundo lugar, eram alfabetizados, o que permitia um certo diferencial perante a sociedade laica, onde a maioria da população não sabia nem ler, nem escrever. Mas, deve-se ressaltar, nem todos eram diplomados, o que não impedia o convívio destes com a elite cultural presente nas lojas. Tal relacionamento permitiu a circulação de idéias e trocas culturais entre os diversos segmentos sociais em suas reuniões.

Conforme o exposto, fica clara a importância que a sociabilidade maçônica assumiu para diversos setores da cidade, principalmente aqueles que precisavam se afirmar numa sociedade em constante evolução e que, muitas vezes não possuíam um espaço onde pudessem falar abertamente sobre questões políticas, religiosas e econômicas. Dentro do espaço das lojas, esses homens não apenas adquiriram um espaço de socialização, como também passavam a fazer parte de uma vasta relação de trocas, que ia desde o ponto de vista cultural até os privilégios oriundos da fraternidade maçônica.

¹¹⁸ Refiro-me ao trabalho de Souza (*Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*, 2004).

3. Sociabilidade católica em Juiz de Fora

O arraial de Juiz de Fora foi transformado em Vila de Santo Antônio do Paraibuna em 31 de maio de 1850, mesma época da criação da freguesia de Santo Antônio.¹¹⁹ Seis anos depois, a vila foi elevada à categoria de cidade através de um decreto do presidente da província, destacado por Paulino de Oliveira em seu livro sobre a história da cidade: “Fazenda do Juiz de Fora no século XVIII, Vila de Santo Antônio do Paraibuna em 1850, Cidade do Paraibuna em 1856, a localidade voltou a ter a primitiva denominação em 1865, quando o art. 13 da lei provincial nº. 13, de 19 de Dezembro, determinou: ‘A Cidade do Paraibuna denominar-se-á Cidade do Juiz de Fora’”.¹²⁰

Em fins do século XIX, a cidade de Juiz de Fora passou por um rápido crescimento marcado fortemente por ideais de progresso, o qual baseou-se na agricultura, na facilidade de comunicação e dos transportes, na vinda de imigrantes e, ainda, no incremento do comércio e da indústria.¹²¹ Nos primeiros anos de formação da cidade, a Estrada União e Indústria, inaugurada em 23 de junho de 1861, contribuiu significativamente para o progresso de Juiz de Fora. Mais tarde, com o estabelecimento das comunicações rodoviárias entre a Província de Minas e a Corte, a cidade se desenvolveu ainda mais.¹²²

Foi somente com a inauguração do ramal ferroviário Mariana – Ponte Nova, que Juiz de Fora, até então considerada a Metrópole da Zona da Mata, começou a perder a concorrência da população dessa rica região do Estado. Mas, tal fato não fez com que a cidade parasse de progredir, afinal, com uma população de cerca de 80.000 pessoas, a cidade já possuía vida própria e pôde, dessa forma, resistir à grande perda. A criação do Bispado de Juiz de Fora, assim como o estabelecimento da 4ª. Região Militar, contribuíram para trazer à cidade novos elementos de progresso.¹²³

O Rio de Janeiro, tanto por sua proximidade geográfica quanto por ser um modelo de civilização, tornou-se referência para os juizforanos que almejavam uma cidade mais moderna e civilizada. Tudo isso possibilitou um intercâmbio econômico e

¹¹⁹ De acordo com Paulino de Oliveira, a elevação do arraial à categoria de Vila se deu em 31 de maio de 1850, através do art. 8º. da Lei Provincial nº. 472, mas o novo município só se instalou efetivamente em 1853, quando, no mês de abril, se realizou a primeira reunião da Câmara Municipal com a realização do juramento legal dos vereadores eleitos. (OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*, pp. 25-27.

¹²⁰ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*, p. 63.

¹²¹ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, pp. 57-58.

¹²² OLIVEIRA, Paulino de. *Op. cit.*, pp. 45 e 85.

¹²³ *Ibidem*, pp. 231-233.

cultural capaz de proporcionar uma maior abertura e um maior cosmopolitismo, distinguindo Juiz de Fora da antiga região do ouro. Tais características teriam favorecido a proliferação de diversas culturas, crenças, idéias e comportamentos, o que se tornou uma preocupação para as autoridades eclesiásticas.¹²⁴

Esse rápido desenvolvimento urbano atraiu diversos sacerdotes para a cidade, os quais, além do sacerdócio, passaram a exercer diversas atividades na sociedade, desde o ponto de vista educacional, passando pela saúde, e até mesmo, pela política. Mas esses padres estavam longe de satisfazer as aspirações que o bispo reformador, D. Viçoso, desejava para seu clero, já que encontravam-se integrados nos antigos padrões de vida clerical.¹²⁵ Para Pedro Nava, esses padres faziam parte da nova elite social que se formava na cidade, sendo citados ao lado de importantes famílias da cidade, onde ele destaca os nomes do Padre Joaquim Furtado de Mendonça, do cônego José de Souza e Silva Roussin e do vigário Tiago Mendes Ribeiro.¹²⁶

Para Riolando Azzi, desde o momento de sua fundação, o espaço da sociedade juizforana em formação foi disputado por dois setores: os que queriam a permanência de valores religiosos e os que defendiam os ideais de progresso, com suas características secularizantes (como os maçons).¹²⁷ Mas, a meu ver, essa divisão é um pouco simplista, afinal, há ainda aqueles que se situavam em ambos os lados, isto é, ao mesmo tempo em que pregavam a importância da religião e contribuía para a implantação do catolicismo na cidade, viam-se encantados com os princípios modernizadores e colaboravam para a penetração do progresso na cidade.

Nesse sentido, destacamos algumas personalidades importantes nos momentos iniciais da cidade, como Mariano Procópio Ferreira Lage e Henrique Guilherme Fernando Halfeld¹²⁸. O primeiro construiu a primeira capela de Nossa Senhora da Glória junto à estação da cidade e o segundo forneceu verbas para as obras da Matriz de Santo Antônio e também doou um terreno para a construção da Igreja de São Sebastião. Mas, se olharmos para a sociedade juizforana, veremos que nenhum deles estava apenas

¹²⁴ FERENZINI, Valéria Leão. Aspectos Culturais e Religiosos dos Imigrantes Alemães e Italianos no Contexto da Romanização em Juiz de Fora (1894 – 1920). In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000, p. 81.

¹²⁵ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 69.

¹²⁶ NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. 11 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Giordano, 2005, p. 133.

¹²⁷ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 36.

¹²⁸ Membro inaugurador da Loja Maçônica Fidelidade Mineira de Juiz de Fora, conforme consta no Livro de Matrículas da Loja. Assim como ele, vários membros da família Halfeld eram membros da Maçonaria, como Bernardo Mariano Halfeld, Fernando Feliciano Halfeld, Guilherme Justino Halfeld, Júlio Halfeld e Pedro Maria Halfeld.

preocupado com a religião e a caridade. Basta observarmos os diversos empreendimentos modernos implementados por esses homens na sociedade juizforana, como a construção de estradas e edifícios destinados ao progresso da cidade.¹²⁹

Também houve uma diferença de posicionamentos no que diz respeito às atitudes dos clérigos e dos médicos da cidade. Estes acusavam os primeiros de se preocuparem apenas com a alma dos mortos, enquanto eles, sim, se dedicavam à melhoria da saúde dos vivos.¹³⁰

Outro problema decorrente da modernização da cidade é o conflito em torno da secularização dos cemitérios. Setores progressistas e, principalmente, os imigrantes que professavam o luteranismo ou o protestantismo passaram a se preocupar com a sepultura daqueles que, como eles, não fossem católicos. Esse problema se resolveu com a proclamação da República e com a separação entre Igreja e Estado, quando ficou decretada a secularização dos cemitérios em todo o país.¹³¹

No período de implantação da Igreja Católica em Juiz de Fora, o culto aos santos tinha grande importância na formação dos fiéis. Nesse período, foi dentro do lar que a fé foi transmitida de geração a geração, por meio dos ensinamentos dos pais. Entre esses ensinamentos, pode-se destacar: o poder divino na criação do mundo, a inferioridade do homem perante Deus e a necessidade de intercessão dos santos na vida humana.¹³²

De fato, o catolicismo popular no Brasil foi fortemente influenciado pelo catolicismo vindo de Portugal, trazido para cá por católicos leigos que aqui implantaram as devoções, os cultos aos santos, o hábito das procissões e das festas religiosas. Devido à ausência do clero regular na sociedade mineira, os leigos passaram a assumir o controle das atividades religiosas, por meio da construção e manutenção de capelas, ermidas e, também, com o surgimento das confrarias, ordens terceiras e irmandades.¹³³

O precário controle exercido pela estrutura eclesiástica sobre os núcleos de vida religiosa favoreceu a autonomia da religiosidade popular típica do catolicismo brasileiro de “muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre”. Com a

¹²⁹ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p. 53.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 68.

¹³¹ *Ibidem*, p. 67.

¹³² AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, pp. 22-23.

¹³³ CORRÊA, Eliane Machado & SILVA, Simone Santos de Almeida. A religiosidade nas origens do espaço urbano juizforano: petições e despachos para ereção de capelas em devoção a Santo Antônio. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000, pp. 27 e 28.

implantação das diretrizes romanizadoras, a hierarquia da Igreja começou a se preocupar com essa autonomia e a limitar essas manifestações de religiosidade popular, amarrando-as às idéias eclesiais.¹³⁴

A proibição de fixação de ordens religiosas no território mineiro levou à proliferação de irmandades¹³⁵ e confrarias, as quais ficavam incumbidas de manter, construir e enfeitar as igrejas. A direção das irmandades, que funcionavam como uma entidade autônoma e isolada, ficava sob a responsabilidade de leigos, os quais, como membros das irmandades, organizavam festas religiosas nas comunidades.¹³⁶ Há, portanto, um grande poder de ação nas mãos dos leigos que comandavam as irmandades religiosas no fim do século XIX. Isso pode ser explicado pela escassa influência que os padres exerciam sobre os fiéis nesse período, anterior à implantação da reforma ultramontana.

As irmandades assumiram grande importância na sociedade mineira, onde praticamente todas as pessoas, pobres ou ricas, livres ou escravas, faziam parte de seu meio. Era nas irmandades que se manifestava o espírito religioso da população através da preparação das cerimônias de culto de uma dada sociedade. Para essas pessoas, a religião era um divertimento, uma forma de sociabilização, de convívio, principalmente através das grandes festividades promovidas pelas irmandades. Estas, como promotoras da vida religiosa também se ocuparam da construção de templos e cemitérios, papéis originalmente destinados ao Estado.¹³⁷

A prestação de assistência social e securitária aos filiados era uma das preocupações das irmandades, as quais ofereciam diversos benefícios: auxílio à velhice, doença, sepultamento, celebração de missas. Para as pessoas pobres, essas coisas assumiam grande importância, visto que muitas vezes os custos eram altos e impossibilitavam seu acesso.¹³⁸

Mas, a partir de meados do século XIX, o grande número de maçons presentes nas irmandades levou os bispos reformadores a desestimular a fundação de irmandades

¹³⁴ CORRÊA, Eliane Machado & SILVA, Simone Santos de Almeida. A religiosidade nas origens do espaço urbano juizforano, p. 30.

¹³⁵ As irmandades eram associações religiosas onde os leigos se reuniam no Catolicismo tradicional com o objetivo de manter o culto ao santo de sua devoção.

¹³⁶ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, pp. 44-45.

¹³⁷ MIRANDA, Beatriz V. Dias. “O Bem Morrer”: Religiosidade popular e organização social. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000, pp. 19 e 20.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 20.

e confrarias e, como conseqüência, os homens se afastaram da prática católica. Em Juiz de Fora, havia uma escassez de irmandades, o que demonstra que as expressões da fé católica na cidade não eram muito intensas.¹³⁹

Logo nos primeiros anos de fundação da cidade de Juiz de Fora, a 6 de agosto de 1854, um grupo de homens liderados pelo Barão de Bertioga (José Antônio da Silva Pinto) fundou a primeira irmandade da cidade, a Irmandade Nosso Senhor dos Passos. Ao participarem de irmandades, os brasileiros buscavam a garantia de assistência em vida e, principalmente, no momento da morte.¹⁴⁰

Dessa forma, era comum a criação de locais de assistência aos enfermos pelos membros das irmandades. Em fins do século XIX, por exemplo, a Irmandade Nosso Senhor dos Passos, construiu uma casa de assistência aos enfermos que, posteriormente recebeu o nome de Santa Casa de Misericórdia.¹⁴¹

Havia em Juiz de Fora também a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a qual reservava-se apenas aos homens e onde se reuniam pessoas importantes da elite local preocupadas com a divulgação do culto ao Santíssimo Sacramento. Ainda no século XIX, encontramos na cidade a Irmandade de Santo Antonio, constantemente citada em artigos de jornal.¹⁴²

Por volta do ano de 1885, essas irmandades passaram por momentos de crise graças a um maior controle por parte das autoridades sobre seu funcionamento, fruto da investida dos bispos reformadores. Estes passaram a acompanhar mais de perto essas instituições comandadas por leigos e que, muitas vezes permitiam a presença de maçons entre seus membros.¹⁴³ Vale lembrar que esta é uma época de conflito entre a Maçonaria, o Estado e a Igreja, uma vez que a memória da “Questão Religiosa” era ainda recente na sociedade.

No final do século XIX, mais especificamente em 22 de abril de 1888, é criada na cidade a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a qual admitia em seu meio pessoas de ambos os sexos, sem distinção de cores ou condição social. A presença de um espaço de sociabilidade onde negros e brancos ocupam o mesmo ambiente, representa um fato interessante, já que a escravidão ainda não havia sido abolida no Brasil. Para se fazer parte dessa sociedade era necessário apenas que o candidato não

¹³⁹ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 36.

¹⁴⁰ *Ibidem*, pp.47-49.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 50.

¹⁴² *Ibidem*, pp. 54-56.

¹⁴³ *Ibidem*, p.56.

estivesse ligado a nenhum tipo de censura eclesiástica nem pertencesse a sociedades proibidas pela Igreja.¹⁴⁴

Ao mesmo tempo em que essa irmandade apresenta um novo tipo de sociabilidade católica, onde pessoas de diferentes classes sociais se misturam, há também uma preocupação em não se opor aos objetivos da hierarquia eclesiástica, a qual esforçava-se por coibir a presença de maçons nessas sociedades.¹⁴⁵

Apenas essas quatro irmandades foram encontradas na cidade até 1890, quando se inicia o processo de Romanização e Reforma Católica Ultramontana na Igreja local. A Irmandade Nosso Senhor dos Passos e a do Santíssimo Sacramento ligavam-se predominantemente às elites, enquanto a do Rosário ligava-se à população de escravos e seus descendentes e a de Santo Antônio possuía uma devoção mais genérica.¹⁴⁶

No que se refere aos templos religiosos católicos da cidade, Mabel Salgado Pereira destaca, entre os templos religiosos católicos presentes na cidade de Juiz de Fora durante o período de Romanização e Reforma Católica Ultramontana, a igreja Matriz, a igreja dos Passos, a igreja alemã, a de São Sebastião, a do Rosário, a de São Mateus e a de São Roque. Fora essas igrejas, a autora também cita capelas particulares, entre elas a Capela da Academia de Comércio, do Colégio Santa Catarina, do Colégio Stella Matutina e do Asilo João Emílio.¹⁴⁷

Nos primeiros anos da República, o clero diocesano, embora não fosse numeroso, já exercia forte influência sobre a sociedade juizforana. Por meio desses templos e capelas é que o clero reformado procurava atingir os fiéis e implantar neles os ideais romanizados.¹⁴⁸ Os ensinamentos religiosos eram passados aos fiéis desde a infância até a idade adulta, por meio das pregações, das aulas de catecismo, das escolas católicas e também através das associações destinadas ao enquadramento dos jovens.

As instituições de caráter associativo foram muito importantes, na medida em que criavam laços de sociabilidade entre seus membros, oferecendo-os um espaço propício para a convivência social, a troca de experiências, ajuda aos necessitados, etc. Em Juiz de Fora, destaca-se a existência das seguintes instituições no final do século XIX e início do XX: Irmandade do Nosso Senhor dos Passos, dirigente da Santa Casa de Misericórdia; Sociedade União Católica Pão de Santo Antônio; três Conferências de

¹⁴⁴ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 57.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 57.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 60.

¹⁴⁷ *Ibidem*, pp. 103-105.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 105.

São Vicente de Paulo (uma no Alto dos Passos, uma na Igreja Matriz e outra na Igreja da Glória); Liga Mineira contra a Tuberculose; Sociedade Beneficente Brasileira – Alemã; Sociedade Auxiliadora Portuguesa; Sociedade Alemã de Socorros Mútuos; Sociedade Beneficente Juiz de Fora; Sociedade Beneficente Humberto I; a Maçonaria (com oito lojas espalhadas pela cidade); Instituto Jurídico Mineiro; Sociedade de Medicina e Cirurgia; Academia Mineira de Letras; Tiro 17.¹⁴⁹

Nos centros urbanos e também nas áreas rurais, as Santas Missões tinham a árdua tarefa de colocar os princípios da Reforma Católica Ultramontana em prática, além de fazer uma aproximação dos missionários com o povo e aprimorar a instituição paroquial.¹⁵⁰ As obras assistenciais também foram favorecidas pela iniciativa católica, especialmente a Santa Casa de Misericórdia (a qual prestava serviços de assistência aos doentes), o Asilo Padre João Emílio (que auxiliava meninas e jovens desamparadas), a Irmandade do Pão de Santo Antônio e as Conferências Vicentinas (entidades que se destinavam a amparar o pobres).¹⁵¹

Uma das estratégias da Reforma Católica Ultramontana, como veremos mais adiante, era a implantação de um projeto de educação católica na cidade. Dessa forma, a criação de colégios confessionais católicos foi fundamental para levar aos fiéis os princípios romanizadores que deveriam nortear suas vidas em sociedade. Ao matricularem seus filhos, a elite juizforana garantiu a sobrevivência desses colégios e também contribuiu para o enquadramento dos jovens e crianças nos parâmetros de sociabilidade do modelo romanizador. As famílias pobres também tiveram acesso a colégios católicos criados pelos institutos e congregações religiosos.¹⁵²

Entre os colégios católicos que se destinavam à formação moral e religiosa dos membros mais abastados da cidade e região, destacam-se a Academia do Comércio, os colégios Santa Catarina e Stella Matutina. A educação dos jovens divergia da educação que era ministrada às moças. Os primeiros eram instruídos para uma boa atuação na área profissional, por meio de uma instrução competente e adequada. Enquanto as futuras donas de casa eram formadas para serem “rainhas do lar”.¹⁵³ Durante esse período, deve-se destacar também a promoção de congressos, retiros e conferências para

¹⁴⁹ OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*, p. 193.

¹⁵⁰ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, pp. 110-111.

¹⁵¹ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 170.

¹⁵² PEREIRA, Mabel Salgado. *Op. cit.*, p. 119.

¹⁵³ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 168.

leigos com o objetivo de contribuir para a formação católica romanizada da sociedade.¹⁵⁴

Com a vinda de religiosos europeus para a cidade nos anos iniciais da República, as sagradas missões e o cuidado com os santos populares receberam um reforço. Graças aos esforços de Dom Silvério, estabeleceram-se em Juiz de Fora sete congregações européias, sendo que três eram masculinas (redentoristas holandeses, salesianos italianos e verbitas alemães) e as outras quatro eram congregações femininas (irmãs francesas do Sion, irmãs alemãs de Santa Catarina, irmãs alemãs Servas do Espírito Santo e irmãs francesas do Bom Pastor).¹⁵⁵

Os redentoristas alemães, desejosos de uma maior autonomia com relação à paróquia de Santo Antonio, conduzida pelo padre Venâncio Café, convenceram Dom Silvério a criar o curato de Nossa Senhora da Glória. Mas esses religiosos não tiveram uma boa aceitação entre os fiéis juizforanos, uma vez que se recusavam a aceitar a diversidade de expressões religiosas existentes no Brasil e assumiam posições autoritárias e rígidas.¹⁵⁶

As congregações femininas que se instalaram na cidade dedicaram-se tanto à educação das mulheres quanto à área da saúde. Na esfera educacional, destacam-se as religiosas do Sion, as Servas do Espírito Santo e as irmãs de Santa Catarina. Os colégios católicos eram muito importantes no sentido de se contrapor ao ensino leigo e aos colégios protestantes e garantir a hegemonia da Igreja Católica nessa área.¹⁵⁷ Já na área da saúde, deve-se ressaltar o papel desempenhado pela congregação das irmãs de Santa Catarina ao assumirem a administração interna da Santa Casa de Misericórdia. Também não se pode esquecer da atuação da congregação do Bom Pastor na direção do Asilo Padre João Emílio.¹⁵⁸

A europeização do clero juizforano intensificou o trabalho de catequese popular, modificando a forma como a fé era transmitida ao povo e passando a seguir os moldes “romanos”, o que levou a um distanciamento da tradição religiosa luso-brasileira, até então predominante na sociedade.¹⁵⁹ Com isso, o clero passou a exercer

¹⁵⁴ PEREIRA, Mabel Salgado. *Op. cit.*, p. 120.

¹⁵⁵ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p. 118.

¹⁵⁶ *Ibidem*, pp. 140-142.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p. 155.

¹⁵⁸ *Ibidem*, *loc.cit.*.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 135.

um rígido controle sobre os atos de devoção populares, que, aos poucos, foram se distanciando da antiga liberdade permitida pelo catolicismo tradicional.¹⁶⁰

A própria sociabilidade proveniente das festas religiosas celebradas nas paróquias passou por alterações. Tais festas ofereciam uma boa oportunidade para abusos morais, uma vez que eram celebradas à noite, o que se tornou possível com o contínuo desenvolvimento da vida urbana. Por isso, os prelados, imbuídos do espírito de reforma católica, proibiram a celebração dessas festas após o cair da noite.¹⁶¹

Esse zelo para com as mulheres e as moças também pode ser percebido no caso das crianças. Havia uma preocupação dos religiosos em incentivar o aprendizado católico desde cedo, por isso, estimulava-se os pais a colocarem seus filhos nas aulas de catecismo e de preparação para a primeira comunhão. Tal preocupação com as crianças acabava contribuindo para dar uma maior visibilidade às investidas do catolicismo romanizado na sociedade juizforana.¹⁶²

A ação social e caritativa dos católicos funcionava como um poderoso instrumento de fortalecimento do catolicismo na sociedade. Algumas organizações, como a União dos Moços Católicos, o Centro Dom Vital e a Ação Católica, contribuíram para dar uma maior visibilidade à atuação da Igreja na esfera social.¹⁶³ A União dos Moços Católicos surge, nos anos 30, como fruto de uma necessidade de integração dos jovens nas expressões de culto e na prática da vida cristã. Com isso, aos poucos a dimensão social da fé passa a ser valorizada e surge uma preocupação maior com a formação cívica e patriótica do país.¹⁶⁴

Cabe destacar que, nesse período, muitos jovens (de 20 a 30 anos) ingressaram na Maçonaria e passaram a usufruir desse moderno espaço de sociabilidade que se instalou na cidade na década de 1870. Se levarmos em conta que a maioria deles eram católicos, poderemos imaginar como a Igreja Católica deve ter se sentido ameaçada ao ver seus jovens fiéis inscritos em tal ordem. Essa concorrência com o espaço religioso católico, certamente abriu os olhos dos dirigentes da Igreja para a necessidade de se abrir um espaço de sociabilidade específico para eles no seio do catolicismo.

A continuidade desse processo de ampliação da atuação do laicato na sociedade de Juiz de Fora se deu com a vinda do Centro Dom Vital para a cidade. Essa

¹⁶⁰ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 136.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 135.

¹⁶² *Ibidem*, p. 136.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 189.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 261.

instituição, que tinha sua sede no Rio de Janeiro, foi trazida para o Brasil por Dom Sebastião Leme e tinha por finalidade a formação de intelectuais leigos dentro da Igreja. Nesse sentido, a fundação da Faculdade de Filosofia de Juiz de Fora pode ser considerada com a obra mais importante realizada pelo Centro na cidade.¹⁶⁵

Na verdade, o Centro Dom Vital funcionava como uma extensão da União dos Moços Católicos, já que ao se tornarem adultos, os homens continuavam exercendo a militância católica como membros do Centro.¹⁶⁶ Portanto, há também uma preocupação com a atuação social dos homens na idade adulta, no sentido de não os deixar aproximar de outros espaços de sociabilidade não católicos, como a Maçonaria e o fascínio que esta exercia sobre os pais de família.

A Ação Católica começa a ser articulada no Brasil na década de 1920, mas foi somente na década de 1930 que os bispos brasileiros se encarregaram de a implantar oficialmente no país.¹⁶⁷ A Ação Católica foi marcada, sobretudo, pela participação feminina, uma vez que os moços e homens já estavam envolvidos com outras organizações católicas nessa época. Ela foi a manifestação mais significativa entre os movimentos que se preocupavam com a militância católica, tão estimulada pela Santa Sé.

Cabe destacar que, no período de 1920 a 1960, o catolicismo militante foi a forma mais típica de representação da fé e, em Juiz de Fora, não faltaram agremiações onde jovens e adultos pudessem se filiar.¹⁶⁸ Mas, não se pode esquecer que a cultura da militância foi fomentada sob a condição de submissão incondicional dos militantes à autoridade eclesiástica com o objetivo de limitar o papel dos leigos no catolicismo.¹⁶⁹

A defesa de valores tradicionais foi uma preocupação constante da hierarquia eclesiástica, que procurou impedir alterações significativas no código ético, divulgado pelos agentes da modernidade no meio social¹⁷⁰, que procuravam fazer de Juiz de Fora uma cidade mais civilizada e de acordo com os padrões europeus. Dessa forma, a hierarquia eclesiástica se achava no direito de exercer o controle moral sobre a população e impor aos seus fiéis uma obediência irrestrita às autoridades constituídas.

¹⁶⁵ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, pp. 262-270.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 269.

¹⁶⁷ SILVA, Wellington Teodoro da. O Catolicismo Militante em Juiz de Fora (História e Oralidade). In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000, p. 130.

¹⁶⁸ AZZI, Riolando. *Op.cit.*, p. 279.

¹⁶⁹ SILVA, Wellington Teodoro da. O Catolicismo Militante em Juiz de Fora, p. 128.

¹⁷⁰ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p. 189.

Por isso, a Igreja Católica se apresenta como um forte sustentáculo da ordem social nesse período.¹⁷¹

Com as comemorações do centenário da Independência, a Igreja procurou se aproximar do exército e enfatizar os vínculos da fé católica com a nacionalidade brasileira. Tal processo também se deu em Juiz de Fora, onde as lideranças católicas procuram fazer essa aproximação por meio da criação da escola de instrução militar para os alunos mais adiantados dos colégios católicos e, também, com a introdução de associações religiosas entre os militares, bem como a promoção de comunhões pascais.¹⁷²

A Diocese de Juiz de Fora foi criada em 1º de fevereiro de 1924 por meio da bula *Ad Sacrossanti Apostolatus Officium* e contribuiu para o incremento da sociabilidade católica na cidade.¹⁷³ Em 1926, por exemplo, começam as obras para a construção do Seminário Santo Antônio, financiada pelos próprios bispos e não mais pelo governo, como acontecia na época imperial. Esse projeto tinha como fio condutor a necessidade de se valorizar a imagem dos padres que, a partir daí, passariam a assumir a direção das dioceses e, dessa forma, reafirmar a presença da instituição católica na sociedade brasileira.¹⁷⁴

Conforme podemos perceber, os catecismos paroquiais, as escolas e colégios católicos, assim como as associações religiosas tornaram-se as principais formas de acesso a esse catolicismo letrado, que se desenvolveu na cidade graças à vinda dos missionários católicos europeus. Com isso, a fé popular passa a ser vista como ignorante, supersticiosa e fanática.¹⁷⁵

Por meio de todas essas iniciativas, podemos perceber que os dirigentes católicos estavam realmente empenhados em controlar a vida dos fiéis no sentido de garantir que eles permaneceriam nos caminhos da fé, agora renovada pelos princípios romanizadores. Os espaços de sociabilidade criados pelos católicos eram muito importantes na implantação da Reforma Católica Ultramontana entre os fiéis.

¹⁷¹ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p. 293.

¹⁷² *Ibidem*, p. 216.

¹⁷³ SILVA, Wellington Teodoro da. *O Catolicismo Militante em Juiz de Fora*, p. 127.

¹⁷⁴ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, pp. 246 e 251.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 315.

CAPÍTULO 2: O DISCURSO CATÓLICO CONTRA A MAÇONARIA

1. A reação católico-conservadora contra as idéias liberais e cientificistas

No início do século XX, a Igreja Católica se empenhou na defesa de seus valores tradicionais, baseados numa conduta conservadora, em oposição às mudanças empreendidas na sociedade pelos promotores da modernidade¹⁷⁶, entre os quais destacam-se os liberais, os positivistas e os maçons. Nesse período, percebemos de um lado, setores ligados ao pensamento liberal, como a Maçonaria e, de outro, a Igreja Católica identificada com o pensamento conservador e passando pelo processo de romanização.

Mas, essa bipolarização liberais (maçons) *versus* conservadores (católicos) deve ser relativizada. Afinal, não é possível afirmar que todos os maçons fossem liberais, adeptos dos ideais republicanos, abolicionistas e cientificistas. Alguns tinham fortes ligações com o catolicismo, com a empresa escravocrata e com políticos conservadores. Também não se pode dizer que todos os membros da Igreja Católica fossem adeptos do conservadorismo, uma vez que alguns eram filiados a lojas maçônicas e defendiam os ideais progressistas dessa instituição.

A reação da Igreja ao discurso liberal maçônico estava pautada em idéias conservadoras como a negação da liberdade religiosa e de expressão, na defesa da monarquia, da cidadania extensiva somente aos católicos e da educação religiosa (católica).¹⁷⁷ O discurso católico, portanto, buscava alertar os fiéis dos perigos que o progresso representava para a sociedade e das mazelas que ele poderia acarretar. A missão da Igreja era pregar a verdadeira sabedoria, a qual estaria ancorada nos princípios católicos, e afastar os fiéis dos inimigos da fé e da ordem. Esse discurso pode ser percebido nesse trecho do Jornal *O Dia*:

Os que acreditam na doutrina do progresso como lei da história ainda não puderam explicar a tempestade moral que está devastando o mundo a febre de enriquecer, não importa como, a ancia de gozar n'um materialismo brutal que não respeita direitos, nem conhece deveres. (...) No momento atual, dura e penosa é a vida do clero: tem de ensinar a verdade contra mil

¹⁷⁶ AZZI, Riolando. *Sob o báculo episcopal*, p.190.

¹⁷⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*, p. 21.

propagandistas do erro; affrontar o ridículo com que o buscam desalentar os novos phariseus; combater com o facho da razão e da verdadeira philosophia os anarchistas de todos os martyres [matizes]¹⁷⁸, cujo lema é “viver é gozar”; despertar a fé em muita consciência adormecida por uma erronea interpretação dos fatos da ciência.¹⁷⁹

Se considerarmos que parcela significativa do clero brasileiro mantinha relações estreitas com os maçons e que estes também se ligavam à classe dirigente brasileira, podemos perceber porque a Maçonaria, na luta para o estabelecimento do ultramontanismo, foi eleita como o inimigo mais visível a ser vencido. A liberdade religiosa pregada pelos maçons era o que mais assustava os ultramontanos, os quais temiam o contágio dos fiéis e de setores da Igreja com essas idéias diferentes.¹⁸⁰

Em uma Carta Encíclica do ano de 1885, Leão XIII demonstra claramente a posição da Igreja frente à Maçonaria e àqueles que a ela se filiavam:

(...) “a seita Maçonica, constituída contra o que é justo e lícito, não era menos perniciosa á religião christã do que á república; e estabelecidas as penalidades, com que a Igreja costuma castigar os culpados mais severamente, condenou-a e prohibiu que alguém se inscrevesse em semelhante associação. Irritados com estas medidas os sectários, e pensando que podiam furtar-se á força d’aquellas prescripções ou enfraquecê-las, já recorrendo ao desprezo, já á calunnia, accusaram os Summos Pontífices, que as decretaram, taxando-os de injustos ou de nimiamente exagerados. Por este modo, procuraram desvirtuar a autoridade e força das Constituições Apostólicas de Clemente XII, Benedicto XIV e também Pio VII e Pio IX.”¹⁸¹

Esse trecho vem também afirmar a autoridade das bulas papais de Clemente XII, Benedicto XIV, Pio VII e Pio IX, autoridade esta que foi questionada pelos maçons atingidos pelos bispos em Olinda e Belém do Pará durante a Questão Religiosa de 1872.

Foi durante o papado de Pio IX que surgiram as diretrizes do processo romanizador, o qual tinha o objetivo de reverter o quadro do catolicismo mundial, tornar a Igreja mais forte e organizada e, para isso, era preciso combater os inimigos da

¹⁷⁸ Errata, *O Dia*, Juiz de Fora, 29/01/1920.

¹⁷⁹ CARVALHO, Serapião. A Missão da Igreja. *O Dia*, Juiz de Fora, 27/01/1920, p. 1, [Respeitou-se a grafia original].

¹⁸⁰ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, pp. 111-112.

¹⁸¹ CARTA ENCYCLICA DO NOSSO SANTISSIMO SENHOR O PAPA LEÃO XIII - endereçada a todos os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do Orbe Catholico que estão em graça e comunhão com a Santa Sé Apostolica – Mariana: Typografia Bom-Ladrão, 1885, p. 5. [Respeitou-se a grafia original].

fé católica. Nesse período, D. Viçoso estava à frente da diocese de Mariana e mostrava-se fiel às diretrizes de Roma, delineadas durante o longo pontificado desse papa (1846-1878).

O surto de modernidade que marcou o desenvolvimento de Juiz de Fora nas últimas décadas da época imperial preocupou o prelado de Mariana, que desejava manter sua diocese dentro dos tradicionais valores religiosos do catolicismo conservador.¹⁸² Diante desse quadro, D. Viçoso procurou implantar as diretrizes romanizadoras em sua diocese, abrindo duas frentes de combate: a primeira contra o regalismo do governo imperial, assumindo uma atitude ultramontana de fidelidade à Santa Sé; e a segunda contra os maçons e liberais, adotando uma postura conservadora, autoritária e anti-liberal em matéria religiosa.¹⁸³

Para Pio IX, a Igreja não poderia se reconciliar com o moderno progresso, com o liberalismo e com a moderna civilização, uma vez que estes eram sinônimos de indiferentismo religioso. Com isso, ele não pretendia condenar nem o progresso técnico e nem a civilização moderna, mas os abusos cometidos contra a religião e contra a Igreja em diversos países, sob o pretexto de defender a liberdade. Dessa forma, o que mais importava à Igreja do século XIX em sua relação com os Estados liberais não era o poder, nem a proeminência da sociedade, mas a defesa dos valores cristãos.¹⁸⁴

O discurso do papa Pio IX era marcado por uma preocupação constante com o futuro da cristandade que, segundo ele, encontrava-se ameaçada pelos inimigos vindos das trevas, empenhados em arruinar não apenas a religião, mas, também, toda a sociedade.¹⁸⁵ No ano de 1867, o papa comunicou a diversos bispos a necessidade de se realizar um concílio onde desejava-se “preparar os necessários remédios” para os males que ameaçavam a Igreja. O Concílio Vaticano I foi muito importante para a Igreja do século XIX, pois reafirmava os valores cristãos combatidos ou negados pelos Estados liberais e defendidos pelas autoridades católicas.¹⁸⁶

O Concílio foi oficialmente convocado em 29 de junho de 1868 através da Bula *Aeterni Patris*, a qual fixava a abertura dos trabalhos para o dia 08 de dezembro de 1869. Nesse documento, o papa reforçou alguns pontos centrais da fé católica, assim como a necessidade de se alcançar soluções para os problemas do mundo. Eram

¹⁸² AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 15.

¹⁸³ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 71.

¹⁸⁴ ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea – Curso de História da Igreja IV*. São Paulo: Paulus, 1999, pp. 142-143.

¹⁸⁵ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 259.

¹⁸⁶ ZAGHENI, Guido. *Op. cit.*, pp. 144-145.

convidados a participar os bispos residenciais e titulares, os abades e todos os demais que deveriam intervir no Concílio.¹⁸⁷

O objetivo do concílio era reconstruir a “cristandade” e defender os católicos dos males do mundo. Nesse sentido, entre as questões a serem discutidas no concílio, destaca-se os erros considerados mais perigosos para a fé: o panteísmo, o naturalismo, o racionalismo, o indiferentismo, o liberalismo, o socialismo, o comunismo, as sociedades secretas (como a Maçonaria), a liberdade de imprensa e de religião, a separação entre a Igreja e o Estado. O Concílio propunha uma reestruturação da Igreja Católica, com a formação de um novo clero, apto a recristianizar a sociedade dentro dos novos padrões. Dessa forma, o mundo moderno é condenado por seus males e por corromper os valores cristãos, como a família tradicional e o respeito às autoridades civis e eclesiásticas.¹⁸⁸

O Concílio Vaticano I colocou-se, portanto, como uma resposta religiosa aos problemas dos homens do século XIX e marcou profundamente a caminhada seguinte da Igreja.¹⁸⁹ A partir daí, diversos países, entre eles o Brasil, começaram a implantar na sociedade as diretrizes romanizadoras, traçadas durante o Concílio, através da atuação das autoridades católicas. Diversos bispos abraçaram o movimento reformador e estimularam os jovens sacerdotes a atuar segundo esse novo modelo eclesiástico.¹⁹⁰

No começo do século XX, novas idéias e costumes passaram a fazer parte do dia a dia dos brasileiros, modificando os padrões sociais e criando novas linhas de conduta. Para garantir seu lugar na sociedade e manter seu *status*, a Igreja precisava reorganizar-se e evitar o contato dos seus fiéis com estas novas idéias e crenças, mantendo-os coesos e sob constantes vigilância e controle.¹⁹¹

O incentivo à realização de congressos católicos foi um dos mecanismos utilizados pelo clero a fim de promover a arregimentação dos fiéis e a união dos mesmos em torno dos interesses da instituição. Era durante esses congressos que as

¹⁸⁷ ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea*, p. 146.

¹⁸⁸ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 261.

¹⁸⁹ ZAGHENI, Guido. *Op.cit.*, p.147.

¹⁹⁰ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 20.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Simone G. de. A Igreja Católica e o século XX: Impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000, p. 53.

lideranças católicas moldavam o que eles consideravam ser o “católico ideal”, ou seja, um católico empenhado na luta pela defesa de sua Igreja.¹⁹²

O Primeiro Congresso Católico Mineiro ocorreu em Juiz de Fora no ano de 1910, graças à iniciativa de Dom Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana. Os temas abordados durante o evento iam de encontro às orientações presentes nas cartas pastorais desse período. A preocupação com a educação, a boa imprensa, a necessidade de união dos católicos, o bom exemplo dos padres e a caridade praticada em nome da Igreja Católica eram preocupações constantes nesse congresso.¹⁹³

As lideranças católicas estavam preocupadas em reafirmar o catolicismo como a “verdadeira” religião do Brasil, em contraposição à liberdade de culto e de crenças garantidas com a República através da Constituição Federal de 1891: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer pública e livremente o seu culto, associando-se para este fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”.¹⁹⁴

Durante o regime de padroado, a Igreja podia contar com o braço forte do Estado, mas com a separação entre as duas esferas (temporal e espiritual), surge a necessidade dela se reestruturar para garantir a sua soberania em nosso país. Uma das estratégias das lideranças católicas foi mobilizar os fiéis para que reagissem às campanhas anticlericais, liberais, maçônicas e positivistas.¹⁹⁵

No período em que se realizou o Primeiro Congresso Católico Mineiro, já havia em Juiz de Fora adeptos de outras crenças, como protestantes e espíritas, além dos livre-pensadores, agnósticos, positivistas e maçons. Ao analisar os discursos presentes na publicação final do Primeiro Congresso Católico Mineiro, Simone G. de Oliveira constatou que as lideranças católicas tinham dificuldades em conviver com as suas concorrentes e aceitá-las como portadoras dos mesmos direitos concedidos ao catolicismo.¹⁹⁶

Para os líderes católicos, somente o catolicismo era portador de verdades, enquanto as outras crenças eram consideradas como erros e heresias, frutos da ignorância. Dessa forma, apenas os “católicos apostólicos romanos” podiam participar

¹⁹² OLIVEIRA, Simone G. de. A Igreja Católica e o século XX, p. 53.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 54.

¹⁹⁴ CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891, art. 72 §3º *apud* OLIVEIRA, Simone G. de. A Igreja Católica e o século XX: Impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro, p. 55.

¹⁹⁵ OLIVEIRA, Simone G. de. *Op.cit.*, p. 55.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 56.

do congresso e, mesmo assim, se não pertencessem a alguma seita ou associação condenada pela Igreja Católica.¹⁹⁷

Neste momento, a Igreja Católica sentia-se ameaçada por vários inimigos. Mas as outras modalidades de crenças não eram os únicos motivos que preocupavam os ultramontanos. Também chamava a atenção as mudanças de hábitos e costumes da sociedade, apontando a urgência de os católicos se unirem para combater o mal que os circundava.¹⁹⁸

Desse modo, o Congresso Católico Mineiro apontou a necessidade de unir os católicos em defesa dos interesses da Igreja. Como criadora da nação, a Igreja sentia-se no direito de se manter acima de todas as outras crenças e novidades do período: “em fileiras cerradas se unem livres pensadores, protestantes, maçons, positivistas, ateus, para um combate de morte à Igreja Católica, que civilizou nossos silvícolas, batizou nossa nacionalidade e fez crescer circundado de respeito entre outras nações do Novo Mundo, o Brasil”.¹⁹⁹

Para fortalecer o catolicismo, a Igreja procurou obter o máximo controle sobre seus fiéis. Era preciso evitar a contaminação destes com outras crenças e novidades que circulavam pela cidade, entre as quais destaca-se a Maçonaria com suas idéias modernas e liberais. Dentro desse contexto, a criação de uma imprensa exclusivamente católica apresentou-se como uma boa estratégia.²⁰⁰

Nesse sentido, há que se destacar o papel desenvolvido pela imprensa católica no combate aos males da sociedade e alerta aos fiéis sobre os perigos que eles representavam para a fé católica e para os homens de bem. Com isso, era comum encontrar artigos nesses jornais falando sobre a Maçonaria, o espiritismo e o protestantismo, principais adversários da Igreja nesse período de romanização.

Para fazer oposição à imprensa liberal e maçônica, que frequentemente expunha suas opiniões sobre a Igreja Católica nos jornais, os franciscanos criaram na década de 1910, em Petrópolis, a obra da Boa Imprensa, tendo, para isso, o apoio de

¹⁹⁷ Publicação final do Primeiro Congresso Católico Mineiro, p. 01 *apud* OLIVEIRA, Simone G. de. A Igreja Católica e o século XX: Impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro, p. 56.

¹⁹⁸ OLIVEIRA, Simone G. de. *Op.cit.*, p. 57.

¹⁹⁹ Publicação final do Primeiro Congresso Mineiro, Circular Coletiva dos Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos da Província de Mariana, p. 158 *apud* OLIVEIRA, Simone G. de. *Op.cit.*, p. 59.

²⁰⁰ OLIVEIRA, Simone G. de. *Op.cit.*, p. 59.

todo o episcopado brasileiro.²⁰¹ Trata-se de um órgão destinado a publicações inspiradas e moldadas nos princípios católicos.

Com o objetivo de promover as principais reivindicações católicas, a Igreja precisava criar mecanismos de combate análogos aos utilizados pelos seus inimigos (liberais, maçons, protestantes, espíritas, etc.). Nesse sentido, em uma circular reservada, Dom Silvério chama a atenção dos vigários para a importância da imprensa e reclama da falta de compreensão de alguns para a amplitude do seu alcance. Em harmonia com o movimento nacional, a promoção da Boa Imprensa passa a ser uma das metas do bispo reformador.²⁰²

Em Juiz de Fora, havia uma imprensa católica bem ativa nesse período, onde se destacam o Jornal “Lar Católico” e “O Lampadário” (órgão oficial da diocese). Tais jornais tinham a importante missão de incorporar alguns valores da modernidade, provenientes das transformações da sociedade juizforana, na simbologia religiosa do catolicismo e, também, reagir às investidas dos “inimigos”.²⁰³

O jornal “O Lampadário” era vendido principalmente por meio de assinaturas, a maioria provenientes das paróquias da diocese. O periódico se comprometia a fazer uma leitura religiosa sobre os acontecimentos do país, dando pouca importância às notícias consideradas profanas. O primeiro número do jornal explicava que sua intenção era atender às necessidades da diocese e também especificava a finalidade do jornal: “publicar o relatório da Cúria diocesana, levar ao conhecimento do público a vida religiosa das paróquias, proporcionar ao povo em geral mais um meio de conhecimento do que for necessário para o progresso de sua vida espiritual e também material, eis o motivo de O Lampadário hoje sair à luz”.²⁰⁴

Para garantir o êxito do movimento reformista, os prelados do Brasil, com o estímulo da Santa Sé, solicitaram a colaboração de ordens e congregações européias. As congregações religiosas, masculinas e femininas, tiveram uma significativa participação no movimento de Romanização e Reforma Católica Ultramontana no

²⁰¹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 95.

²⁰² PEREIRA, Mabel Salgado. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant’Ana (1949). In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000, p. 69.

²⁰³ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 123.

²⁰⁴ O LAMPADÁRIO – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora, Anno I, 01/03/1926, n° 1, p. 1.

Brasil e, apesar dos limites, contribuíram significativamente para a atuação dos bispos reformadores.²⁰⁵

As ordens religiosas estrangeiras também exerceram forte influência sobre a educação dos jovens brasileiros e seu condicionamento aos ideais ultramontanos. Alguns desses jovens, após terminarem seus estudos nos colégios mantidos pelas ordens estrangeiras no país, foram para a Europa completarem seus estudos e receberem mais doutrinação. Retornando ao Brasil, tornaram-se divulgadores dos ideais ultramontanos.²⁰⁶

Os professores dos seminários brasileiros aos poucos foram sendo substituídos por clérigos estrangeiros, os quais, em sua maioria, eram jesuítas ou lazaristas. Os liberais chamavam a todos de “jesuítas”, alegando não haver diferença entre as duas ordens religiosas.²⁰⁷ Para eles, esses dois tipos de clérigos possuíam as mesmas características conservadoras e atrasadas.

Na diocese de Juiz de Fora, nesse período, encontravam-se os redentoristas holandeses, os verbitas alemães, as religiosas de Sião, de Santa Catarina, as Servas do Espírito Santo e as do Bom Pastor. A entrada de congregações religiosas na cidade se deu graças ao empenho de Dom Silvério (sucessor e continuador da obra reformadora de Dom Viçoso) e, também, à separação entre Estado e Igreja, que desatrelou o poder espiritual do poder secular.²⁰⁸

Os redentoristas holandeses assumiram a direção do curato da Glória, enquanto os verbitas alemães se encarregaram da manutenção da paróquia de Santo Antônio. Os padres europeus, que se instalaram na cidade, confirmaram a orientação reformista, marginalizando o tradicional catolicismo luso-brasileiro. As religiosas, por sua vez, atuaram de forma expressiva no campo da saúde e da assistência social, além de constituir, através dos colégios católicos, um empecilho para a instalação do ensino protestante e leigo.²⁰⁹

Um dos principais focos de ação dos bispos reformadores se deu no sentido de garantir que a sociedade se desenvolvesse dentro dos princípios católicos, o que poderia ser feito por meio da formação das crianças dentro uma perspectiva de educação cristã. Tal orientação levou D. Justino a orientar os pais para que não enviassem seus filhos

²⁰⁵ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 17-18.

²⁰⁶ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 372.

²⁰⁷ *Ibidem*, p. 373.

²⁰⁸ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 87-88.

²⁰⁹ AZZI, Riolando. *Op.cit.*, pp. 93-98.

para colégios não católicos, a incentivar o clero a se preocupar com o ensino religioso nas escolas públicas e a apoiar as escolas católicas dirigidas pelos religiosos.²¹⁰

Dom Silvério Gomes Pimenta também demonstrou essa mesma preocupação em uma Carta Pastoral de 1921, onde o bispo alerta os fiéis sobre o perigo dos colégios não católicos: “Já outras vezes temos despertado a atenção dos fiéis para o perigo, em que precipitam seus filhos confiando-os a escolas acatholicas, mestres hereges, ímpios, escandalosos, ou infames por factos conhecidos.”²¹¹

Dessa forma, uma das formas de enfrentamento utilizadas pela Igreja a fim de combater o avanço dos ideais modernos e liberais na sociedade foi a conquista dos fiéis via educação, ressaltando o papel exercido pelas religiosas, que assumem a tarefa de educar crianças e jovens brasileiros dentro dos princípios católicos.²¹² Os bispos reformadores pretendiam conquistar um espaço na sociedade burguesa em formação, contrapondo-se desse modo às escolas protestantes e ao ensino leigo.²¹³

A fundação de colégios católicos dirigidos por religiosos europeus foi, portanto, uma das etapas do enquadramento da Igreja brasileira nos padrões culturais romanizados, principalmente após a Proclamação da República. Com a instituição do Estado leigo e da liberdade de culto, a Santa Sé passou a temer que a instituição católica perdesse uma parte significativa de sua influência sobre a população do Brasil.²¹⁴

Desde fins do século XIX, metodistas e católicos passaram a disputar o controle sobre a população juiz-forana. Mas, segundo Maraliz de Castro Vieira Christo, suas práticas educativas eram diferentes e contrárias. Os católicos voltavam-se para a erudição, as etiquetas, a oratória, a literatura, a música erudita, a língua latina e francesa, e identificavam-se com a burguesia tradicional. Os protestantes atuavam numa linha diversa, preocupando-se com o ensino prático e eficiente, identificado com uma pequena burguesia e com camadas médias ascendentes, as quais ligavam-se ao comércio, à indústria nascente e a algumas profissões liberais.²¹⁵

Tanto a educação católica, com seu ensino de caráter aristocrático e senhorial, quanto à educação metodista, com seu ensino moderno e burguês, tinham como

²¹⁰ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 284.

²¹¹ PIMENTA, Dom Silvério Gomes. *O Perigo dos Collegios Aatholicos*. Carta Pastoral do Arcebispo de Mariana. Mariana: Typ. Archiepiscopal, 1921, p. 3. [Respeitou-se a grafia original].

²¹² VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 236.

²¹³ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p. 161.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 161.

²¹⁵ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A "Europa dos Pobres": A Belle-Epoque Mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995, p. 59.

objetivo fortalecer os valores da sociedade urbana emergente. Apesar disso, as posições sobre o ensino eram bastante extremadas: os liberais consideravam todo o ensino religioso como ultramontano e os defensores da ortodoxia católica taxavam o ensino leigo de ateu ou ímpio.²¹⁶

2. A Romanização e a perseguição aos “Erros Modernos”

Durante o século XIX, a Igreja Católica brasileira era frágil e desorganizada e não se encontrava presente em todo o território nacional. Essa fragilidade deu força para que os grupos liberais e maçônicos pudessem formar e divulgar nos meios políticos e intelectuais um tipo de pensamento laico, anticlerical e racionalista. Frente a essa situação, o papa Pio IX implantou a política de romanização católica na tentativa de reverter o quadro do catolicismo mundial, gerando confrontos entre a Maçonaria e a Igreja Católica, na luta contra o liberalismo e os preceitos maçônicos.²¹⁷

A romanização foi um processo de reorganização e de fortalecimento da Igreja como instituição, a qual passou a perseguir os chamados “erros modernos”: o progresso, o racionalismo, o liberalismo e a liberdade religiosa. O Concílio de Trento, realizado no século XVI, foi o responsável pelo estabelecimento de um modelo de maior autonomia para a Igreja, segundo o qual a administração da esfera religiosa ou espiritual do povo passaria a ser uma função dos membros da hierarquia eclesiástica, cabendo ao Estado apenas a organização material da sociedade.²¹⁸

Mas no Brasil, o regime de Cristandade continuou vigente durante muito tempo. Foi somente em meados do século XIX que os bispos brasileiros colocaram em prática um movimento reformista, desejosos de ver a Igreja desatrelada do poder do Estado e, ao mesmo tempo, sob dependência direta da Santa Sé Romana. Para essa nova fase da Igreja Católica, convencionou-se dar o nome de Romanização.²¹⁹

Por meio do processo de romanização, a Igreja Católica tornou-se mais centralizada, autoritária e hierarquizada, enquadrando e disciplinando o clero, os fiéis e as manifestações religiosas. A Romanização teve início em meados do século XIX e englobou uma série de transformações do aparelho religioso católico, onde se destaca a

²¹⁶ AZZI, Rioldo. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 164 e 166.

²¹⁷ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*, pp. 366-367.

²¹⁸ AZZI, Rioldo. *Op. cit.*, p. 11.

²¹⁹ *Ibidem*, *loc. cit.*

reforma do clero, o crescimento das ordens e congregações religiosas, a expansão missionária e a centralização de todo o poder em Roma e no Papa.²²⁰

A compreensão do catolicismo no Brasil envolve dois aspectos importantes do processo de romanização. Do ponto de vista formal, destaca-se o fim do regime de padroado, com a desvinculação da instituição católica do Estado, e a afirmação de sua dependência com relação à Santa Sé. Do ponto de vista religioso, as expressões religiosas do povo passam por uma transformação, onde as crenças e práticas vinculadas à tradição lusitana, assimiladas de forma sincrética pela cultura africana, são substituídas por um catolicismo romanizado, livre das antigas devoções, irmandades e confrarias.²²¹

Desde o Segundo Império, esse processo de transformação já vinha sendo instaurado, mas apenas no período republicano ele assumiu maiores dimensões. O objetivo dos agentes romanizadores, em fins do século XIX, era diminuir o lugar dos protestantes, espíritas, maçons e liberais na sociedade; constituir uma elite católica; e moralizar as classes mais pobres.²²²

A Romanização, portanto, visava transformar e uniformizar a vida da população, cuja religiosidade era vista como festiva e superficial. Para isso, as devoções precisavam ser substituídas, as tradições culturais deviam ser eliminadas, as práticas sacramentais deviam ser colocadas em evidência e a vigilância moral precisava ser mais rigorosa. Uma das principais estratégias era a eliminação das antigas irmandades e associações autônomas, ligando-as e submetendo-as à organização paroquial e ao controle clerical, excluindo o poder dos leigos. Ao serem impostas aos fiéis, essas medidas encontraram algumas resistências que dificultaram a implantação do processo de romanização.²²³

A Romanização pode ser vista, portanto, como um processo de centralização e uniformização da Igreja romana na vida do clero brasileiro. Tal ação assumia os objetivos da Reforma Católica Tridentina. Dessa forma, os bispos, auxiliados pelo clero, colocaram em prática tanto a Romanização quanto a Reforma Católica, a fim de

²²⁰ FERENZINI, Valéria Leão. Aspectos Culturais e Religiosos dos Imigrantes Alemães e Italianos no Contexto da Romanização em Juiz de Fora (1894 – 1920), p. 78.

²²¹ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p.139.

²²² FERENZINI, Valéria Leão. Aspectos Culturais e Religiosos dos Imigrantes Alemães e Italianos no Contexto da Romanização em Juiz de Fora (1894 – 1920), pp. 78-79.

²²³ *Ibidem*, pp. 82-83.

harmonizar os fiéis nas diretrizes de um novo modelo de Catolicismo e de Igreja, chamado de Ultramontanismo.²²⁴

Segundo Mabel Salgado Pereira, “as práticas do episcopado, seu discurso, as novas devoções, entre outros, são representações que deram ao mesmo o instrumental necessário para a implantação do modelo romanizador e reformador”. A ascensão de um novo modelo de Igreja surge, portanto, graças à divulgação de práticas, idéias e valores pelo episcopado.²²⁵

Na diocese de Mariana, D. Viçoso põe em prática o projeto reformador e estabelece como meta principal a formação do clero dentro dos padrões religiosos e morais constituídos durante o Concílio de Trento. A fim de garantir a continuidade do processo romanizador, em nível local e regional, os bispos procuraram designar sacerdotes moldados por essa mentalidade reformista. Para isso, os padres brasileiros foram substituídos pelos sacerdotes estrangeiros, aos quais foi confiada a direção das paróquias.²²⁶ A partir da década de 1890, os reflexos da Romanização começam a ser observados na Igreja Católica de Juiz de Fora, por meio das diretrizes dos bispos reformadores da diocese de Mariana, da atuação do clero recém-formado em Roma e do apoio das congregações religiosas estrangeiras.²²⁷

Foi, portanto, no início da República e, também, com a morte do vigário padre Tiago Mendes Ribeiro (símbolo do catolicismo tradicional) que a fé católica em Juiz de Fora começou a se modificar. A partir daí, diversos sacerdotes diocesanos iniciam o processo de implantação do catolicismo romanizado, por meio da pregação dos dogmas da fé, a imposição da frequência sacramental e com a divulgação dos valores éticos ultramontanos.²²⁸

Em Juiz de Fora, foi sob o báculo de D. Silvério Gomes Pimenta que o catolicismo romano e clericalizado substituiu o catolicismo de tradição lusa e de caráter predominantemente leigo. Nesse período, pode-se destacar entre os padres romanizados: Venâncio Café, João Emílio, Ferreira da Silva, Monsenhor João Sabino Las Casas e

²²⁴ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 15.

²²⁵ *Ibidem*, p. 18.

²²⁶ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 132.

²²⁷ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”: controle do rebanho face às ameaças do “lobo voraz” espírita! In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora, Centro da Memória de Igreja de Juiz de Fora, EDUFJF, 2001, p. 99.

²²⁸ AZZI, Riolando. *Op.cit.*, p. 93.

Júlio Maria.²²⁹ O sucessor de Dom Silvério, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, prosseguindo com a implantação das reformas, criou a diocese de Juiz de Fora em 1º de fevereiro de 1924.²³⁰

O movimento de romanização também foi reforçado com o incentivo dado pelos bispos à vinda de institutos religiosos da Europa, sejam eles femininos ou masculinos.²³¹ Entre as ordens religiosas vindas da Europa pode-se citar os Redentoristas, que aqui chegaram no ano de 1894; os Verbitas da Congregação do Verbo Divino (presentes em Juiz de Fora desde 1900); as Irmãs da Congregação de Santa Catarina (desde 1898); e as Servas do Espírito Santo, que começaram a atuar em 1900.²³²

Esse novo caráter da Igreja Católica pode ser percebido na cidade através da transferência da direção da paróquia de Santo Antônio, até então dirigida pelo clero secular brasileiro, para os verbitas alemães.²³³ Esses religiosos estavam sintonizados com as diretrizes da Cúria Romana, trazidas para Minas Gerais por meio da autoridade episcopal de Mariana. O espírito tridentino foi reforçado com essa demonstração de fidelidade à Santa Sé, por meio da divulgação e explicação da doutrina católica, da prática dos sacramentos e pelo maior rigor nas orientações morais.²³⁴

A Igreja Católica estava preocupada com a crescente autonomia religiosa que os fiéis assumiam a cada dia, com isso, procurou implantar um catolicismo que fosse capaz de limitar as manifestações populares e ter um maior controle sobre as casas de culto. Para essa tarefa, a Igreja, unida ao Estado pela instituição do padroado, se empenhou em separar tudo o que era profano das coisas sagradas, diminuir as festividades dos encontros religiosos, separar as esferas espirituais e sociais, e impor condições mais rígidas para a ereção de capelas.²³⁵

Com a Romanização, o clero almejava o desenvolvimento de um novo modelo de Igreja, onde o papel dos leigos passaria a ser controlado e restringido, sendo transformados em meros consumidores dos bens e serviços produzidos pelo clero. Para

²²⁹ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”, p. 94.

²³⁰ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 73 e 102.

²³¹ AZZI, Rioldo. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 154.

²³² CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Op. cit.*, p. 94.

²³³ Mas, não se deve perder de vista que também as congregações religiosas femininas contribuíram para a implantação do catolicismo romanizado em Juiz de Fora.

²³⁴ AZZI, Rioldo. *Op. cit.*, p. 139.

²³⁵ CORRÊA, Eliane Machado & SILVA, Simone Santos de Almeida. A religiosidade nas origens do espaço urbano juizforano, p. 25.

isso, o monopólio do sagrado passaria a ser responsabilidade dos especialistas religiosos, ou seja, do clero católico.²³⁶

Dessa forma, o avanço do processo romanizador contribuiu para a desestruturação progressiva do catolicismo luso-brasileiro, na medida em que acabou afastando os homens das manifestações da fé. Isso ocorreu em virtude deles terem sido destituídos das tradicionais lideranças nas irmandades e confrarias e, também, por recusarem submeter-se ao domínio imposto pelos clérigos sobre a esfera religiosa.²³⁷

No que diz respeito à organização interna da Igreja, objetivava-se reforçar a autoridade episcopal e fazer com que a instituição católica se tornasse mais hierarquizada. De acordo com esses princípios, os prelados deveriam ter o controle sobre a administração eclesiástica e, também, o dever de dirigir e orientar o clero e os fiéis.²³⁸ Essa uniformização do catolicismo, via Romanização, acabou levando à consolidação do poder episcopal no país e, também, à formação de uma burocracia eclesiástica mais centralizada e em conformidade com as diretrizes episcopais.²³⁹

Mas a atuação dos religiosos europeus encontrou algumas dificuldades. Entre elas podemos destacar o fato de no final do século XIX a Igreja Católica de Juiz de Fora não deter o monopólio religioso sobre a população. A partir da década de 1880, a cidade passa a receber outras organizações de caráter religioso, que disputam com a instituição católica o espaço urbano e a influência sobre os moradores.²⁴⁰ Segundo Marcelo Ayres Camurça, “em 1907, a Câmara Municipal procede a um recenseamento da população, chegando ao seguinte resultado com respeito ao percentual de adeptos das religiões na cidade: Católicos: 26.785, Protestantes: 441, Espíritas: 226, Ignorado: 2.464”.²⁴¹

A sociedade juizforana foi pouco atingida nas primeiras décadas de implantação do projeto reformista do bispo de Mariana, D. Viçoso, e manteve as características peculiares de suas devoções populares, assim como na organização paroquial e na vida do clero. Esse não alinhamento da paróquia com as diretrizes

²³⁶ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 153.

²³⁷ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 177.

²³⁸ *Ibidem*, p. 11.

²³⁹ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A Carta Patorial de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”, p. 94.

²⁴⁰ AZZI, Riolando. *Op. cit.*, p. 179.

²⁴¹ CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Op. cit.*, p. 99.

episcopais pode ser explicado, pelo menos em parte, pela presença significativa de outras crenças religiosas na cidade.²⁴²

Nesse sentido, pode-se destacar o luteranismo, fruto da imigração alemã; o metodismo, difundido por missionários norte-americanos; e a propagação do espiritismo entre a população local. A presença de políticos de mentalidade liberal, positivista e republicana também pode ter contribuído para a tardia implantação do projeto reformador de D. Viçoso.²⁴³

No que se refere ao ensino protestante, percebe-se que havia um esforço da Igreja em demonstrar que o Colégio Granbery representava um corpo estranho na cidade de Juiz de Fora, assim como outros colégios protestantes que se espalhavam pelo país, implantados numa sociedade profundamente marcada por uma identidade católica.²⁴⁴

Dentro desse contexto de pluralidade religiosa, quando a Igreja começa a sofrer a concorrência de outras religiões (como o metodismo, o luteranismo, o espiritismo e religiões de cunho evangélico), o clero passa a ter que combater tais modalidades de crença. Nesse período, a Maçonaria também se torna um forte inimigo a ser combatido, na medida em que, no ambiente das lojas, pregava-se a liberdade religiosa e o respeito a todas as religiões. Cabe ressaltar que a Maçonaria não deve ser vista como competidora de fiéis, uma vez que não se trata de uma instituição religiosa. É preciso considerar também que, para pertencer à Maçonaria, um maçom deveria acreditar em Deus e, portanto, pertencer a alguma religião (qualquer que ela fosse).

No final do século XIX, Juiz de Fora já podia ser considerada como um centro urbano, fortemente influenciado pela capital federal. Dessa forma, a pacata cidade de Juiz de Fora desenvolveu um perfil de pluralismo cultural e religioso, onde protestantes (luteranos e metodistas), positivistas, maçons e ateus expunham suas opiniões em seus templos e faziam-se ouvir nos jornais locais.²⁴⁵

Devido a essa pluralidade religiosa, ocorreram diversas competições entre as tendências apontadas. Essa pluralidade religiosa começou a preocupar o clero local, temeroso de ver ameaçado seu monopólio sobre a sociedade. Essa inquietação estava presente na primeira Carta Pastoral escrita por Dom Justino, quando este assumiu a

²⁴² AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 15.

²⁴³ *Ibidem*, loc. cit..

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 228.

²⁴⁵ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A Carta Pastoral de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”, p. 98.

diocese de Juiz de Fora em 1925. Nela o novo bispo faz uma análise do panorama religioso da cidade, a fim de averiguar quais eram os adversários do catolicismo local: “o número de protestantes em toda a diocese, mais ou menos, avalia-se em três mil, existindo em Juiz de Fora o famoso colégio Granbery formando outrossim futuros pastores daquela seita; os espíritas já terão passado de dois mil; há ainda lojas maçônicas em várias cidades do bispado”.²⁴⁶

Em Juiz de Fora, os protestantes encontravam-se divididos entre luteranos e metodistas. Os primeiros luteranos chegaram na cidade durante a construção da estrada União e Indústria, em 1857, momento em que o processo de Romanização ainda não tinha se estabelecido na região. Já os missionários metodistas chegaram em Juiz de Fora em maio de 1857.²⁴⁷

Os metodistas, mesmo com o desagrado da população, criaram uma congregação no centro da cidade e, no ano de 1886, colocaram em circulação o jornal “Metodista Católico”, através do qual rebatiam as críticas que lhes eram feitas em outros jornais locais. A disputa com os representantes do clero, empenhados em colocar em prática as diretrizes romanizadoras, se agravou com a fundação do Colégio Americano Granbery.²⁴⁸

O movimento espírita, por sua vez, chegou a Juiz de Fora vindo do Rio de Janeiro e ali se instalou no seio das camadas médias letradas, que estabeleciam reuniões informais em suas residências. A partir daí, formou-se o primeiro Centro Espírita da cidade, intitulado “União, Humildade e Caridade” no dia dois de abril de 1901. A Igreja não se manifestou inicialmente contra os espíritas, graças à pouca visibilidade social do movimento nas primeiras décadas do século XX, restrito ao âmbito familiar.²⁴⁹

Muitas vezes os espíritas uniram-se aos protestantes para defender seus interesses e fazer frente aos ultramontanos, os quais eram contra a legalidade dessas práticas religiosas no Brasil. Os protestantes, por sua vez, também se uniram aos maçons para combater as constantes investidas da Igreja Católica. O mesmo aconteceu com espíritas e judeus. Era a minoria unindo-se para se auto-defender dos ataques ultramontanos.²⁵⁰

²⁴⁶ CARTA Pastoral de Dom Justino José de Santana *Apud* CAMURÇA, Marcelo Ayres. A Carta Pastoral de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”, p. 98.

²⁴⁷ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 138-140.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 140.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 147.

²⁵⁰ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 279.

Com o objetivo de ampliar seu espaço de influência na sociedade juizforana, a Igreja Católica considerou protestantes e espíritas como inimigos a serem combatidos. Dessa forma, os maçons, com seu discurso liberal, de apoio à liberdade religiosa, também se tornaram poderosos inimigos para a fé católica. O respeito às religiões e a convivência de homens de diversas crenças numa mesma instituição era visto como um afronto à fé católica.

Nesse período, a Igreja procurou, através de seus representantes máximos, e também por meio da imprensa, alertar os fiéis dos perigos que esses inimigos representavam para o catolicismo. Dessa forma, os espíritas, os maçons e os protestantes (especialmente, os metodistas) podem ser considerados os principais adversários da Igreja durante o período de Romanização e Reforma Católica Ultramontana.²⁵¹

Os católicos defendiam a adesão absoluta ao papa, dentro de uma Igreja de caráter universal, mas sob a orientação exclusiva da Santa Sé. Na diocese de Mariana, o bispo Dom Antônio Ferreira Viçoso trabalhou no sentido de tentar vincular a Igreja do Brasil à Santa Sé e, ao mesmo tempo, desvinculá-la das malhas do padroado imperial, durante os anos iniciais do segundo reinado. De início, esse movimento assumiu a forma de uma verdadeira luta pela liberdade da Igreja, onde os bispos almejavam a plena liberdade de ação religiosa, livre da interferência do poder civil.²⁵²

Esse esforço da hierarquia eclesiástica em conseguir maior liberdade de ação diante do poder do Estado, que controlava a Igreja por meio do padroado, teve como conseqüência um certo distanciamento entre o poder eclesiástico e o poder político. Essa situação gerou um clima de forte tensão entre essas duas esferas de poder durante a década de 1870, culminando com a Questão Religiosa.²⁵³

Com a Proclamação da República e a separação entre Igreja e Estado, muitas atribuições, que até então diziam respeito à Igreja, passaram para as mãos do Estado, como aconteceu com os cemitérios. Até 1889, cabia ao clero controlá-los, mas após essa data, passa a ser um dever dos dirigentes políticos.²⁵⁴

²⁵¹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 151.

²⁵² AZZI, Rioldo. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 18 e 21.

²⁵³ *Ibidem*, p. 94.

²⁵⁴ PEREIRA, Mabel Salgado. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant'Ana (1949), p. 68.

Em uma Carta Pastoral intitulada “A Religião e a Pátria em Face das Ideologias Modernas”, Dom João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, fala sobre a situação da Igreja Católica diante do novo Estado Brasileiro:

A República, na sua Primeira Constituição de 1891, proclamou a separação entre a Igreja e o Estado; mas essa separação, no intuito dos que elaboraram a Magna Carta, na prática sensata dos que a executaram, não foi um divórcio nem se baseou em sentimentos ímpios. Foi, apenas, uma definição política entre dois poderes que se julgam na mesma obra de paz e de progresso.²⁵⁵

Essa carta mostra que as autoridades católicas não eram contra a separação entre as duas instituições nesse momento, chegando mesmo a considerar sensata a sua execução. Tanto o poder temporal quanto o espiritual estavam de acordo que não era mais possível que ambos continuassem intimamente interligados. Os maçons também viram com bons olhos “a separação do poder temporal do espiritual, isto é, a separação, o divórcio entre o Estado e a Igreja”; e consideraram esse fato como “o expoente de um imenso progresso moral effectivado pela República”.²⁵⁶

3. A Reforma Ultramontana no Brasil e em Juiz de Fora

Para se compreender o conceito de Reforma Católica, é preciso levar em conta o contexto em que a Igreja Nacional se inseria no final do século XIX, ou seja, um momento de reorganização em que ela assume uma nova postura de obediência à Santa Sé e em que se consolidam as diretrizes do Concílio de Trento. Este buscava uma nova definição da ortodoxia católica no campo doutrinário e a reforma dos costumes morais do clero e dos fiéis.²⁵⁷

A Reforma Católica Ultramontana foi implantada durante o Segundo Reinado e a Primeira República através da atuação dos bispos e com a ajuda do clero diocesano e regular.²⁵⁸ Para tentar consolidar as concepções ultramontanas na sociedade e mesmo internamente, a Igreja Católica condenou a Maçonaria, o protestantismo, o espiritismo e

²⁵⁵ BECKER, Dom João. *A Religião e a Pátria em Face das Ideologias Modernas*. Vigésima Oitava Carta Pastoral do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre ao Revmo. Clero e aos Diletos Fiéis de sua Arquidiocese. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1939, p. 27.

²⁵⁶ DISCURSO pronunciado pelo Resp.: Ir.: Dr. César de Magalhães, Orad.: Da Bem.: Loj.: Cap.: “Dois de Dezembro”. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 36º ano, nº 08. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Agosto de 1910, p. 590. [Respeitou-se a grafia original].

²⁵⁷ PEREIRA, Mabel Salgado. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant’Ana (1949), p. 67.

²⁵⁸ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 09.

cultos de origem africana. De acordo com Barata, a Questão Religiosa da década de 1870, revelando o embate entre Igreja e Maçonaria, é uma das expressões dessa luta do ultramontanismo contra as concepções liberais no Brasil.²⁵⁹

A Diocese de Mariana, à qual pertencia a paróquia de Santo Antônio de Juiz de Fora, iniciou o projeto reformador por volta do ano de 1844, com a nomeação do bispo lazarista D. Viçoso. Este pode ser considerado um dos principais promotores do movimento reformista, o qual propunha-se a estabelecer vínculos mais fortes com Roma. A reforma católica está, portanto, intimamente relacionada com o projeto da Santa Sé, dedicado a estabelecer uma segunda evangelização na América Latina.²⁶⁰

No caso de Mariana, assim como em outras dioceses, o processo de Romanização e Reforma Católica Ultramontana assumiu ritmos diferenciados nas diversas paróquias, como por exemplo em Juiz de Fora, onde o processo começou tardiamente.²⁶¹ Mas o caso de Juiz de Fora não se insere totalmente no modelo de reforma proposto por esse bispo. Tal implantação não foi possível num primeiro momento, uma vez que em 1859 foi nomeado para novo vigário da cidade o Pe. Tiago Mendes Ribeiro. Este era um típico representante do clero tradicional, que atuava segundo as regras do padroado e do regalismo.²⁶²

A cidade de Juiz de Fora não possuía as mesmas características que a cidade de Mariana, com seu modelo urbano do tipo “sacramental”. A cidade era marcada por um Catolicismo tradicional, de característica mais popular, onde as irmandades religiosas, a devoção aos santos e o clero tradicional marcavam presença. Na paróquia de Juiz de Fora, assim como em outras localidades pertencentes à Diocese de Mariana, a ação reformadora não obteve imediatamente e em sua plenitude os resultados pretendidos com a reforma durante o século XIX.²⁶³

Dessa forma, foi somente com a morte do Pe. Tiago, em 1890, que a diocese de Mariana pode finalmente dar início à implantação do projeto reformador na sociedade juizforana. Durante esse período, quem estava à frente da Diocese de Mariana era Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876 – 1890), mas, devido

²⁵⁹ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870 –1910)*, pp. 100-103.

²⁶⁰ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 15-16.

²⁶¹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 43.

²⁶² *Ibidem*, p. 09.

²⁶³ *Ibidem*, pp. 19 e 68.

a enfermidades teve que entregar o governo diocesano para o Bispo Auxiliar – Dom Silvério Gomes Pimenta (1890 – 1922).²⁶⁴

Foi, portanto, a partir de 1890, sob o “báculo episcopal” de Dom Silvério, que a Reforma Católica Ultramontana atingiu a cidade de Juiz de Fora, contando com o apoio de três grupos: o clero diocesano, as congregações religiosas e os leigos. Esses três elementos uniram-se com o objetivo de construir uma identidade católica reformada na cidade.²⁶⁵ A obra de D. Silvério, assim como a de seu sucessor (Dom Helvécio), tinha por meta marcar presença junto aos fiéis, não descuidar dos afazeres espirituais e prestigiar a cidade de Juiz de Fora como sede de encontros importantes.²⁶⁶

Logo após tomar posse na diocese de Mariana, Dom Helvécio veio para Juiz de Fora com o objetivo de presidir as Conferências Episcopais da Província Eclesiástica de Mariana, as quais foram realizadas na Academia de Comércio, entre os dias 19 a 25 de abril de 1923. Em seguida, ele solicita à Santa Sé a criação de uma diocese na cidade de Juiz de Fora. Seu pedido é aceito e, em 1º de fevereiro de 1924, é publicada a bula *Ad Sacrossanti Apostolatus Officium*, que vem oficializar o nascimento da nova diocese.²⁶⁷

O advento da República trouxe uma maior liberdade de ação para a Igreja, que passa a ter como característica principal o esforço organizativo. A partir daí, e com o incentivo da Santa Sé, os bispos assumiram a tarefa de organizar suas dioceses seguindo o padrão tridentino, tendo como foco o clero, as paróquias e os fiéis.²⁶⁸

A formação do novo clero nos moldes tridentinos levou à fundação e manutenção de seminários. A criação e organização das paróquias contou com o apoio de religiosos estrangeiros que vieram para o Brasil com o objetivo de expandir a reforma e auxiliar na sua implantação. Os fiéis, por sua vez, passaram a sofrer um maior controle por parte do clero, com a formação de novas lideranças de leigos dentro das associações religiosas, que passariam a ser mantidas sob rígido poder clerical.²⁶⁹

Em fevereiro de 1924, com a criação da diocese de Juiz de Fora, a vida católica da cidade de Juiz de Fora ganha um reforço expressivo. Em sintonia com outros bispos reformadores e sob as orientações de Dom Sebastião Leme, arcebispo do

²⁶⁴ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 72.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 73.

²⁶⁶ *Ibidem*, p. 75.

²⁶⁷ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 194 e 196.

²⁶⁸ *Ibidem*, p. 94.

²⁶⁹ *Ibidem*, *loc.cit.*

Rio de Janeiro, Dom Justino José de Sant'Ana assume a direção do prelado e passa a ter uma presença significativa na sociedade juiz-forana.²⁷⁰

Dom Justino toma posse da diocese no dia 1º de fevereiro de 1925, após ter sido realizada sua sagração episcopal no convento dos franciscanos do Rio de Janeiro, no dia 20 de janeiro de 1925. Segundo Riolando Azzi, o objetivo de Dom Justino era que tanto a cidade quanto a diocese de Juiz de Fora se tornassem territórios caracteristicamente católicos e que a autoridade eclesiástica fosse responsável pelo estabelecimento de diretrizes, que norteariam a vida social. Assim como outros bispos restauradores, Dom Justino atuava como se o regime de Cristandade ainda fosse vigente no Brasil e a fé católica fosse a religião oficial, única e exclusiva do povo brasileiro.²⁷¹

A vinda da Europa de congregações religiosas masculinas e femininas contribuiu para a implementação efetiva da Reforma Católica na cidade, através de um efetivo enquadramento dos fiéis nos moldes do ultramontanismo.²⁷² Mas a implantação dos ideais ultramontanos encontrou muitas dificuldades, como por exemplo, os obstáculos advindos do catolicismo tradicional de matriz imigrante fortemente presente em Juiz de Fora.²⁷³

Outra dificuldade se deu com a presença de maçons, espíritas e protestantes (especialmente os metodistas, embora também houvesse os luteranos), os quais apontam para uma quebra do monopólio católico²⁷⁴. Foi a partir dos anos de 1890 a 1924 que essa situação tendeu a ser superada, embora ainda houvessem limites e resistências ao projeto reformador.

A Restauração Católica tem início com a República, mas não representa um momento de ruptura com o movimento iniciado pelos bispos reformadores da época imperial. O que se constata é uma evolução da mesma concepção de Igreja. As idéias fundamentais do período anterior são mantidas, como a necessidade de maior formação do clero e melhoria da instrução religiosa do povo; a atitude de repulsa com relação à

²⁷⁰ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 189.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 198, 207 e 296.

²⁷² PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 10.

²⁷³ *Ibidem*, *loc.cit.*

²⁷⁴ Segundo Mabel Salgado Pereira, a Cristandade diz respeito a um “sistema de relações da Igreja e do Estado numa determinada sociedade e cultura”. Até mais ou menos as décadas de 1850 a 1890, “a situação histórica do sistema de Cristandade tinha sido a Constantiniana, onde as relações da Igreja e do Estado pressupõem um sistema único de poder e legitimação, formado pela bipolaridade entre ambos; um projeto unanimista de uma religião oficial de Estado; um código religioso de base uniformizador e homogeneizador.” (PEREIRA, 2004, p. 10)

Maçonaria, o protestantismo e o espiritismo; e a manutenção do conservadorismo no que diz respeito às questões políticas e sociais.²⁷⁵

O que muda nesse período é a constatação de uma maior necessidade de aproximação do clero com a sociedade brasileira e, como consequência desta, o empenho do clero em tentar uma aproximação entre a Igreja e o Estado. O objetivo dos bispos era estabelecer um acordo de colaboração com o Estado, onde ambos se uniriam na defesa de interesses comuns. Eles desejavam colaborar com a República, mas procurando influenciá-la com o espírito cristão.²⁷⁶

Os congressos eucarísticos nacionais, iniciados na década de 1930, podem ser considerados uma das principais manifestações públicas utilizadas pela Igreja Católica com o objetivo de fortalecer sua ação na sociedade. A realização de assembleias (sejam elas em nível mundial, regional ou diocesano) pela instituição católica tinha por objetivo estabelecer diretrizes mais específicas para a ação pastoral, ou oferecer uma melhor formulação das verdades da fé.²⁷⁷

Durante esse período, muitas dioceses realizaram congressos eucarísticos diocesanos como uma forma de preparação para as celebrações eucarísticas nacionais. Em Juiz de Fora, no ano de 1939, Dom Justino promoveu o primeiro congresso eucarístico da cidade. Anos depois, veio a celebração do segundo congresso eucarístico, que se realizou no ano do centenário da cidade (1950). O objetivo dessa iniciativa era colocar em evidência o papel da Igreja Católica na vida social juiz-forana, que seria expressa por meio de rituais religiosos nas ruas e praças da cidade.²⁷⁸

A realização do Congresso Eucarístico de 1950 pode ser considerada, do ponto de vista simbólico, como um dos momentos mais expressivos da Restauração Católica, implantada na cidade de Juiz de Fora graças à ação pastoral de Dom Justino. Este, em sintonia com os bispos reformadores, conseguiu pôr em prática o projeto de afirmação da fé católica na sociedade, sendo a realização deste último congresso uma prova de que ele estava obtendo os efeitos desejados.²⁷⁹

O controle da atividade paroquial era exercido pelo bispo, o qual, por meio de suas provisões, autorizava os padres a exercer seu ministério pastoral, definindo e, às vezes, restringindo seu campo de ação. As práticas de devoção e culto eram reguladas

²⁷⁵ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 190.

²⁷⁶ *Ibidem*, p. 191.

²⁷⁷ *Ibidem*, pp. 303 e 308.

²⁷⁸ *Ibidem*, pp. 309-311.

²⁷⁹ *Ibidem*, pp. 313 e 316.

pela autoridade hierárquica através de cartas pastorais, circulares e mandamentos. Ao prelado, portanto, competia nortear o desenvolvimento da vida católica na diocese.²⁸⁰

Os escritos pastorais possuem um teor fundamentalmente religioso e constituem uma das modalidades discursivo-religiosas utilizadas pelos bispos para se dirigir aos fiéis. Constituem uma literatura particular entre as outras formas de comunicação da Igreja Católica, como cartas, circulares, avisos, breves, sermões escritos e memórias. Seu conteúdo sempre diz respeito ao pastoreio dos fiéis e sua forma varia entre Cartas Pastorais Individuais e Cartas Pastorais Coletivas.²⁸¹

Segundo Mabel Salgado Pereira, as cartas pastorais assumem uma função social, na medida em que “este tipo de comunicação desenvolvida entre o episcopado, o clero e os fiéis, visa algum tipo de modificação, uma nova forma de organização, não só da própria Igreja como da vida dos indivíduos, em torno de novos valores, atitudes e aspirações”.²⁸² Os bispos também utilizam circulares para se comunicar com o clero e os fiéis, ou, mais reservadamente, apenas com o clero, caso o assunto a ser tratado exija sigilo.²⁸³

Nesse sentido, várias bulas e documentos papais ou episcopais proibiram os católicos de se filiar ou ajudar esse tipo de instituição. Esse fato pode ser percebido nas cartas pastorais das primeiras décadas do século XX, por exemplo, na Pastoral Coletiva de 1915, onde se define que incorrem em excomunhão “os que coincidentemente se filiarem à Maçonaria ou a outras associações congêneres, que maquinam contra a Igreja e contra os legítimos poderes civis”.²⁸⁴

Através de seus representantes máximos, a Igreja Católica procurou alertar os seus fiéis dos perigos que os “inimigos” da fé representavam para a sociedade juizforana. Isso pode ser percebido nas resoluções aprovadas pelas Conferências Episcopais que se realizaram em Juiz de Fora no período de 19 a 25 de abril de 1923:

²⁸⁰ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 136.

²⁸¹ As Cartas Pastorais Individuais são aquelas dirigidas por um bispo à sua diocese. Já as Coletivas reproduzem o pensamento de um grupo de bispos e se encontram divididas em nacionais (que são reflexões do episcopado de um país) e provinciais (frutos de reuniões do episcopado de uma ou várias províncias eclesiais). (PEREIRA, Mabel Salgado. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant’Ana (1949), pp. 65-66.)

²⁸² PEREIRA, Mabel Salgado. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant’Ana (1949), p. 66.

²⁸³ *Ibidem*, p. 67.

²⁸⁴ CONSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS DO BRASIL. Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915 - Adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às Recentes Decisões das Sagradas Congregações Romanas. Canoas, RS: Tipografia La Salle, 1950, p. 85.

Aos nossos diocesanos fazemos um vehemente appello, para que se mantenham firmes na fé catholica, nunca assistam a pregações protestantes ou sessões espiritas, nunca leiam livros, folhetos ou jornaes de nenhuma dessas seitas, nunca procurem ou aceitem remedios de curandeiros espiritas, nunca mandem seus filhos a collegios de protestantes ou espiritas, nunca tomem parte em festas promovidas pela Maçonaria ou qualquer outra seita e nunca auxiliem os inimigos da Igreja na construcção de seus templos e escolas.²⁸⁵

Com isso, podemos concluir que os protestantes (especialmente os metodistas), os espíritas e os maçons foram os principais adversários da Igreja no final do século XIX e início do século XX em Juiz de Fora, limitando e desviando forças do movimento de romanização e reforma católica ultramontana.²⁸⁶ Era preciso combatê-los e uma das armas utilizadas para isso foram os jornais católicos, como por exemplo, o *Jornal O Lampadário*, órgão oficial da diocese de Juiz de Fora, que em seus exemplares procurava insistentemente alertar os fiéis dos perigos que a Maçonaria representava para a sociedade.

Embora o número de maçons católicos nas lojas maçônicas fosse nitidamente superior ao número de irmãos que professavam outras religiões, o ideal de liberdade religiosa e o convívio de homens de diversas religiões dentro do espaço maçônico eram vistos pelos líderes religiosos como um obstáculo ao domínio exclusivo do catolicismo, almejado pela Igreja Católica.

Mas não eram apenas os opositores do catolicismo que incomodavam os ultramontanos, a atuação dos padres e seu comportamento frente à sociedade também foi um motivo de preocupação. O processo de Romanização e Reforma Católica Ultramontana encontrou nos primeiros anos um grande número de padres, embora a maior parte deles não estivesse alinhada com os ideais de reforma proposto pelo episcopado. Funções públicas e políticas eram exercidas pelos párocos, o que acabava lhes prejudicando ao realizarem as tarefas diretamente relacionadas à Igreja. Os bispos reformadores queriam um clero forte e coeso, que se empenhasse exclusivamente na obra reformadora e que fosse capaz de colocar em prática os ideais romanizados e ultramontanos.²⁸⁷

De acordo com Azzi, os prelados se preocuparam com três aspectos ao analisarem o clero: “a falta de espírito eclesiástico, o envolvimento na política e,

²⁸⁵ RESOLUÇÕES aprovadas nas Conferências Episcopales da Província Ecclesiastica de Mariana – Realizadas em Juiz de Fora, de 19 a 25 de abril de 1923. J. Ladeira, Campinas: TYP. Casa Mascotte, 1923, p. 7. [Respeitou-se a grafia original].

²⁸⁶ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 163.

²⁸⁷ *Ibidem*, pp. 127-128.

principalmente, a não observância do celibato clerical”. Dessa forma, uma das metas do processo reformador era edificar a vida moral do próprio clero e, para isso, algumas medidas foram tomadas, como a supressão dos elementos considerados profanos no culto religioso e, também, o incentivo para que o clero assumisse o controle das manifestações de culto e das associações religiosas, tornando-as instrumentos da catequese popular.²⁸⁸

Durante o segundo Reinado, a Igreja aliou-se ao Estado Imperial com o objetivo de reconduzir o clero às suas funções puramente eclesiásticas, afastando-o do campo político.²⁸⁹ Para o Estado, não era conveniente que os homens da Igreja interferissem nos negócios políticos do Império. Já para a Igreja, a participação política do clero significava a diminuição do zelo para com as coisas religiosas, o que não era visto com bons olhos pelos agentes reformadores.

Desde os primeiros anos de fundação da cidade de Juiz de Fora, o modelo de catolicismo praticado pelo Padre Tiago tornou-se referência na paróquia e, ao mesmo tempo, contrário aos objetivos pretendidos pelo Bispo de Mariana, Dom Viçoso. Este desejava um clero obediente, que levasse a sério o celibato e a sua missão religiosa, sem envolver-se em questões políticas.²⁹⁰

Esse desagrado com relação ao Padre Tiago pode ser um dos motivos que levaram Dom Viçoso a fazer pouquíssimas visitas pastorais na cidade de Juiz de Fora. Mas apesar de pertencer ao modelo de clérigo tradicional, a atuação do Padre Tiago junto aos fiéis não foi negativa, visto a boa aceitação que ele tinha na sociedade e seu empenho em atender às demandas locais.²⁹¹

A formação sacerdotal, dentro dos princípios ultramontanos e romanizados, foi uma das preocupações de Dom Viçoso, o qual enviou seus melhores alunos e colaboradores para a Europa, a fim de capacitá-los para a direção de seus seminários. Essa preocupação em dar continuidade ao espírito reformador pode ser observada nas sucessivas nomeações de bispos imbuídos dessa lógica. Dom Silvério Gomes Pimenta, estudou na escola de Dom Viçoso e foi seu fiel seguidor. Essa medida favoreceu o fortalecimento da reforma católica na diocese de Mariana.²⁹²

²⁸⁸ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 18-19.

²⁸⁹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 70.

²⁹⁰ *Ibidem*, pp. 62-63.

²⁹¹ *Ibidem*, pp. 66-68.

²⁹² AZZI, Riolando. *Op.cit.*, p. 21.

Com o objetivo de criar uma nova identidade religiosa, o bispo reformador, D. Silvério, procurou, num primeiro momento, enquadrar o clero no novo projeto, para em seguida, atingir os fiéis.²⁹³ Com isso, D. Silvério e seu sucessor, D. Helvécio, procuraram selecionar padres que estivessem em sintonia com a Igreja romanizada e capazes de pôr em prática os ideais ultramontanos.

Nesse sentido, o movimento ultramontano na paróquia de Santo Antônio em Juiz de Fora pôde contar com a colaboração de três sacerdotes nos anos iniciais da década de 1890: Padre Dr. Venâncio Ribeiro de Aguiar Café, Padre Júlio César de Moraes Carneiro e o Padre João Emílio Ferreira da Silva. É possível destacar uma característica em comum nesses três sacerdotes, a saber, o fato de serem homens de cultura bastante elevada. Tal qualidade favoreceu o contato com a elite burguesa que se afirmava no centro urbano de Juiz de Fora.²⁹⁴

Para se afirmarem na cidade e colocar em prática o projeto reformador os padres diocesanos utilizaram o seguinte “esquema eclesiológico tridentino” na cidade de Juiz de Fora: “o papa em Roma, D. Silvério em Mariana e os ilustres padres em Juiz de Fora”. Todavia, tal esquema teve vida curta, devido ao falecimento do Padre Café no ano de 1898 e do Padre João Emílio em 1899, assim como a transferência do Padre Júlio Maria para o Rio de Janeiro. Aos poucos, seus postos foram ocupados por religiosos europeus.²⁹⁵

O bispo de Mariana compensou a escassez do clero nativo por meio da vinda de congregações religiosas européias. Estas, já alinhadas com o catolicismo tridentino e ultramontano, passaram a servir de protótipo e modelo para os sacerdotes brasileiros. Inicialmente, esses religiosos deveriam apenas dar assistência ao clero diocesano, mas, na prática, eles se tornaram os verdadeiros agentes da ação pastoral na cidade.²⁹⁶

A Reforma Católica Ultramontana visava à afirmação clerical, assim como a subordinação do laicato às medidas reformadoras dos bispos de Mariana, o que não foi possível num primeiro momento em Juiz de Fora, dada a força das irmandades e o tradicionalismo do clero local. Tornava-se necessário, portanto, não apenas instruir o clero com as diretrizes ultramontanas, mas também fazer com que os fiéis se enquadrassem nessa nova lógica que passaria a reger a vida religiosa.

²⁹³ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 74.

²⁹⁴ *Ibidem*, pp. 77 e 84.

²⁹⁵ *Ibidem*, p. 84.

²⁹⁶ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 99 e 116-117.

Após promover a reforma do clero, o movimento reformador desejava reformar também os fiéis, que, até então, se expressavam segundo o catolicismo luso-brasileiro, tipicamente devocional. O enfoque básico dado pelos bispos com relação à reforma do povo cristão, visava, segundo Azzi, uma melhor instrução catequética, com o objetivo de afastar os fiéis “da ignorância religiosa, das práticas supersticiosas e das manifestações de irreverência e de fanatismo no culto”.²⁹⁷

Em Juiz de Fora, a maioria dos fiéis eram considerados como católicos “não-praticantes”. Dessa forma, a ação romanizadora da Igreja assumiu a tarefa de catequizá-los, orientando-os e instruindo-os sobre o significado dos ritos, doutrinando aqueles que não freqüentavam as missas, exigindo o comparecimento nos sacramentos, a prática do rosário e das devoções. Tornava-se necessário transformar “católicos batizados” em “católicos praticantes”. A realização dessa tarefa deve-se à adoção de algumas medidas, como a fundação de jornais católicos e a mobilização do laicato por meio de obras sociais e grupos de ação.²⁹⁸

Dessa forma, a organização da catequese, tanto em nível paroquial quanto escolar foi uma das preocupações do movimento reformador da Igreja. A implantação do modelo reformador e o enquadramento dos fiéis nessa nova ordem foi intensificada por meio dos discursos e das práticas reformadoras dos agentes eclesiais e também através da atuação das congregações religiosas européias. No lugar das antigas devoções, instaurou-se um novo tipo de religiosidade e novas simbologias, as quais passaram a nortear a vida dos fiéis.²⁹⁹

Os agentes reformadores encontraram dificuldades para levar adiante a reforma dos fiéis, principalmente no que diz respeito à presença de outras tendências religiosas, que batiam de frente com a Igreja Católica.³⁰⁰ Deve-se ressaltar também a importância que as antigas devoções, de caráter tradicionalista, representavam para a sociedade juizforana. Ambas constituíam um forte obstáculo a ser superado.

A reforma dos fiéis veio como consequência da reforma do clero, uma vez que ao reformar os costumes e criar uma nova imagem para o clero, os agentes reformadores pretendiam fazer com que os padres tivessem uma participação mais ativa junto ao povo. Esse processo teve como palco principal a paróquia, onde se destacam

²⁹⁷ AZZI, Rioldo. *Sob o Báculo Episcopal*, pp. 18, 19 e 22.

²⁹⁸ CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”, pp. 95-96.

²⁹⁹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, p. 19.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 19.

os seguintes templos religiosos católicos: Matriz, Igreja dos Passos, Igreja da Glória, Igreja de São Sebastião, do Rosário, de São Mateus e de São Roque.³⁰¹

Os fiéis foram enquadrados na instituição paroquial e, simultaneamente, iniciou-se um processo de clericalização das devoções. O objetivo dos bispos reformadores era desvalorizar o Catolicismo dos leigos e substituí-lo por um mais romanizado, ou seja, por um catolicismo mais dependente das autoridades católicas. O controle dos centros de romaria, por exemplo, foi uma das medidas adotadas pelos ultramontanos.³⁰²

Ao mesmo tempo em que a instituição católica esforçava-se para acompanhar o progresso da cidade, através de suas diversas obras educativas e assistenciais, ela também empenhava-se em conter o avanço de entidades e idéias contrárias ao seu credo religioso.³⁰³ A Maçonaria, vista como uma ameaça aos princípios católicos, foi uma dessas entidades combatidas pelo clero juizforano.

Nesse contexto da Reforma Católica Ultramontana, configurava-se como tarefa dos bispos levar adiante o processo de Restauração Católica no país. Os leigos, por sua vez, deveriam estar sempre disponíveis e alertas às orientações da hierarquia eclesiástica, cujas ações se estendiam também para a esfera da imprensa e da educação.³⁰⁴ A reforma do clero e dos fiéis era parte fundamental da reforma e perpassava por um maior esclarecimento da população sobre os perigos que os inimigos da fé representavam para o catolicismo. Com isso, os maçons, vistos como inimigos poderosos, tornaram-se um dos alvos prediletos da organização eclesiástica.

4. A visão anti-maçônica da diocese de Juiz de Fora

Segundo Barata, “pelo menos desde meados do século XVIII, a Maçonaria era associada a algo ameaçador, a algo que abrigava a maldade”.³⁰⁵ Essa imagem negativa da ordem teria se intensificado após a Revolução Francesa, quando a sociedade maçônica passa a ser identificada com um espaço de articulação revolucionária. Na virada do século XVIII para o XIX, uma das formas encontradas para explicar as

³⁰¹ PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana*, pp. 102-103.

³⁰² *Ibidem*, p. 111 e 117.

³⁰³ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 183.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 183.

³⁰⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 163.

diversas mudanças que estavam acontecendo na sociedade foi colocando a culpa na “perigosa e conspiradora seita maçônica”.³⁰⁶

Dessa forma, desde a conquista de Roma, no ano de 1870, a Maçonaria passou a ser fortemente atacada pela imprensa católica brasileira. Até então, a ordem havia passado quase despercebida pela Igreja no Brasil, mas depois desta data a imprensa católica passou a declará-la anti-cristã e responsável pelos problemas de Roma. No Brasil, muitos jornais endossaram esse ponto de vista, deixando evidente que aos olhos do clero brasileiro, os católicos não poderiam se filiar à Maçonaria. Do mesmo modo, as ordens papais não poderiam ser ignoradas, embora o governo tivesse o direito de beneplácito.³⁰⁷

Em uma Instrução Pastoral sobre a Maçonaria e os Jesuítas, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, aponta a instituição como um terrível inimigo, pior do que todos os outros que a Igreja já teria enfrentado no passado:

A Maçonaria, pior que todos aquêles antigos adversários; porquanto reunindo-se em si a todos êles, fundindo-os juntos, constitui um todo poderoso, a personificação ou unificação de todos êles, que faz hoje a um só tempo tudo o que êles fizeram, cada um deles per si, em épocas remotas umas das outras. Sim; a Maçonaria, o Supremo esforço do poder das trevas contra a luz da verdade, é incontestavelmente o mais temeroso inimigo que a Igreja tem tido que debelar.³⁰⁸

Nessa instrução, Dom Vital acusa os maçons de estarem conspirando contra a Igreja, movendo uma guerra sem tréguas ao Catolicismo, combatendo-a por todos os meios. De um lado, os maçons tentaram acabar com a boa fé dos homens simples, probos e honestos; e do outro, suscitando uma tempestade contra os respeitáveis Padres Jesuítas. Dessa forma, para honrar seu ministério, Dom Vital chama o clero para levantar a voz a fim de abrir os olhos dos fiéis contra as ciladas da “astuta serpente” e de “advogar a causa da inocência caluniada e oprimida”.³⁰⁹

Nesse texto, Dom Vital, apesar das inúmeras acusações, destaca um atenuante para os maçons brasileiros, a saber, o fato de, segundo ele, somente alguns poucos maçons terem conhecimento dos “planos sinistros da Maçonaria”. Estes estariam

³⁰⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 163-164.

³⁰⁷ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, pp. 280-281.

³⁰⁸ DOM Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira - Bispo de Olinda. *Instrução Pastoral sobre a Maçonaria e os Jesuítas*. Petrópolis: Vozes, 1957, p. 7-8. [Respeitou-se a grafia original].

³⁰⁹ *Ibidem*, pp. 9-10.

expressos numa “Instrução Secreta”, a qual só poderia ser comunicada aos filiados que chegassem aos últimos graus maçônicos e que, portanto, já houvessem sido iniciados nos altos segredos da seita.³¹⁰

Para Dom Vital, o fim supremo da Maçonaria era a abolição da religião católica e, secundariamente, a criação de uma República Universal. Para atingir seus objetivos, a Maçonaria, tendo o papado como ponto de mira, destrói seus alicerces e insinua-se no Santuário do Senhor. Além disso, afasta todos os possíveis pontos de apoio do papado para, enfim, deitá-lo por terra.³¹¹ De acordo com o bispo, a Maçonaria se empenha num trabalho de preparação onde as crianças e os jovens são “envenenados” via educação: “como da educação depende o futuro da sociedade, ela procura arrancar a infância e a mocidade ao desvelados cuidados da Igreja, subtraindo-as ao ensino do sacerdote, e dar as crianças de ambos os sexos educação e instrução sem idéia de moral, nem ensino religioso, a fim de formar gerações à sua feição e contento”.³¹²

Nessa Instrução Pastoral, Dom Vital se dirige a todos aqueles que, pertencentes ou não à ordem, sintam-se iludidos com a Maçonaria, supondo que ela consista em benficências e banquetes, e que não seja hostil à Igreja ou ao Estado. Àqueles que ainda não são filiados à “seita”, Dom Vital orienta-os a fugir dela, “como do maior inimigo da Religião e do Estado”. Aqueles, porém, que estejam a ela ligados, ele ordena que rompam com urgência os laços que os prendem.³¹³

Os maçons passaram a ser vistos como uma ameaça para a Igreja, para o Estado e para a própria sociedade. Para os homens comuns, os maçons eram homens perigosos, que guardavam segredos, viviam de acordo com normas de conduta e regras pré-estabelecidas. Uma das metas da conspiração maçônica era a dominação do mundo e a criação de um centro de poder universal. Para isso, os maçons utilizavam vários instrumentos: o caráter secreto de suas reuniões, as simbólicas e sigilosas cerimônias de iniciação, o juramento de silêncio imposto aos maçons recém iniciados (assim como aos membros antigos), a existência de uma rígida hierarquia entre os membros e a utilização de senhas.³¹⁴

³¹⁰ DOM Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira - Bispo de Olinda. *Instrução Pastoral sobre a Maçonaria e os Jesuítas*, p. 21.

³¹¹ *Ibidem*, pp. 42-51.

³¹² *Ibidem*, p. 89.

³¹³ *Ibidem*, pp. 183-184.

³¹⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 165.

Essa associação entre Maçonaria e conspiração chegou até meados do século XX, quando emergiram regimes autoritários na Europa e na América. Tal situação favoreceu a associação da Maçonaria com um complô judaico-comunista, ou seja, os maçons passam a ser vistos como agentes de uma conspiração judaica que visava dominar o mundo. Embora houvesse alguns defensores, tudo isso acabou contribuindo para uma definição simplista da instituição maçônica, vista como uma seita dedicada à maldade, que durou por muito tempo.³¹⁵

Durante o período imperial, a Maçonaria manteve acesa na sociedade brasileira as idéias de liberdade e progresso. Nessa época, pertenciam à instituição maçônica grande parte dos defensores das idéias liberais no Brasil, entre os quais havia diversos clérigos.³¹⁶

Ao analisar a Maçonaria no Rio Grande do Sul, Luiz Eugênio Vésicio observou que muitas famílias que tinham maçons entre seus membros sentiam-se constrangidas com a campanha anti-maçônica promovida pela Igreja Católica.³¹⁷ Pedro Nava, em seu livro “Baú de Ossos”, narra como sua mãe se sentia com relação ao fato de seu pai ser um maçom:

Para cólera-que-espuma da sogra (“Cachorrão! Coitada da minha filha...”), repugnância das cunhadas (“Pobre de nossa irmã, casada com bode preto!”), consternação de minha Mãe (Nossa Senhora, que pecado!) e escândalo da Cidade (Pobre moça! Também, casar com nortista...) e animado por nosso primo Mário Alves da Cunha Horta, pedreiro-livre emérito, meu Pai ousara tripingar-se! Primeiro, Cavaleiro da Rosa-Cruz. Depois, da Águia Branca e Negra. E freqüentava noitantemente a casa maldita, sempre escura, de janelas e portas herméticas. Lembro-me bem: quando lhe passava em frente, com minha Mãe, ela descrevia uma curva prudente, largava o passeio e tomava a sarjeta para distanciar-se dos óculos gradeados do porão onde, diziam, havia um negro caprino cevado com carne podre de anjinhos e cujo bafo enxofrado era fatal.³¹⁸

Apesar de maçons, era muito comum que os homens, suas esposas e filhos continuassem a freqüentar as missas. Por isso, muitos iniciados preferiam manter grande discrição acerca de sua condição de maçom.³¹⁹ Através do livro de Atas da Fidelidade Mineira, observa-se que muitas vezes seus membros encomendavam missas

³¹⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 170.

³¹⁶ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 184.

³¹⁷ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 207.

³¹⁸ NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*, p. 7-8. [Respeitou-se a grafia original].

³¹⁹ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *Op.cit.*, p. 207.

em memória de irmãos falecidos ou de familiares de algum maçom. Nos anos de 1873 e 1874, por exemplo, muitas pessoas morreram em Juiz de Fora, vítimas da febre amarela que assolava a cidade. Nesse contexto, foram várias as missas encomendadas pelos membros da loja para as vítimas dessa peste. Outras vezes, eram convocadas comissões para marcar presença na missa de sétimo dia ou para visitar as famílias e prestar solidariedade.

Segundo Vécio, os padres costumavam ameaçar de excomunhão aqueles que participassem da Maçonaria e, alguns pregadores, estendiam tal excomunhão para os familiares, o que causava conflitos domésticos nas famílias dos maçons. Dessa forma, as esposas eram persuadidas a afastar seus maridos da “seita satânica”, que causava a perdição de toda a sua família, e, dessa forma, “abrir à família as portas da Igreja Católica e, conseqüentemente, da salvação”.³²⁰

Todos aqueles que não acatavam as diretrizes de Roma, eram reunidos num mesmo bloco e considerados como inimigos de Cristo, merecedores de um combate sem tréguas. A esses opositores do Catolicismo, entre os quais estavam incluídos os liberais, os positivistas, os maçons, os judeus e os comunistas, eram dirigidas fortes críticas.³²¹

A Igreja, empenhada na luta anti-maçônica, passou a difundir sua ação pelo mundo inteiro. Através do *Syllabus*, Pio IX já havia denunciado os erros da civilização moderna, entre os quais destaca-se a Maçonaria. No Brasil, os atritos entre a Igreja e a Maçonaria tiveram início em 1872, com a eclosão da Questão Religiosa, o que produziu reflexos na imprensa de Juiz de Fora.³²²

Tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, foram publicadas já nas duas primeiras décadas do século XIX diversas obras, folhetos e impressos com o objetivo de atingir a Maçonaria, a qual, de acordo com essas produções, planejava derrubar a Monarquia e a Igreja Católica.³²³

Ao analisarmos vários artigos escritos pelo senhor Ramos de Oliveira no Jornal *O Lampadário*, órgão oficial da diocese de Juiz de Fora, que tinha como redator chefe o Padre Antônio Pachêco Ribeiro, nos anos de 1940 a 1942, observamos a insistência de tal autor em passar para os fiéis a visão católica sobre a Maçonaria,

³²⁰ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, pp. 207-208.

³²¹ *Ibidem*, p. 241.

³²² AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 55.

³²³ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 166.

alertando-os dos perigos que tal “seita demoníaca”, como eles a denominavam, representava para a sociedade.

Segundo Ramos de Oliveira, eram diversas as opiniões sobre a Maçonaria, enquanto uns a consideram como uma organização “abominada e nefasta”, outros a qualificavam de “sublime ordem”. O que não se duvidava era de sua notável influência internacional. Também eram várias as explicações para os males e benefícios de autoria da ordem: “pretendem alguns que ela se metamorfoseia segundo os países: é protestante na Inglaterra, xintoísta no Japão, budista na China e católica no Brasil. Outros julgam que ela muda de cor conforme as tendências dos períodos históricos.”³²⁴

De acordo com esses artigos do Jornal “O Lampadário”, havia dois motivos que despertavam a atenção da Igreja Católica de Juiz de Fora em torno da Maçonaria, sendo o primeiro o seu caráter secreto e o seguinte, as oito excomunhões com que a Igreja a fulminou. Para ele, há duas Maçonarias: a externa e a oculta. A externa seria aquela que funciona em templos, que se exhibe em público com festas cívicas e filantrópicas, que mantém órgãos de publicidade, que possui seus estabelecimentos registrados nas repartições governamentais, que tem veneráveis e grãos-mestres, ou seja, tem uma vida social visível.³²⁵

Esta Maçonaria externa seria apenas o corpo material ou instrumento irresponsável da oculta, a qual opera às escondidas, cujo chefe é desconhecido pelos membros daquela e cujo número de participantes seria reduzidíssimo, para que o alto segredo de suas verdadeiras finalidades e planos jamais fosse revelado. Aquela é adaptável, de acordo com os países em que se estabelece; esta seria imutável, no tempo e no espaço.³²⁶

Nesse sentido, o autor considera que os membros da Maçonaria externa seriam iludidos a respeito da ordem, uma vez que não conhecem nada a respeito da organização a que se incorporaram sob o inicial juramento de a servir incondicionalmente. O poder oculto ou invisível, que existe por trás da Maçonaria externa, se utilizaria desses elementos para sua obra nefasta, sendo seu objetivo principal a ruína dos próprios maçons.³²⁷

³²⁴ OLIVEIRA, Ramos de. A Sociedade Maçonica. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 29/06/1940, p. 2.

³²⁵ *Ibidem, loc. cit.*

³²⁶ *Ibidem, loc. cit.*

³²⁷ *Ibidem, loc. cit.*

Esse Poder Oculto por trás da Maçonaria seria clandestinamente manobrado e dirigido por uma organização coletiva judaica, “o verdadeiro espírito das Trevas, em perfeito conflito com o espírito da Luz”.³²⁸ Desse modo, tudo na “abominável seita” seria infernal e arquisatânico.

Segundo Ramos de Oliveira, a maior parte dos membros da Maçonaria ignorava as verdadeiras intenções da ordem, desconhecendo seus princípios, sua história, seus objetivos e tudo o mais que diz respeito a essa instituição:

não só o grande mistério da perfeição maçônica lhes é desconhecido, como tudo o mais que se relaciona com a vida da sociedade, com o seu fundador, a data de sua criação, a sua origem, a sua razão de ser e a sua finalidade. Os mais instruídos adeptos que tratam sobre o assunto não dão disso explicação segura, limitam-se a fórmulas vagas ou frases cômodas e anódinas como esta: “A origem da Maçonaria perdeu-se na noite dos tempos”.³²⁹

Entregar seu destino nas mãos de um “misterioso fantasma”, abrindo mão de sua própria liberdade, configurava-se, para Ramos de Oliveira, como uma grande imprudência. Isso porque, na realidade, o “poder invisível” tinha a intenção de arruinar os próprios maçons, os quais eram seduzidos com palavras honestas, e, ao mesmo tempo, utilizá-los para sua obra nefasta.³³⁰

A “seita” maçônica é vista como intrinsecamente revolucionária, desejosa de fomentar descontentamentos, insatisfações e conseqüentes revoluções. Ramos de Oliveira cita como exemplo a participação da Maçonaria na abolição da escravatura, que, por trás de tão nobre causa, planejava a queda da Monarquia e a destruição da economia nacional.³³¹ Segundo Ramos de Oliveira: “numa causa tão nobre e justa, a Maçonaria meteu o seu bedelho exclusivamente para impor a solução mais inepta e desastrada, calculadamente desastrada, perversamente desastrada e para conduzir o caso aos intuítos maçônicos: criar descontentamentos e fomentar a revolução. E não as beneficências do Invisível”.³³²

Feita de falsidade e mentira, a Maçonaria é vista como uma instituição genuinamente satânica. Diante das condenações e dos inúmeros avisos da Igreja, “mãe

³²⁸ OLIVEIRA, Ramos de. A Seita Diabólica. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 06/08/1940, p. 2.

³²⁹ OLIVEIRA, Ramos de. A Ilusão Maçônica. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 20/07/1940, p. 2. [Respeitou-se a grafia original].

³³⁰ *Ibidem, loc. cit.*

³³¹ *Ibidem, loc. cit.*

³³² *Ibidem, loc. cit.* [Respeitou-se a grafia original].

prudente que só tem em mira a felicidade eterna de seus filhos”, aqueles que nela se inscrevem não são tidos como homens de boa fé.³³³ Os verdadeiros católicos, aqueles que seguem de perto as orientações da Igreja, não podem se deixar levar pela curiosidade e pela fascinação advinda da ordem.

Para Ramos de Oliveira, é inegável o prestígio e a abrangência que a Maçonaria possuía em todo o mundo, angariando espíritos sonhadores e, em alguns países, exercendo forte influência sobre a política e a sociedade. Até mesmo nos meios eclesiásticos a ordem teve a audácia de penetrar, visto a presença de padres em tal instituição. Mas, a seita não teria mais o mesmo prestígio diante da humanidade: “cada dia, os governos reconhecem o perigo que representa a Maçonaria para a segurança nacional. Está visto que se trata de uma organização subversiva e anárquica, que projeta revoluções e o desmoronamento da ordem social vigente. É intimamente ligada ao bolchevismo, é clandestinamente controlada por uma súcia de judeus”.³³⁴

As autoridades católicas consideravam que a sociedade maçônica, assim como as demais sociedades secretas, fosse clandestinamente dirigida por judeus. A Maçonaria é vista como uma sociedade visceralmente revolucionária, que tem por objetivo a substituição da civilização cristã por uma civilização pagã e atéia.³³⁵

De acordo com Ramos de Oliveira, entram para os meios maçônicos três tipos de homens: os perversos, que conhecem e se identificam com os verdadeiros objetivos da seita; os ignorantes, que só a conhecem por meio de informações de amigos; e os imbecis, que se deixam explorar tanto do ponto de vista sentimental quanto financeiro.³³⁶

Era um erro acreditar que todas as religiões fossem verdadeiras e boas, como pregavam os maçons, uma vez que elas se contradizem. Era preciso abraçar a verdadeira religião e a verdadeira Igreja e nela permanecer até a morte.³³⁷ Esses trechos do Jornal “O Lampadário” procuravam mostrar para os fiéis o que a Igreja considerava ser os

³³³ OLIVEIRA, Ramos de. A Solidariedade Maçônica. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 24/08/1940, p. 2.

³³⁴ OLIVEIRA, Ramos de. O Prestígio Maçônico. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 14/09/1940, p. 2.

³³⁵ OLIVEIRA, Ramos de. Sociedades Secretas. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 08/02/1941, p. 2.

³³⁶ OLIVEIRA, Ramos de. O Segredo Maçônico. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 07/12/1940, p. 2.

³³⁷ OLIVEIRA, Ramos de. A Verdadeira Religião é Uma. **Jornal O Lampadário** – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 21/02/1942, p. 2.

verdadeiros objetivos da instituição maçônica e alertá-los para os perigos de se filiar a tal “seita demoníaca”.

CAPÍTULO 3: A REAÇÃO MAÇÔNICA FRENTE AO DISCURSO CATÓLICO

1. Os ideais liberais da Maçonaria em oposição ao conservadorismo católico

O discurso maçônico se estrutura a partir da crença na universalidade da natureza humana e no racionalismo, pressupostos importantes para o Iluminismo. Sintonizados com a ideologia liberal, os maçons contrapunham-se à dimensão conservadora da Igreja ultramontana. Dessa forma, a Maçonaria brasileira, assim como a de outros países, foi um importante veículo de divulgação do liberalismo³³⁸ na sociedade.

Segundo Eliane Lúcia Colussi, a Maçonaria se transformou na principal opositora ao pensamento católico-conservador. A partir da influência do pensamento liberal e cientificista, vários intelectuais, e não apenas os maçons, se posicionaram como anticlericalistas no século XIX. O que singularizava os maçons era o seu poder de organização e o seu prestígio internacional, além de serem os mais atacados pela Igreja Católica nesse momento.³³⁹

A Igreja Católica, portanto, foi identificada pelos maçons como um inimigo a ser combatido. Nesse contexto, os jesuítas foram eleitos como aqueles que melhor representavam a malignidade da religião de Roma e como os responsáveis pelo fortalecimento do “despotismo papal”. Cabe destacar que o termo “jesuíta” era frequentemente utilizado pelos maçons para se dirigir a qualquer membro do clero.³⁴⁰

Segundo os maçons, três grandes males ameaçavam o Brasil no início do século XX, a saber: a indiferença pelas coisas públicas, o analfabetismo das massas populares e o fanatismo “jesuítico e perigoso”. Dessa forma, a preocupação da Maçonaria nesse período era com o “combate ao jesuitismo e proteção desabrida a infância, pela escola, pela oficina e pela liberdade de consciência”.³⁴¹

³³⁸ Tal termo diz respeito à crença no valor do indivíduo e na convicção de que a liberdade individual é a base do progresso da humanidade. Conquanto que não infringissem na liberdade dos outros, os indivíduos deveriam ter o direito de exercer sua liberdade ao máximo. (VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, pp. 39 e 40.)

³³⁹ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*, pp. 43 e 44.

³⁴⁰ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 259.

³⁴¹ DISCURSO pronunciado pelo neophito Leopoldo Reis, professor primário, na Sess. de filiação, regularização e iniciação, em 11 de setembro passado na Aug. e Resp. Loj. Cap. “Força e União 2” (Oriente da Bahia). In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 27º ano, nº 11. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Janeiro de 1903, p. 870.

Diversas vezes, os maçons juizforanos demonstraram estarem preocupados com o avanço do “jesuitismo”, como aconteceu em uma sessão realizada no dia 4 de outubro de 1899 na sede da Fidelidade Mineira: “Concedida a palavra uza della o Ir.: Viz.: José Luiz da Cunha Horta 30:., o qual faz uma grande exposição sobre factos occorridos na França, mostrando a valiosa preponderância da Maç.: sobre o jezuitismo que tem procurado aniquilar a nossa Subl.: Ord.:, porém sempre vencidos; fazendo em seguida a leitura de uma publicação de nosso Ministro em Pariz o que prova o que acabava de expor”.³⁴²

Diante das investidas dos “jesuítas”, os maçons da Fidelidade Mineira procuraram não dar motivos para que eles tivessem o que falar sobre a loja. Com isso, havia uma preocupação dos membros em manterem-se unidos e evitar descontentamentos e dissidências entre eles. Dessa forma, muitos foram os discursos proferidos na loja no sentido de semear a união e o compromisso com a ordem, conforme nos mostra a ata do dia 4 de dezembro de 1873, quando o orador da loja fala sobre “os strictos e rigorosos deveres do Maçom, que deve deixar lá fora o recentimento, a paixão, para aqui só executar a lei fundamental da fraternidade, e os princípios jurados pelo Maçom”.³⁴³

Saldanha Marinho, grão-mestre do Grande Oriente dos Beneditinos no período de 1863 a 1883, foi um dos principais expoentes do liberalismo clássico dentro da comunidade maçônica. Como jornalista, publicou vários artigos no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Comércio* defendendo a separação da Igreja e do Estado e a liberdade de consciência. Esta, para ele, era incompatível com o regime de união entre Igreja e Estado.³⁴⁴ Os maçons juizforanos ligavam-se ao grupo dos beneditinos e, portanto, estavam de acordo com os ideais defendidos por Saldanha Marinho. Mas, não se pode atribuir tal visão a todos os grupos maçônicos, afinal, trata-se de um período de cisões e divisões na Maçonaria brasileira.

Para Saldanha Marinho, era dever da Maçonaria obedecer ao bom senso e à razão, disseminando a educação livre e racional (que levaria à felicidade pública por meio do conhecimento da verdade); promover a liberdade de culto (capaz de garantir a felicidade particular por meio da paz e da liberdade de consciência); lutar pela

³⁴² LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 04/10/1899, folha 117. [Respeitou-se a grafia original].

³⁴³ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 1*, 04/12/1873, folha 49. [Respeitou-se a grafia original].

³⁴⁴ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*, p.100.

instituição do casamento e do registro civil (que libertaria os homens da tirania exercida pela intolerante e exclusivista Igreja Católica); defender a secularização dos cemitérios (a fim de defender os cadáveres humanos contra os insultos da religião católica).³⁴⁵

Era freqüente encontrar artigos publicados por membros da Igreja Católica em resposta aos discursos e idéias de Saldanha Marinho, o qual afirmava que, embora a Maçonaria tenha sido censurada pela Igreja Católica, os maçons a respeitavam e acatavam sua autoridade. Tal posicionamento incomodava as autoridades católicas, as quais consideravam uma contradição o fato de os maçons continuarem defendendo a liberdade religiosa. Num desses artigos, podemos perceber esse fato: “S. S. afirma em seu 1º: que ninguém mais do que os Maçons respeita e acata a autoridade da Igreja; e ahi mesmo blasona de desprezar suas armas, isto é, as proibições, as censuras e penas espirituas por ella comminadas. Póde conceber-se mais flagrante contradicção? Calcar os preceitos da Igreja e vir simular-nos que a respeitão! Tratar com antigualhas suas penas, e dizer que acatão-nas!”³⁴⁶

Para as autoridades católicas, os maçons, ao desprezarem a autoridade do Sumo Pontífice que os condenou, desprezam também a autoridade da Igreja, da qual ele é chefe. Alguns maçons alegavam que a Maçonaria brasileira não estaria sujeita às penas canônicas por não ser uma sociedade secreta e, nem tampouco, adversa à Religião ou ao Estado. Mas, para a Igreja, a Maçonaria no Brasil é, sim, uma sociedade secreta e, portanto, está sujeita às penas impostas pela Igreja contra ela.³⁴⁷

De acordo com as Bulas papais todas as sociedades em que se exija a observância de um segredo, como é o caso das lojas maçônicas, devem ser condenadas. Para a Igreja, os maçons têm por finalidade “tirarem da terra a religião christã, para assentarem seu domínio universal”.³⁴⁸ Dessa forma, por exigir segredo inviolável de seus adeptos, os quais são obrigados a prestar um juramento, a Maçonaria no Brasil era tida como uma sociedade secreta e, como tal, incursa nas penalidades previstas nos documentos papais.

Mesmo que os maçons brasileiros não fossem inimigos da Igreja, não estariam eles livres da excomunhão papal, principalmente aqueles que, tendo conhecimento do

³⁴⁵ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras*, p.100. & PRANCHA do Grão-Mestre do Grande Oriente, Dr. Joaquim Saldanha Marinho *apud*: VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 288.

³⁴⁶ RESPOSTA ao Discurso do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho proferido na Assembléia Maçônica a 27/04/1872 dada por S.G.L. a 27/05 do mesmo ano. Rio de Janeiro: Tip. do Apóstolo, 1872, p. 5. [Respeitou-se a grafia original].

³⁴⁷ *Ibidem*, pp. 7-8.

³⁴⁸ *Ibidem*, pp. 8 e 10.

que dizem as bulas, ainda pertençam a esta sociedade. Para as autoridades católicas, a Maçonaria, ao pregar a liberdade religiosa e permitir a entrada de homens de diversas religiões em seu meio, acaba não tendo religião, ou tendo todas, o que equivale ao mesmo que não ter nenhuma. Além de considerá-la sem religião, a Igreja também acusa os maçons de serem inimigos radicais da instituição católica.³⁴⁹

As lojas maçônicas mostraram-se como um poderoso instrumento de ação política, a serviço dos ideais e objetivos da burguesia.³⁵⁰ Esta encontrou nas lojas um espaço seguro e favorável para a exposição de seus interesses e, também, para colocar em prática seus planos de ascensão social e divulgação dos conceitos de modernidade e progresso.

Os ideais maçônicos eram divulgados principalmente através dos periódicos anti-católicos. O aparecimento de um novo jornal representava o avanço e a difusão da liberdade de opinião. No interior das lojas e, também, por meio de jornais, os maçons debatiam sobre os males sociais causados pelo clericalismo, onde destacavam a manutenção do obscurantismo pela Igreja Católica, que retardava com seus dogmas o desenvolvimento da humanidade, impossibilitando o desenvolvimento do livre pensamento e o despertar crítico das consciências.³⁵¹

Em Juiz de Fora, a imprensa maçônica fez-se presente através de um jornal da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira”, que entrou em circulação no ano de 1898, tendo como redator o maçom Silva Tavares. Não foram preservadas as edições desse jornal e também não se sabe por quanto tempo ele circulou, mas há indícios de sua existência na “Crônica da Casa dos Redentoristas de Juiz de Fora”³⁵² e, também, no “Álbum do Município de Juiz de Fora”, escrito por Albino Esteves.³⁵³

Também há uma evidência sobre a criação de um jornal maçônico no ano de 1899, conforme consta no Livro de Atas: “O Ir.: Cordeiro pedio para que esta Loj.: fizesse aquisição de um typographia para a creação de um jornal mac.: o qual seria de grande utilidade, e que alguns Ir.: estão de accordo com essa idea e que concorrirão com seu trabalho e óbulo”.³⁵⁴ Mesmo que esta idéia de criação do jornal não tivesse

³⁴⁹ RESPOSTA ao Discurso do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho proferido na Assembléa Maçônica a 27/04/1872 dada por S.G.L. a 27/05 do mesmo ano. Rio de Janeiro: Tip. do Apóstolo, 1872, pp. 19-20.

³⁵⁰ VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 55.

³⁵¹ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 220.

³⁵² CRÔNICA da Casa dos Redentoristas de Juiz de Fora (1894-1923). História da Fundação, pp. 24 e 25.

³⁵³ ESTEVES, Albino & LAGE, Oscar Vidal Barbosa. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915, p. 321.

³⁵⁴ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 14/01/1899, folha 45.

chegado a se concretizar, é possível constatar que os membros da loja percebiam sua utilidade e importância.

A imprensa local também foi utilizada pelos maçons como meio de divulgação de reuniões extraordinárias na Maçonaria, ou seja, reuniões que fossem se realizar em dias anormais, dada a urgência de se resolver algum assunto. Os jornais ainda foram empregados para tornar públicos a data e o horário de cerimônias especiais, como a posse de uma nova diretoria, e, também, para a publicação de artigos em defesa da ordem.

No discurso da Maçonaria, uma preocupação está sempre presente: a educação. Os maçons consideravam muito perigoso o fato de a Igreja Católica possuir a direção de um grande número de escolas, as quais tinham grande credibilidade perante a sociedade. Tais escolas eram regidas por padres ou freiras católicas, o que devia causar certo constrangimento a muitos pais-maçons, que entregavam-lhes a educação de seus filhos, enquanto na discipulação das lojas reuniam-se para criticá-los.³⁵⁵

Esse embaraço vivido pelos maçons católicos é relatado por Luiz Eugênio Vécio ao analisar a situação da Maçonaria no Rio Grande do Sul: “o conflito vivenciado pelos maçons católicos era muito intenso, pois estavam sob fogo cruzado de dois discursos que se enfrentam publicamente. Conciliar as duas condições era quase impossível. Nessa grave situação de exclusão, era um risco participar do mais banal acontecimento social. Qualquer deslize provocava uma interminável saraivada de acusações públicas”.³⁵⁶

Constantemente, setores da Igreja Católica publicavam artigos afirmando que a Maçonaria era incompatível com a Igreja Católica e que, portanto, os maçons e suas famílias não deveriam procurar os serviços da Igreja. O discurso proferido pelas duas partes demonstra que tanto os católicos quanto os maçons estavam empenhados em conservar sua influência sobre seu público alvo. Ambos tinham receio de perder seguidores para o adversário e, por isso, procuravam preservar seus adeptos.³⁵⁷

A Igreja procurou nas mulheres um alvo para a disseminação de seus princípios no seio das famílias. Com isso, os padres procuraram através dos sermões sensibilizar as donas de casa, esposas de maçons, e trazê-las para o seu lado. Em contrapartida, a Maçonaria instruiu seus adeptos a “começar a propaganda maçônica dentro do próprio lar, tão sincera e tão pertinazmente a assegurar de um modo absoluto

³⁵⁵ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 208.

³⁵⁶ *Ibidem*, p. 224.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 242.

a pureza e a efficacia da doutrina de que se fez votario e que lhe cumpre defender e propagar”.³⁵⁸

Mas até meados do século XIX, ninguém tinha coragem de abandonar o gratificante título de católico. O catolicismo, religião do Estado até então, exercia uma espécie de monopólio do prestígio social. Com isso, era-se maçom e católico, maçom e padre; freqüentava-se, ao mesmo tempo, a Igreja e a loja maçônica.³⁵⁹ Com a separação entre as duas instituições, o poder episcopal passou a exigir o cumprimento das bulas papais, que condenavam a participação de católicos na Maçonaria, principalmente padres.

Mesmo diante de inúmeras tentativas da Igreja em mostrar para a sociedade os perigos da Maçonaria, as famílias dos maçons juizforanos não deixaram de comparecer às cerimônias ocorridas no recinto da loja. Isso aconteceu, por exemplo, numa sessão magna de posse da nova diretoria da loja, ocasião em que o venerável agradeceu aos visitantes, em nome da Fidelidade Mineira, por haverem desprezado “as calúnias que sobre a Maçonaria correu no mundo prof.:, vindo com suas presenças abrilhantar a posse da mesma off:.”³⁶⁰

Os próprios membros da loja não se intimidaram diante dos ataques dos ultramontanos, chegando mesmo a auxiliar na instalação de outras lojas na região. Em 1874, por exemplo, uma comissão regularizadora, composta por membros da Fidelidade Mineira, se dirigiu a Rio Pomba, onde foi regularizada a loja Fraternidade Mineira.³⁶¹

No ano de 1874, os maçons da Fidelidade começaram a exigir que a loja tomasse providências a fim de reagir aos ataques dos ultramontanos. Em outubro desse ano, um dos membros “pede para que a Off:. tome em consideração o procedimento dos padres a nosso respeito, devendo a Off:. reagir”.³⁶² Diante da proposta desse maçom, a loja decidiu que iria protestar por meio da imprensa e também ao “deixar de

³⁵⁸ SODRÉ, Lauro. Sessão Magna. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 36º ano, nº 10. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Outubro de 1911, p. 784. [Respeitou-se a grafia original].

³⁵⁹ AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal*, p. 29.

³⁶⁰ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*, 27/06/1874, folha 2. [Respeitou-se a grafia original].

³⁶¹ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*, 18/07/1874, folha 4.

³⁶² LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*, 27/10/1874. [Respeitou-se a grafia original].

comparecer aos actos dos quaes pode resultar a gloria para elles [os “jesuítas”] e bem assim de concorrer com os nossos metaes para esses actos”.³⁶³

Dessa forma, foi formada uma comissão com o objetivo de publicar artigos em defesa da ordem na imprensa local, mais especificamente no jornal “O Pharol”, dada a oferta feita pelo secretário da loja, o Sr. Dupin. Em dezembro de 1874, este informa à loja que “encetou a publicação de umas cartas sobre a Maçonaria, as quaes julga elle poderão prestar serviços á nossa causa”.³⁶⁴

A reação às investidas dos ultramontanos não foi apenas um ato localizado, típico dos maçons juizforanos. Lojas maçônicas de diversas cidades do Brasil fizeram o mesmo, inclusive o Grande Oriente tomou parte nesta luta. De acordo com o livro de atas, foi enviada uma prancha aos membros da loja a fim de que estes colhessem assinaturas para uma procuração autorizando o Grão Mestre da ordem a representá-los junto ao governo sobre os abusos do clero contra a Maçonaria.³⁶⁵

Apesar de serem odiados pelos ultramontanos, havia lojas maçônicas em quase todas as cidades brasileiras. Além disso, pertencer à Maçonaria dava aos homens um certo ar de respeitabilidade e *status* perante a sociedade. Como se sabe, até mesmo padres católicos pertenciam às lojas, demonstrando desta forma não levar em consideração as determinações papais, embora as encíclicas contra a Maçonaria não tivessem recebido o beneplácito do Imperador brasileiro e, portanto, não fossem obrigatórias para a Igreja Católica brasileira.³⁶⁶

Caso as encíclicas tivessem sido aprovadas no Brasil, seus efeitos recairiam não apenas no âmbito religioso e social, mas, também, na esfera política. Isso porque os maçons que exercessem cargos civis e políticos teriam que renunciar à Maçonaria; caso contrário, perderiam seus cargos e teriam seus direitos políticos cassados. A Constituição, entretanto, apenas exigia que os deputados à Assembléia Geral fizessem juramento de fidelidade à Igreja Católica. Na prática, o Senado e outros cargos públicos adotaram o mesmo juramento.³⁶⁷

Na segunda metade do século XIX, os intelectuais e políticos brasileiros, mais especificamente os do oeste da província de São Paulo e do sudeste de Minas Gerais,

³⁶³ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*, 31/10/1874. [Respeitou-se a grafia original].

³⁶⁴ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*, 12/12/1874. [Respeitou-se a grafia original].

³⁶⁵ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*, 19/12/1874 e 07/01/1875.

³⁶⁶ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 279.

³⁶⁷ *Ibidem*, p. 279.

sejam eles liberais, republicanos, positivistas e/ou anti-clericais, tinham suas diferenças políticas, mas a maioria deles possuía um elo em comum: o pertencimento à Maçonaria e a crença no papel social e político da educação.³⁶⁸ Juntos, eles se empenharam para difundir suas idéias, principalmente por meio do ensino de qualidade e livre dos ideais atrasados disseminados pelos colégios católicos.

Aos poucos, portanto, os maçons começaram a perceber que a educação era uma poderosa arma para fazer frente ao obscurantismo e a intolerância clerical. Com isso, em diversas localidades começam a aparecer colégios leigos, os quais recebem grande incentivo da Maçonaria, sendo muitas vezes dirigidos por membros desta. Não apenas em Juiz de Fora, mas por todo o Império, difundiu-se a instrução popular através da criação de escolas públicas e aulas noturnas. Segundo o *Jornal do Comércio*: “abundarão-se os donativos e ofertas de serviços, construirão-se edifícios apropriados, inaugurarão-se escolas normaes para formar professores, abrirão-se bibliothecas municipaes e populares, e o governo, no empenho de espalhar a instrução, vio-se poderosamente auxiliado pela iniciativa particular”.³⁶⁹

Em Juiz de Fora, é possível identificar alguns colégios que contaram com a colaboração, ainda que indireta, da Maçonaria e de seus membros. O Colégio Paixão, por exemplo, que foi dirigido primeiramente pelo Sr. Paixão, foi posteriormente administrado pelo Sr. Avelino Milagres, membro inaugurador da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira”.³⁷⁰ Em um salão alugado no prédio da Maçonaria também funcionava o Centro Philotechnico Mineiro, que, provavelmente, contava com o apoio da instituição.³⁷¹

Também é possível encontrar referências nos livros de atas de pedidos de ajuda para a fundação de escolas e bibliotecas, como este: “uma prancha de uma Com.: da Loj.: Amor a Virtude, pedindo aos Obbrs.: desta Off.: donativos de um livro, ou de outros objectos de uso escolar; donativos estes para uma Escola Noturna e Bibliotheca em virtude de ter sido approvada a instalação destas instituições”.³⁷² Em abril de 1900, chega à loja uma prancha com um caso semelhante. Trata-se de uma correspondência

³⁶⁸ MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*, p. 125.

³⁶⁹ JORNAL do Comércio, 6 de Janeiro de 1875 *apud*: Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. *Jornal do Comércio* – 7 de setembro 1822-1922, p. 370. [Respeitou-se a grafia original].

³⁷⁰ ESTEVES, Albino & LAGE, Oscar Vidal Barbosa. *Álbum do Município de Juiz de Fora*, p. 114.

³⁷¹ LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros*, p. 255.

³⁷² LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 25/11/1899, folha 136. [Respeitou-se a grafia original].

da Sociedade Umberto I pedindo carteiras e outros utensílios para uma escola que estava para ser inaugurada, o que foi feito mediante empréstimo.³⁷³

Peri Mesquida também adverte para uma possível aliança entre maçons e protestantes durante a fundação do Colégio Grambery na cidade de Juiz de Fora. Segundo esse autor, grande parte dos alunos inscritos no colégio nesse período, conforme apontam os livros de matrícula, eram filhos de maçons republicanos e de seus amigos. A colaboração entre metodistas e maçons consolidou-se graças a uma convergência de interesses: a Maçonaria, defensora dos ideais do iluminismo, interessava-se pela educação; e os metodistas, recém-chegados ao Brasil, encontraram na educação um meio de difundir suas idéias e se infiltrar na sociedade.³⁷⁴

De acordo com este autor, os liberais encontraram na educação metodista um meio de reagir à pedagogia rígida e atrasada das escolas católicas e públicas, apresentando, em contrapartida, um ensino mais voltado para os ideais de modernidade e progresso, elementos típicos de uma sociedade mais evoluída e fundamentais para a formação de uma nova elite de dirigentes republicanos.³⁷⁵

A criação do Colégio Progresso também contou com o apoio dos membros da “Fidelidade Mineira”, embora inicialmente fosse dirigido por um padre, Dr. Paulo Grande, o qual também era maçom. No ano de 1876, o Colégio Progresso foi vendido para o promotor público e vereador da cidade de Juiz de Fora, Avelino Milagres, membro muito influente na Loja Maçônica Fidelidade Mineira. Esse colégio, portanto, continuou sendo dirigido por um maçom e contando com o apoio dos irmãos da loja.

Vale a pena falar um pouco sobre esse padre, Dr. Paulo Grande, afinal, sua história é bem interessante, cheia de conflitos, mentiras e armações. Seu nome já havia me chamado a atenção no Livro de Atas da Loja Maçônica Fidelidade Mineira, principalmente por se tratar de um padre que, mesmo sabendo dos inúmeros ataques e desconfianças da Igreja a essa instituição, resolveu dela fazer parte. Mas, embora seu nome estivesse presente nos anos iniciais de estruturação da loja, não o encontrei no Livro de Matrículas, que foi preenchido após a loja receber a sua Carta Constitutiva do Grande Oriente para funcionar regularmente.

³⁷³ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 28/04/1900, folha 166.

³⁷⁴ MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*, pp. 127 e 130.

³⁷⁵ MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*, p. 130.

Algum tempo depois, ao ler o livro “O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil”, de David Gueiros Vieira³⁷⁶, deparei-me com o nome de um padre chamado Paulo Grande em um dos capítulos, o qual falava sobre a “teoria da conspiração liberal-republicana”. A princípio, fiquei meio desconfiada, achando que poderia não ser a mesma pessoa, mas à medida que a leitura caminhava, comecei a perceber que os dados se encaixavam. Cheguei à conclusão de que se tratava mesmo dele quando Vieira informou que o tal padre veio para Minas Gerais, mais especificamente para a diocese de Mariana e fundou um colégio por aqui, mas Vieira não sabia em qual cidade. Daqui em diante eu tinha os dados, mas de onde veio esse curioso padre, foi Vieira que me ajudou a responder.

Segundo esse autor, Paulo Grande já era maçom antes mesmo de chegar ao Brasil e teria recebido seu diploma maçônico em Palermo, na Itália, das mãos do próprio Garibaldi (o que não pode ser comprovado, dada as inúmeras mentiras inventadas pelo padre). Em Florença, Paulo Grande teria se aproximado dos protestantes, causando diversas confusões por onde passou. Acabou fugindo da Itália para escapar de ser processado pela justiça. Veio para o Brasil, via Montevidéu, tendo seu diploma maçônico reconhecido pelo Grande Oriente dos Beneditinos do Rio de Janeiro.

Ao chegar aqui, Paulo Grande já havia abjurado a fé católica e também havia se auto-ordenado pastor. Aproximou-se de alguns protestantes alegando ter sido ordenado ministro pela Igreja Valdense em Florença, que se casara no Uruguai e que tinha um filho. Chegou mesmo a dirigir cultos protestantes no templo da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro para os imigrantes italianos e também nos distritos de São Cristóvão e São Francisco Xavier. Em fins de 1872, Paulo Grande envia uma carta a um amigo protestante, Robert Kalley, onde afirma que, a pedido de diversos presbiterianos estava abrindo uma Igreja em Cascadura.

Mas Kalley tinha algumas desconfianças em relação a Paulo Grande, o qual dizia ser muito amigo de Luigi de Sanctis, um famoso ex-padre católico italiano que também acabou se tornando ministro protestante. As suspeitas aumentaram quando, num chá em sua casa, Kalley mostrou a Paulo Grande um retrato do tal líder protestante, Luigi de Sanctis, e ele não conseguiu identificar quem era. Ao escrever para a Itália para pedir informações, Kalley ficou sabendo das confusões que Paulo

³⁷⁶ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, pp. 350-352.

Grande havia armado na Itália. A própria esposa de Luigi de Sanctis confirmou os dados. Com isso, Kalley decide desmascarar o ex-padre, o qual fica indignado e, daí em diante, começa a se afastar dos protestantes.

Foi então que, em dezembro de 1872, Paulo Grande procura o Internúncio Domenico Sanguigni na cidade de Petrópolis e pede para ser readmitido na Igreja Católica, alegando ter se arrependido de abandonar a fé católica e implorando para que o Internúncio o enviasse para o Seminário de Mariana, em Minas Gerais, onde faria os “Sagrados Exercícios”. Durante esse encontro, Paulo Grande informa a Sanguigni o que os republicanos planejavam fazer por trás da agitação maçônica acarretada pela Questão Religiosa. Contou-lhe que as lojas maçônicas estavam empenhadas em separar a Igreja e o Estado, implantar o casamento civil e, também, expulsar os jesuítas e outras ordens religiosas do Brasil.

Mesmo não confiando totalmente em Paulo Grande, o Internúncio concorda com o pedido do ex-padre e lhe dá fundos suficientes para a viagem. No caminho para Minas Gerais, entretanto, ele se encontra com outros maçons que o convencem a não ir para o Seminário e, sim, abrir uma escola. Chama-nos a atenção o fato de, após ter denunciado para o Internúncio os objetivos da Maçonaria, esse padre se unir aos maçons como se nada houvesse acontecido. O texto de David Gueiros Vieira não informa onde seria construída tal escola, mas sabemos, por meio do Livro de Atas da Fidelidade Mineira e, também, devido a algumas obras sobre a história de Juiz de Fora, que se trata do Colégio Progresso, instalado nesta cidade.

Ao chegar em Juiz de Fora, portanto, Paulo Grande se une aos maçons da Loja acima mencionada e pede ajuda financeira para a estruturação do colégio que pretendia fundar. Foi assim que, em sessão do dia 28 de dezembro de 1872, é lida um prancha de Paulo Grande propondo aos “irmãos” maçons abrir um colégio na cidade e contando com o auxílio de todos. Na reunião seguinte, o padre faz uma visita à instituição pedindo para se filiar à loja e também para falar sobre a criação de seu colégio:

Toma a palavra em seguida o Ir.: Visitante Dr. Conego Paulo Grande, pedindo ser reconhecido e considerado membro installador d'esta Aug.: Off.: e declara que a idéia de fundar-se um estabelecim^{to}. de educação primária e secundaria, já não paira nas regiões de Utopia, é uma bella realidade o futuro – Collegio Progresso – conta com certeza com 40 alunos, e que elle aproveita o ensejo para pôr á disposição da Loj.: ou do

Ven.: 3 lugares destinados a 3 meninas pobres que por estes forem escolhidas.³⁷⁷

O Venerável congratula-se com a loja e com o visitante pela nova era de progresso que se instalava na cidade, agradece-lhe a oferta generosa e conclui dizendo apreciar muito sua presença e que, a partir dessa reunião, poderia se considerar membro efetivo da “Fidelidade Mineira”. Depois desse dia, Paulo Grande passa a freqüentar com assiduidade as reuniões da loja.

Em sessão do dia 17 de março de 1873, o padre comunica aos irmãos que o “Jesuitismo” fez com que ele fosse suspenso de suas ordens eclesiásticas.³⁷⁸ O motivo da suspensão não está expresso no livro de atas, portanto, não se pode saber se o fato dele ser maçom e estar participando de reuniões maçônicas pode ter contribuído para isso. Ou se seria seu passado, recheado de mentiras e confusões, o elemento propulsor da suspensão.

O fato é que a última reunião que ele participou foi no dia 20 de maio de 1873, quando os membros da loja procuraram saber os motivos da retratação do cônego, o que não fica claro no texto da ata. Na sessão seguinte, realizada em 26 de maio de 1873, o Venerável comunica aos membros da loja que esteve com o Dr. Paulo Grande em seu colégio e que este o pediu um prazo de 25 a 30 dias para se justificar. O prazo foi concedido, mas não há mais nenhuma referência a ele nas atas, ficando, portanto, obscuro o seu destino e o desenrolar desses acontecimentos.³⁷⁹

Voltando ao livro do Vieira, é possível extrair um dado bem interessante: Paulo Grande teria falecido repentinamente no dia 24 de junho de 1873, vítima de febre amarela.³⁸⁰ Apesar de não dizer em que localidade teria se dado seu falecimento, tudo indica que seja em Juiz de Fora, uma vez que, durante esse ano várias pessoas foram vítimas dessa doença na cidade.

É interessante observar que não há qualquer evidência sobre tal acontecimento no Livro de Atas da Fidelidade Mineira, mas isso explica o fato de o nome do Padre Dr. Paulo Grande não estar entre os membros instaladores da loja no Livro de Matrículas. Afinal, a cerimônia de instalação oficial da loja só ocorreu no dia 1º de junho de 1873, ou seja, alguns dias depois de sua última participação nas reuniões da loja.

³⁷⁷ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 1*, 08/01/1873, folha 7. [Respeitou-se a grafia original].

³⁷⁸ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 1*, 17/03/1873, folha 12.

³⁷⁹ *Ibidem*, folhas 19 e 20.

³⁸⁰ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 351.

Através do caso desse padre podemos fazer algumas analogias com certas características da sociedade maçônica nesse período: em primeiro lugar, existiam, sim, padres que eram aceitos nas lojas maçônicas, o que não era visto com bons olhos pelas autoridades católicas; em segundo, os maçons tiveram uma participação significativa no incentivo à formação de colégios dirigidos por maçons ou por leigos, contribuindo para a divulgação dos ideais progressistas na sociedade; e, por último, os maçons juizforanos não se mostraram alheios a certos interesses da instituição maçônica no Brasil, a saber, a instituição do ensino leigo na sociedade.

Essa preocupação com a educação pode ser percebida nesse trecho de um discurso publicado no Boletim do Grande Oriente do Brasil:

A Maçonaria, nesta nova phase do século, que vamos atravessando, não póde prestar melhor serviço à sociedade brasileira, [...], do que concorrendo eficazmente para a educação das futuras gerações que nos vão succedendo, nos livres princípios de amor ao Supremo Architeto do Universo, à pátria, à humanidade, combatendo o jesuitismo infrene, que de novo se levanta com o fim único de solapar e derruir as instituições livres!³⁸¹

Através da propagação do ensino laico, os maçons procuravam levar a instrução àqueles que não tinham acesso a ela e, também, dotar os alunos de conhecimentos que poderiam ser úteis na hora de desempenhar um profissão. Acima de tudo, era preciso não incutir nos alunos esta ou aquela religião, mas dar-lhes as bases para que possam escolher conscientemente aquela que melhor lhes convenha.³⁸²

Mas as autoridades católicas ficavam muito preocupadas com a expansão dos colégios leigos na sociedade, principalmente quando tais instituições de ensino eram dirigidas por maçons ou tinham relações com as lojas maçônicas. Na carta encíclica *Mirari Vos*, o papa Gregório XVI já alertava sobre o perigo que isso representava para a educação dos jovens e para o futuro dos povos: “o clamoroso estrondo de opiniões novas ressoa nas academias e liceus, que contestam abertamente a fé católica, não já ocultamente e por circunlóquios, mas com guerra crua e nefária; e, corrompidos os

³⁸¹ DISCURSO pronunciado pelo neophito Leopoldo Reis, p. 866.

³⁸² GALVÃO, Eutychio. Ou na casa de Deus ou na do Diabo. Natal, 26/02/1904. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 29º ano, nº 02. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Abril de 1904, p. 85.

corações dos jovens pelos ensinamentos e exemplo dos mestres, cresceram desproporcionalmente o prejuízo da religião e a depravação dos costumes”.³⁸³

Essa preocupação com a corrupção da juventude também preocupou o Papa Pio IX, o qual, na encíclica *Quanta Cura* afirma que aqueles que desejavam perturbar a Igreja ou o Estado e destruir a ordem da sociedade, a fim de extinguir todos os direitos divinos e humanos, “dirigiram seu empenho e esforços no intuito de enganar e depravar, como já fizemos anotar, a juventude, em cuja corrupção depuseram toda a sua esperança”.³⁸⁴

A modernidade do discurso liberal defendido pelos maçons se contrapunha ao discurso católico conservador, baseado na tradição. Na defesa de seus próprios interesses, Igreja Católica e Maçonaria entraram em conflito, o que pode ser percebido nos jornais e documentos eclesiásticos do final do século XIX e primeira metade do século XX no Brasil e, mais especificamente, em Juiz de Fora.

O resultado desse confronto, aliado ao caráter sigiloso da Maçonaria, aos mitos em torno de seu segredo e ao desconhecimento de seus objetivos, contribuiu para criar no imaginário coletivo uma visão negativa e mitológica dessa ordem. A maioria da população nesse período possuía idéias influenciadas pela visão que a Igreja tinha a respeito da Maçonaria. Para os maçons, a causa dessa ignorância a respeito da ordem era decorrente de dois motivos: “em primeiro lugar, existe sempre uma classe de homens particularmente interessados em espalhar entreter, neste assumpto idéias erroneas. Em segundo lugar, os maçons mesmos, por motivos que hoje não têm mais razão de ser, nunca são applicados a ratificar no mundo profano os erros propagados contra sua instituição e em fazer conhecer o seu fim e organização.”³⁸⁵

2. Os maçons frente às condenações pontifícias

Além da Igreja, muitos governos europeus repreenderam e condenaram a Maçonaria, embora as condenações papais tenham sido as principais responsáveis pelo confronto entre catolicismo e Maçonaria. Na segunda metade do século XIX, podemos

³⁸³ PAPA Gregório XVI. *Carta Encíclica Mirari Vos*. 14 de agosto de 1832. (<http://www.paroquias/documentos/index.php?vsec=ENC&vid=32>)

³⁸⁴ PAPA Pio IX. *Carta Encíclica Quanta Cura* – Sobre os principais erros da época. 08 de Dezembro de 1864. (<http://www.paroquias/documentos/index.php?vsec=ENC&vid=32>).

³⁸⁵ GILLON, Ernest. A Maçonaria. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 29º ano, nº 06. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Agosto de 1904, p. 505.

perceber um crescimento do número de documentos pontifícios que reafirmavam as condenações à Maçonaria, bem como a outras “sociedades secretas”.³⁸⁶

Como se percebe, tanto os governos seculares quanto a fé católica sentiam-se ameaçadas com as reuniões secretas dos maçons. Em Portugal, o pertencimento à Maçonaria entrou no rol dos crimes circunscritos à jurisdição inquisitorial e representou uma importante estratégia contra a expansão da instituição no país e em seus territórios no além-mar.³⁸⁷ O mesmo aconteceu na Espanha e na Itália, mas de acordo com David Gueiros Vieira, os processos inquisitoriais desses três países acabaram impelindo a instituição maçônica a um maior movimento secreto de resistência, abrindo espaço para a infiltração de elementos mais radicais na ordem.³⁸⁸

Segundo Barata, a Maçonaria era vista pelas autoridades civis e religiosas como um “foco de imoralidade e de revolução”. Em função de seu caráter secreto, ela era tida como inerentemente má e sediciosa, ameaçando o Rei e a Igreja.³⁸⁹ Era essa a visão dos inimigos da Maçonaria na virada do século XVIII para o XIX, a qual foi reforçada com as diversas condenações pontifícias à ordem e àqueles que dela faziam parte no decorrer do século XIX.

Os maçons se defendiam alegando que a Igreja os acusava de estar praticando crimes imaginários, traçando-os com “os mais negros traços, como monstros, comprazendo-se com o erro e o vício, digno dos mais severos castigos neste mundo, e do inferno no outro”.³⁹⁰ Para eles, a ignorância e o erro que se propagaram a respeito da Maçonaria têm origem no ódio de seus perseguidores, que espalhavam grandes calúnias a respeito da ordem maçônica e os impediam de se defender, sob pena de irem parar na malha inquisitorial.

A publicação, em 28 de setembro de 1738, da Constituição Apostólica *In Eminentiori* pelo papa Clemente XII representou a primeira condenação formal da Maçonaria pela Igreja Católica. Nela, o papa condena a tolerância religiosa existente nas lojas e proíbe os católicos de se filiarem ou de ajudarem essas sociedades. Segue um trecho da carta:

³⁸⁶ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*, pp. 36 e 37.

³⁸⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 128.

³⁸⁸ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 44.

³⁸⁹ BARATA, Alexandre Mansur, *Op. cit.*, p. 147.

³⁹⁰ GILLON, Ernest. *A Maçonaria*, p. 506. [Respeitou-se a grafia original].

“Homens de todas as religiões e seitas sob aparência de honestidade natural, por um pacto estreito e impenetrável, conforme leis e estatutos por eles criados, obrigando-se sob juramento, pronunciado sob a Sagrada Escritura e sob penas graves, a ocultar por um silêncio inviolável, tudo que praticam nas sombras do segredo. As associações ou conventículos geraram, no espírito dos fiéis, suspeitas tão sérias, que quem faz parte delas fica marcado com o ferrete da malícia e da perversidade. E estas suspeitas cresceram tanto que, em vários Estados, as referidas sociedades, já há algum tempo foram proscritas e banidas como elemento perigoso à segurança dos reinos. Ponderando sobre males tão grandes que por via de regra resultam dessa espécie de sociedade ou conventículos, não somente para a tranquilidade dos Estados temporais, mais ainda para a salvação das almas ... e por outras causas justas e razoáveis por Nós conhecidas... resolvemos e decretamos condenar e proibir as mencionadas sociedades, assembleias, reuniões, corrilhos ou conventículos dos franco-maçons”.³⁹¹

Nesta carta, Clemente XII teria tido motivações de ordem teológica, moral e política para condenar a Maçonaria, a saber: teológica, devido ao fato de a liberdade de culto pregada pelos maçons ir contra os princípios da Igreja Católica; moral, visto que o caráter secreto da Maçonaria era visto pelos católicos como uma forma de encobrir as maldades e as perversões praticadas pela Maçonaria; política, uma vez que o papa, enquanto soberano dos Estados Pontifícios, assim como outros governantes europeus, via no segredo maçônico um perigo que deveria ser combatido.³⁹²

Clemente XII deixa clara a existência de razões de Estado para condenar a Maçonaria. Assim como outros governos da Europa, o papa não via com bons olhos a atmosfera de segredo e de juramento com os quais se cercavam os maçons. A atitude de clandestinidade que os impedia de saber o que realmente estaria acontecendo naquelas reuniões não os agradava nem um pouco.³⁹³ A Constituição Apostólica *In Eminentissimi* termina deixando bem clara a quem se dirigia e sob que condições a condenação seria aplicada:

Proibimos, portanto, seriamente, em nome da santa obediência a todos e a cada um dos fiéis de Cristo, de qualquer estado,

³⁹¹ PAPA Clemente XII. *Constituição Apostólica “In Eminentissimi”*. Apud: (<http://www.ictys.kit.net/Maat/crismaconaria.htm>, 30/01/2008, 19:15h) [Respeitou-se a grafia original].

³⁹² LÁZARO, Pedro Álvarez. “Iglesia – Masonería: génesis y desarrollo de un conflicto inacabado”. In: _____. (coord.). *Maçonaria, Igreja e Liberalismo – Masonería, Iglesia e Liberalismo*. Porto – Madrid: UCP – UPC, 1996, p. 129-132, apud BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, p. 128.

³⁹³ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, p. 26.

posição, condição, classe, dignidade, e preeminência que sejam; leigos ou clérigos, seculares ou regulares, ousar ou presumir entrar, sob qualquer pretexto, debaixo de qualquer cor, nas sociedades de franco-maçons, propaga-las, sustentá-las, recebê-las em suas casas, ou dar-lhes abrigo e ocultá-las alhures, ser nelas inscrito ou agregado, assistir às suas reuniões, ou proporcionar-lhes meios para se reunirem, fornecer-lhes o que quer que seja, dar-lhes conselho, socorro, ou falar às claras ou secretamente, direta ou indiretamente, por si ou por intermédio de outrem, de qualquer maneira que a coisa se faça, como, também, exortar a outros, provocá-los, animá-los a se instruírem nessas espécies de sociedade; a se fazerem membros seus, a auxiliarem-nas, ou protegerem-nas de qualquer modo. E ordenamo-lhes, absolutamente, que se abstenham totalmente dessas sociedades, assembléias, reuniões, corrilhos ou conventículos, e isto debaixo de pena de excomunhão, da qual ninguém pode ser absolvido senão por Nós, ou pelo pontífice romano reinante, exceto em artigo de morte.³⁹⁴

O simples fato de se tratar de uma associação secreta era suficiente para que a Maçonaria fosse temida e condenada, tanto pela Igreja quanto pelos governos seculares. O segredo maçônico levava seus opositores a imaginarem várias possibilidades, como dizer que a Maçonaria teria uma origem judaica, que haveria uma ordem oculta por trás da Maçonaria, entre outras.

No dia 18 de maio de 1751, surge a bula *Providas Romanorum Pontificium* de Benedito XIV, que vem confirmar a condenação da Maçonaria feita por Clemente XII. Para Benedito XIV, também conhecido como Bento XIV, entre as condenações e proibições feitas por seu antecessor à Maçonaria a mais grave diz respeito à convivência de homens de diversos credos em tais sociedades e assembléias secretas. Tal posicionamento dos maçons representava um grande perigo para a pureza da religião católica.³⁹⁵

Nesta bula, o papa enumera os motivos que levaram a Igreja a condenar a Maçonaria: a convergência de diversas seitas e religiões, ameaçando a pureza da fé católica; o pacto de segredo selado entre seus membros; o juramento de segredo sobre os assuntos tratados nas lojas, o que impede as autoridades católicas de descobrir se em tais reuniões se maquina algo contra a religião, contra o Estado ou contra as leis; o fato de tais associações serem contrárias às leis civis e canônicas, que proíbem o funcionamento de tais associações; a abolição de tais associações através de leis

³⁹⁴ PAPA Clemente XII. *Constituição Apostólica "In Eminenti"*. [Respeitou-se a grafia original].

³⁹⁵ VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 43.

emanadas de governos seculares; e, ainda, o fato de homens prudentes e honestos reprovarem aqueles que se inscrevem em tal sociedade, caracterizando-os como depravados e perversos.³⁹⁶

Depois das condenações de Clemente XII e Bento XVI muitos Estados católicos atenderam as orientações dos papas e passaram a proibir a realização de reuniões maçônicas, passando a perseguir os maçons por ofenderem à religião católica.³⁹⁷ Aos olhos do Estado e da Igreja, a Maçonaria era sinônimo de perigo. Para eles, o silêncio das lojas era um sinal de que conspirações ocultas e malignas estavam sendo tramadas pelos maçons, as quais ameaçavam não apenas a Igreja e o Estado, mas, também, toda a sociedade.

Após as condenações de Clemente XII e Benedito XIV, sucederam-se outras, como a Constituição *Ecclesiam a Jesu Christo* de Pio VII, publicada em 13 de setembro de 1821, a qual reiterou as condenações contra a Franco-Maçonaria pronunciadas por Clemente XII e Benedito XIV; a *Quo graviora* de Leão XII, datada de 13 de março de 1846, que também confirmou os decretos precedentes e condenou a Maçonaria e todas as outras sociedades secretas.³⁹⁸

Na Constituição *Ecclesiam a Jesu Christo*, Pio VII atinge indiretamente a Maçonaria, uma vez que neste texto ele discorre sobre as sociedades secretas, em geral, equiparando-as no que diz respeito à condenação e às penas. Alguns anos depois, Leão XIII volta a condenar todas as sociedades secretas que conspiram contra a Igreja e os poderes do Estado. Lê-se na constituição apostólica *Quo graviora*: “Clemente XII, nosso predecessor, vendo que a seita dos pedreiros livres ou franco-maçons ou designados por outro nome, ia aumentando e tomava cada dia novas forças, e tendo conhecido, certamente, e através de múltiplas provas, que a referida associação era não somente suspeita, mas acérrima inimiga da Igreja católica, condenou-a na magnífica constituição *In Eminentissimi*”.³⁹⁹

No mesmo sentido se expressaram Pio VIII, o qual renovou todas as condenações de seus predecessores, repetindo que todas as seitas maçônicas são provenientes do “poço da perdição”, através da Encíclica *Traditi* de 21 de Maio de

³⁹⁶ PAPA Bento XIV. Constituição Apostólica *Providas apud*: BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, pp. 27-28.

³⁹⁷ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, p. 30.

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 23.

³⁹⁹ PAPA Leão XIII. Constituição Apostólica *Quo graviora*. *Apud* BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica*, p. 32.

1829; e Gregório XVI com a Encíclica *Mirari Vos* de 15 de Agosto de 1832.⁴⁰⁰ Nesta encíclica, o papa convida os bispos de todo o mundo a trabalharem unidos à Cátedra de São Pedro para lutar contra os males que haviam se instalado na sociedade. Entre esses males, ele faz uma alusão à sociedade maçônica:

A muitas outras coisas de não pouca importancia, que Nos trazem preocupado e enchem de dor, devem-se acrescentar certas associações ou assembléias, as quais, confederando-se com sectários de qualquer religião, simulando sentimentos de piedade e afecto para com a religião, mas na verdade possuídas inteiramente do desejo de novidades e de promover sedições em toda parte, pregam liberdades de tal jaez, suscitam perturbações nas coisas sagradas e civis, desprezando qualquer autoridade, por mais santa que seja.⁴⁰¹

Ainda nesta carta, ele defende o celibato clerical e o matrimônio cristão e condena o indiferentismo religioso, a liberdade de consciência e de imprensa, a rebeldia contra as legítimas autoridades e a separação da Igreja do Estado. Segundo ele, o remédio para esses males estaria na palavra de Deus pregada pela Santa Igreja, a qual deveria ser auxiliada pelos governantes.⁴⁰²

Mas, o período de maior apogeu ocorreu durante os papados de Pio IX e Leão XIII. Foram muitos os documentos publicados por Pio IX em defesa da Igreja Católica contra o avanço da instituição maçônica: encíclica *Qui pluribus* (09 de novembro de 1846); alocução *Quibus quantisque* (20 de abril de 1849); constituição *Nostris et nobiscum* (8 de dezembro de 1849); encíclica *Quanta cura* (8 de dezembro de 1864); alocução *Multiplikes inter* (25 de setembro de 1865); constituição *Apostolicae Sedis* 12 de outubro de 1869); carta *Quamquam* (29 de maio de 1873); e carta *Exortae* (29 de abril de 1876).⁴⁰³

A década de 1860 representa o período de maior efervescência da luta do Papa Pio IX contra o liberalismo, e também de reafirmação dos valores tradicionais da Igreja Católica, o que pode ser constatado por meio da encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*.⁴⁰⁴ Na primeira, esse papa condena os principais erros de sua época e conclama os fiéis

⁴⁰⁰ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*, p. 23.

⁴⁰¹ PAPA Gregório XVI. *Carta Encíclica Mirari Vos*. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁰² *Ibidem*.

⁴⁰³ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Op. cit.*, p. 23.

⁴⁰⁴ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 372.

para que abominem as terríveis doutrinas que se espalham pela sociedade e que não se deixem contagiar por elas.⁴⁰⁵

Através do Syllabus, Pio IX fala quais são esses erros, a saber: o panteísmo, o naturalismo e o racionalismo absoluto; o racionalismo moderado; o indiferentismo; o socialismo, o comunismo, as sociedades secretas, as sociedades bíblicas e as sociedades clérico-liberais; os erros sobre a Igreja e os seus direitos; os erros da sociedade civil; os erros acerca da moral natural e a moral cristã; os erros acerca do matrimônio cristão; e os erros acerca do principado civil do pontífice romano.⁴⁰⁶

Ao falar sobre o socialismo, o comunismo, as sociedades secretas, bíblicas e clérico-liberais, o Syllabus informa que tais erros foram reprovados diversas vezes com palavras gravíssimas nos seguintes documentos: encíclica “Qui Pluribus” (09/11/1846), alocução “Quibus quantisque” (20/04/1849), encíclica “Noscitis et Nobiscum” (08/12/1849), alocução “Singulari quadam” (09/12/1854), encíclica “Quanto conficiamur moerore” (10/08/1863).⁴⁰⁷

Leão XIII, por sua vez, publicou a encíclica *Humanum genus* em 20 de abril de 1884. Essa encíclica fala sobre a Maçonaria, a qual é condenada por esse papa e tida como causadora de diversos males tanto para o cristianismo quanto para a sociedade civil. Nessa carta, ele relembra as condenações feitas por seus antecessores e acusa os maçons de estarem ligados ao naturalismo, na medida em que procuram afastar a influência da Igreja Católica sobre a administração pública.⁴⁰⁸ E conclui que o propósito da sociedade maçônica seria arruinar a Igreja:

Na nossa época, os fautores do mal parecem haver-se coligado num imenso esforço, sob o impulso e com o auxílio de uma Sociedade difundida em grande número de lugares e fortemente organizada, a Sociedade dos maçons. [...] É publicamente, a céu aberto, que empreendem arruinar a Santa Igreja, a fim de, se possível fosse, chegarem a despojar completamente as nações cristãs dos benefícios de que são devedoras ao Salvador Jesus Cristo.⁴⁰⁹

Na busca de soluções para esse mal que assolava a sociedade, Leão XIII ratifica os decretos emitidos pelos pontífices anteriores contra a “seita maçônica”, a fim

⁴⁰⁵ PAPA Pio IX. *Carta Encíclica Quanta Cura*.

⁴⁰⁶ SYLLABUS – Contendo os Principais Erros da Nossa Época, Notados nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX.

⁴⁰⁷ *Ibidem*.

⁴⁰⁸ PAPA Leão XIII. *Sobre a Maçonaria (Humanum Genus)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1948 (Documentos Pontifícios), pp. 5-11.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 4. [Respeitou-se a grafia original].

de impedir que os homens se filiassem a essa seita e no intuito de salvar os que já estivessem a ela ligados. Os bispos também são convidados a agir no sentido de instruir a população através de discursos e cartas pastorais que mostrem a “perversidade” da doutrina maçônica e a “infâmia de seus atos”, e também de lembrar que “nenhum católico, se quiser permanecer digno do seu nome e ter da sua salvação o cuidado que ela merece, sob qualquer pretexto, pode filiar-se à seita dos maçons”.⁴¹⁰

Leão XIII aponta alguns caminhos para a tarefa de livrar a sociedade da influência da Maçonaria, entre as quais pode-se destacar: a instrução religiosa dos fiéis (a fim de que “as massas adquiram o conhecimento da religião”); o incentivo à propagação da Ordem Terceira de São Francisco e das Conferências de São Vicente de Paulo; a criação de grêmios e confrarias destinados a “proteger, sob a tutela da religião, os interesses do trabalho e os costumes dos trabalhadores”); o cuidado e a vigilância da juventude, considerada a esperança da sociedade; e, por último, o recurso à oração.⁴¹¹

Após a publicação da *Humanum genus* foram fundadas várias associações e revistas anti-maçônicas, aumentou-se o número de estudos dedicados a elucidar a opinião pública e, também, realizou-se congressos anti-maçônicos, entre os quais destaca-se o Concílio de Trento, realizado em 1896.⁴¹²

Além dessas, existem muitas outras intervenções pontifícias que se referem à Maçonaria, de forma direta ou indireta. Outras sociedades secretas, como a Carbonária, e as que visam corromper a juventude educada nos ginásios e nos liceus também foram alvo dos ataques papais.⁴¹³ A preocupação dos papas frente ao perigo que a Maçonaria representava pode ser percebida nesse trecho de uma Carta Encíclica do papa Leão XIII: “os Pontífices Romanos, Nosso Predecessores, sentinellas vigilantes pela salvação do povo christão, em breve reconheceram este inimigo capital, que surgia de entre as trevas de occulta conspiração, a sua natureza, e os seus intentos; e prevendo o futuro, deram signal aos principes e aos povos para não se deixarem illudir e arrastar pelos artificios e insidias, que se urdiram”.⁴¹⁴

Leão XIII assume, então, a tarefa de combater esse poderoso inimigo que ameaçava o poder dos Estados Pontifícios, reprovando e condenando tal sociedade

⁴¹⁰ PAPA Leão XIII. *Sobre a Maçonaria (Humanum Genus)*, pp. 23-24.

⁴¹¹ *Ibidem*, pp. 24-28.

⁴¹² BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 39.

⁴¹³ *Ibidem*, p. 23.

⁴¹⁴ CARTA Encyclica do Nosso Santissimo Senhor o Papa Leão XIII endereçada a todos os patriarcas, primazes, arcebispos e bispos do Orbe Catholico que estão em graça e comunhão com a Santa Sé Apostolica – Mariana: Typografia Bom-Ladrão, 1885, p. 4. [Respeitou-se a grafia original].

maçônica e, também, as outras sociedades do gênero, uma vez que, embora sejam diferentes na aparência, compartilham o mesmo fim e conspiram, aberta ou clandestinamente, contra a Igreja e os poderes legítimos.⁴¹⁵ Durante seu pontificado, que durou vinte e cinco anos, Leão XIII publicou 226 documentos para condenar e alertar o mundo inteiro contra a Maçonaria, a Carbonária e as sociedades secretas.⁴¹⁶

Segundo Barata, depois dessa série de condenações pontifícias, o imaginário coletivo, principalmente entre os católicos, passou a identificar a Maçonaria com o perigo e a subversão, o que era reforçado pelo caráter secreto da ordem.⁴¹⁷ Nesse sentido, podemos perceber a visão anti-maçônica e a favor das condenações pontifícias na diocese de Juiz de Fora, no ano de 1940: “é pois, lamentável que haja elementos católicos inscritos na Maçonaria, pois a seita é viceralmente má e infernal. Pela sua maneira de agir insólita, infame, e demoníaca merece não oito mas oito vezes oitenta e oito excomunhões da Igreja e de todos os espíritos justos”.⁴¹⁸

Desde a publicação da *Humanum genus* em 1884 (último documento solene sobre a Maçonaria), nenhum outro papa se ocupou expressamente da instituição maçônica, embora diversos documentos possuam algumas referências a ela. Contudo, alguns episcopados fizeram diversas declarações sobre a Maçonaria.⁴¹⁹

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, poucos foram os documentos episcopais que reforçaram a excomunhão contra a Maçonaria. De acordo com Benimelli, é possível perceber um “notável abrandamento da parte da hierarquia católica, quer seja no exíguo número de suas intervenções, quer pela maior serenidade do tom, quer ainda pelo silêncio que se mantém sobre o assunto”.⁴²⁰

Ao longo da história, a instituição maçônica passou por diversas modificações, de modo que a Maçonaria condenada por Clemente XII e Bento XIV não é a mesma excomungada por Leão XIII, que também não é a mesma existente nos dias de hoje. Acrescenta-se a isto o fato de não existir uma Maçonaria única, dada a

⁴¹⁵ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 270.

⁴¹⁶ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 38.

⁴¹⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870 –1910)*, p. 104.

⁴¹⁸ OLIVEIRA, Ramos de. A Sociedade Maçônica. *Jornal O Lampadário – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 29/06/1940, p. 2. [Respeitou-se a grafia original].

⁴¹⁹ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V., *Op.cit.*, pp. 72 e 74.

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 96.

existência de uma variedade de ritos, obediências e finalidades opostas, ainda que façam uso de uma terminologia e forma de organização idênticas.⁴²¹

Desde a primeira condenação pontifícia, em 1738, até o ano de 1846, nove papas governaram a Santa Sé: Clemente XII (1730 – 1740), Bento XIV (1740 – 1758), Clemente XIII (1758 – 1769), Clemente XIV (1769 – 1774), Pio VI (1775 – 1799), Pio VII (1800 – 1823), Leão XII (1823 – 1829), Pio VIII (1829 – 1830) e Gregório XVI (1831 – 1846). Durante esse período de 108 anos, constatam-se apenas 14 documentos pontifícios relativos à Maçonaria e às sociedades secretas de um modo geral.⁴²²

Durante os cinquenta e sete anos correspondentes aos pontificados de Pio IX e Leão XIII (1846 a 1903), trezentos e quarenta e dois documentos relativos à Maçonaria, à Carbonária e às sociedades secretas em geral podem ser encontrados. Daí em diante, poucas foram as intervenções papais sobre o assunto.⁴²³ A desproporção é evidente e demonstra que o período governado pelos papas Pio IX e Leão XIII foi o de maior efervescência. Em todo o mundo, Igreja Católica e Maçonaria se enfrentaram publicamente e no Brasil não foi diferente. A Questão Religiosa de 1872 pode ser considerada como o período de maior tensão entre as duas instituições no território brasileiro.

3. A Maçonaria diante da Questão Religiosa

A história mostra que muitos padres e bispos pertenciam à Maçonaria, da mesma forma que muitos maçons professavam a fé católica e participavam ativamente das irmandades e confrarias organizadas sob a proteção da Igreja. Também havia elementos do clero que se infiltravam no aparelho administrativo do Estado, elegendose deputados, senadores ou vereadores, ao mesmo tempo em que muitos políticos pertenciam aos quadros da Maçonaria.⁴²⁴

Políticos, maçons e membros do clero: atores sociais que circulavam, agiam e interagiam livremente nos diversos setores da sociedade. Para Vécio, havia uma tolerância institucional capaz de proporcionar uma convivência aceitável entre eles. No caso da Igreja, essa convivência era aceita devido ao fato de o catolicismo tradicional (luso-brasileiro, leigo, medieval, social e familiar), desenvolvido na época da

⁴²¹ BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 226.

⁴²² *Ibidem*, p. 227.

⁴²³ *Ibidem*, p. 227-228.

⁴²⁴ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 90.

colonização portuguesa, ser tolerante e não se opor à participação de membros do clero na Maçonaria, do mesmo modo que permitia a participação de maçons em seus organismos eclesiásticos.⁴²⁵

Durante esse período, o Padroado⁴²⁶ e o Regalismo⁴²⁷, heranças da colonização portuguesa, eram os responsáveis pela estruturação do poder e pela interpenetração entre religião e sociedade, entre Igreja e Estado, entre Sagrado e Profano. Embora aparentemente Igreja e Estado convivessem atrelados do ponto de vista institucional através de uma constituição que reconhecia a religião católica como oficial, os conflitos não deixaram de acontecer durante séculos de convivência entre as duas instituições. A Questão Religiosa pode ser considerada um desses graves períodos de crise, onde se trava uma disputa acirrada, envolvendo diversos setores da sociedade brasileira.⁴²⁸

A Maçonaria era vista pelas autoridades católicas como um perigosíssimo inimigo, sendo um grande risco permitir que maçons pertencessem aos quadros da Igreja e que homens da fé se afiliassem a tal “seita”. Muitos católicos acreditavam que a instituição maçônica tinha o propósito de corromper o clero e destruir a Igreja. A esta cabia, portanto, a missão de abrir os olhos da sociedade para os perigos que os maçons representavam: “Pretendia a seita insulflar os sentimentos patrióticos do clero, atira-lo à liça, à revolução. Na hora da derrota, era o clero que marchava para o patíbulo e para as masmorras. [...] Perigosíssima seita, essa que encontra lábias para penetrar no Santuário de Deus e aliciar os próprios levitas do Senhor! E, o que mais admira, com o intuito de cindir, inanimar ou destruir a Igreja.”⁴²⁹

Segundo Azevedo, a Questão Religiosa do início da década de 1870, seria incompreensível se não levássemos em conta esses conflitos entre maçons e Igreja Católica. O relacionamento conturbado entre essas duas instituições, existente desde o século XVIII, quando ocorreram as primeiras condenações pontifícias, agravou-se no decorrer do século XIX. No Brasil, a situação se complicou entre 1870 e 1910 com a eclosão da Questão Religiosa e também devido ao debate em torno da separação

⁴²⁵ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p.190.

⁴²⁶ Instituição que garantia à Coroa portuguesa privilégios e direitos, tornando-a protetora das missões eclesiásticas na África, na Ásia e no Brasil.

⁴²⁷ Doutrina que definia as prerrogativas do rei e as regalias que cabiam a sua pessoa e ao exercício do seu cargo. A Questão Religiosa pode ser tomada como uma manifestação do Regalismo, com base em dispositivos institucionais.

⁴²⁸ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *Op.cit.*, p. 91.

⁴²⁹ OLIVEIRA, Ramos de. O Clericalismo Maçônico. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 30/11/1940, p. 2. [Respeitou-se a grafia original].

Estado/Igreja, protagonizados pela Igreja Católica e pela Maçonaria, envolvendo o Império brasileiro.⁴³⁰

No ano de 1872 iniciou-se uma disputa entre os maçons do Grande Oriente do Lavradio e o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, o qual suspendeu o direito de confessar e de pregar do Padre José Luiz de Almeida Martins após este ter pronunciado um discurso, o qual foi publicado pela imprensa, em honra ao Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre da Ordem Maçônica no Brasil e Primeiro Ministro do Império. Tal fato aconteceu durante a festa comemorativa da promulgação da lei de 28 de Setembro, celebrada pelo Grande Oriente do Lavradio no dia 2 de março de 1872:

O edifício do Grande Oriente e todos os salões e templos iluminados pela primeira vez a gaz, havião sido reparados e ornados smptuosamente. A entrada e no parque exterior varias bandas de musica executarão durante a noite peças escolhidas. A festa foi celebrada com toda a pompa, observando á risca as formalidades do ritual maçônico, e a concurrencia foi tal que o espaçoso edifício do Lavradio não pôde conter todos os maçons que se apresentarão.⁴³¹

Depois disso, maçons desse oriente e, também, do Grande Oriente dos Beneditinos, deixaram suas disputas de lado e se uniram contra a arbitrariedade do bispo. Sessões extraordinárias foram realizadas pelos maçons das duas grandes lojas com o intuito de apoiar o padre suspenso e opor-se ao bispo. A Fidelidade Mineira também se mostrou solidária ao padre Almeida Martins, após ter recebido uma carta do Grão Mestre da ordem pedindo a colaboração de todos diante da injustiça cometida pelo jesuitismo contra esse irmão.⁴³²

A luta, travada inicialmente no recôndito das lojas, acabou passando para o meio profano e tomando a imprensa como principal palco de ação.⁴³³ Clamores, protestos e ataques vinham de ambos os lados, contribuindo para despertar a atenção da opinião pública sobre os conflitos que vinham acontecendo envolvendo a Igreja, o Império e setores liberais e progressistas, como os maçons.

Em fins de dezembro do ano de 1872, o novo bispo de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, imbuído do espírito anti-liberal e anti-maçônico, decidiu

⁴³⁰ COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*, p. 365.

⁴³¹ JORNAL do Comércio, 4 de Março de 1872 *Apud*: Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. *Jornal do Comércio* – 7 de setembro 1822-1922, p. 369. [Respeitou-se a grafia original].

⁴³² LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 06/06/1874, folha 66.

⁴³³ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 280.

colocar em prática as determinações papais. Dom Vital, assim como Dom Antônio de Macedo Costa, estudou na Europa e impregnou-se do espírito de Pio IX, expresso na encíclica *Quanta Cura* e no *Syllabus*.⁴³⁴

Imbuído desse princípio, D. Vital deu ordens ao vigário da paróquia de Santo Antônio, no Recife, para que este incitasse o Dr. Costa Ribeiro, membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento e maçom conhecido, a renunciar a Maçonaria. Caso ele não quisesse retratar-se deveria ser imediatamente expulso do grêmio da irmandade, de onde deveriam ser excluídos todos os excomungados. Da mesma forma, ordenou-se aos vigários das outras freguesias para que fizessem o mesmo com outros membros de irmandades que fossem maçons conhecidos.⁴³⁵

A irmandade de Nossa Senhora da Soledade, na Boa Vista (outro bairro da cidade de Recife) foi interdita por Dom Vital em 05 de janeiro de 1878 por ter se recusado a expulsar de seu grêmio os irmãos que não quiseram se desligar da Maçonaria. Tal pena só deixaria de vigorar quando os irmãos maçons se retratassem ou quando eles fossem eliminados da irmandade. Aconteceu o mesmo com outras irmandades do Recife, ficando interditas suas capelas e suspenso o culto público em toda a cidade por tempo indefinido.⁴³⁶

A Irmandade do Santíssimo Sacramento do Recife recorreu junto ao Conselho de Estado, o qual foi ouvido diversas vezes sobre como deveria ser resolvido o problema. Por voto da maioria do Conselho, o governo imperial acabou aceitando o recurso da irmandade e intimou o bispo para que suspendesse os interditos. Mas D. Vital ignorou a determinação, por entender que o imperador não tinha o direito de intervir em suas atribuições espirituais.⁴³⁷ Para ele, sua obediência às leis do Estado não poderia ser contraditória às leis da Igreja.

D. Antônio Macedo Costa, bispo do Pará, foi solidário ao bispo de Olinda e, imitando-o, acabou interditando as irmandades “maçônicas” de sua diocese. Logo em seguida, algumas irmandades recorreram junto ao Conselho de Estado, que discutiu exaustivamente o que fazer com os bispos rebelados. Decidiu-se pela prisão dos bispos, sendo que D. Vital foi preso em 2 de janeiro de 1874 e D. Macedo em 1º de julho do

⁴³⁴ VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*, p. 53.

⁴³⁵ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, vol. 2, p. 945.

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 945.

⁴³⁷ *Ibidem*, pp. 101-103.

mesmo ano. Ambos foram sentenciados a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, mas a pena acabou sendo transferida para prisão simples.⁴³⁸

Os bispos representam o pensamento de Pio IX, expresso no *Syllabus*, ou seja, a doutrina anti-liberal e anti-maçônica; ao mesmo tempo em que lutam pela liberdade eclesial diante do Estado. Os intelectuais liberais, por sua vez, combatem o clericalismo, o ultramontanismo e a Igreja, contrária aos ideais de modernidade. Com a radicalização das posições e o conseqüente aprofundamento desses antagonismos, a tensão acaba se transformando em agitação social.⁴³⁹

O conflito se prolongou até o final do Gabinete do Visconde do Rio Branco. No entanto, em 25 de junho de 1875, o Duque de Caxias assume a presidência do novo Gabinete e, disposto a por um fim na crise e refazer a paz com a Igreja Católica, desejava soltar os bispos. A urgência com que ele pretendia resolver a situação justifica-se pela grave situação em que se encontravam os Estados do Pará e do Pernambuco, sem contar a drástica cisão que se delineava entre o poder religioso e o poder do Estado. Dessa forma, os bispos acabaram sendo anistiados no dia 17 de setembro de 1875.⁴⁴⁰

Esse episódio demonstra que as leis do Estado e os preceitos religiosos não atendiam mais aos interesses e às motivações que a época demandava. O que se percebe no decorrer dos acontecimentos é uma disputa pela manutenção e, às vezes, pela ampliação do poder.⁴⁴¹ A anistia e soltura dos bispos, portanto, não podem ser dadas como o fim da questão, já que os interesses e os conflitos que estavam em jogo apontavam para a necessidade de uma revisão da ordem social. A incompatibilidade existente entre os interesses que estavam em jogo durante o conflito pode ser percebida nesse trecho do *Jornal do Comércio*:

Mas a verdade é que na essência desta questão religiosa ahi ficção agarradas duas lógicas a condemnarem-se, a annullarem-se uma à outra por incompatíveis e absurdas, travados em guerra dous dogmas, o de Roma na infalibilidade do Papa, que revoga o placet e dogma institucional do Brazil, que o estatue e determina; ahi ficção os bispos do Brazil exclusivamente dependentes de Roma ou antes do Vaticano, e só obedientes ao Vaticano, e ao governo do Brazil, como seus bispos, que são seus empregados, seus concidadãos obrigadamente obedientes

⁴³⁸ NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*, pp. 103-104.

⁴³⁹ VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*, p. 57.

⁴⁴⁰ NABUCO, Joaquim. *Op.cit.*, p. 946.

⁴⁴¹ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, pp. 92-93.

ás suas leis e dellas por dever constitucional, dependentes: duas logicas a exigir obediencia, e duas logicas a mandar desobedecer.

Eis na questão religiosa o verdadeiro e maior perigo.

Os bispos do Brazil estão firmados nas conseqüências do concilio de Roma: o governo do Brazil tem a sua força nos preceitos da constituição do Imperio.

O “Syllabus” derogará a constituição política do Brazil, ou a constituição política do Brazil assoerbará os decretos incluídos no Syllabus?⁴⁴²

Esse episódio ocorrido durante o segundo reinado entre a Igreja, o Estado e a Maçonaria foi abordado diversas vezes pelo Jornal do Comércio, um dos mais importantes veículos de informação da cidade de Juiz de Fora no final do século XIX. A imprensa da época, tanto a católica quanto a maçônica, foi frequentemente utilizada como palco do conflito. As duas instituições atacavam-se mutuamente, o que contribuía para a criação de um clima de suspeitas, desconfianças e ressentimentos.⁴⁴³

A liberdade religiosa pregada pelos maçons era o principal ponto de ataque dos ultramontanos frente a instituição maçônica. A Igreja via como uma contradição o fato dos maçons dizerem que respeitavam a autoridade da Igreja e, ao mesmo tempo pregar a liberdade de culto e de religião no interior de suas lojas, nos jornais e nos discursos. A monopolização das crenças efetuada pela Igreja Católica estava ameaçada pelos princípios defendidos nas lojas, expressos claramente nas Constituições de Anderson:

Um Maçom está obrigado, pela sua Franquia, a obedecer à Lei moral; e se ele compreende corretamente a Arte, ele nunca será um **Ateu** estúpido, nem um **Libertino** irreligioso. Mas embora nos Tempos antigos os Maçons recebessem a determinação, em todos os Países, de pertencer à Religião daquele País ou Nação, qualquer que ela fosse, contudo é agora considerado mais conveniente apenas obriga-los àquela Religião sobre a qual todos os Homens concordam, deixando a cada um sua opinião particular; isto é, a de serem bons e leais Homens, ou Homens de Honra e Honestidade, sejam quais forem as Denominações ou Crenças que possam distingui-los; assim a Maçonaria se torna o Centro de União e o Meio de conciliação da verdadeira Amizade entre as Pessoas que poderiam de outra forma ter permanecido perpetuamente Afastadas.⁴⁴⁴ [grifos do autor]

⁴⁴² JORNAL do Comércio, Retrospectiva Política de 1873, 5 de Janeiro de 1874. *Apud*: Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. *Jornal do Comércio* – 7 de setembro 1822-1922, p. 370. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁴³ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *Op. cit.*, p. 258.

⁴⁴⁴ ANDERSON, James. *As Constituições de Anderson*, p. 149.

Ao mesmo tempo, o crescimento do número de pessoas que eram favoráveis aos ideais republicanos e aos ideais de liberdade soava como uma ameaça aos princípios conservadores da Igreja. Em fins do século XIX, Igreja e Estado lutavam por um espaço próprio, livre de intervenções de ambos os lados. Com a eclosão da Questão Religiosa, ficou claro que a liberdade civil e religiosa precisavam de fóruns próprios. A consolidação desses espaços tem início com a República, quando o Estado separa-se formalmente da Igreja.⁴⁴⁵

A Questão Religiosa de 1872 deixou bem claro que o relacionamento entre Igreja e Estado começava a sofrer alguns abalos. No que diz respeito às questões que indispunham a Maçonaria e uma parte do clero brasileiro, mesmo depois de pacificado o pior momento da questão religiosa, as tensões permaneceram.⁴⁴⁶ Seja através das bulas papais e cartas encíclicas, seja através dos jornais (católicos ou maçônicos), o conflito entre as duas instituições permaneceu forte durante a primeira metade do século XX.

A perseguição que as autoridades católicas efetuaram contra os maçons tem a ver com as orientações do pensamento ultramontano, o qual infiltrou-se no Brasil na primeira metade do século XIX trazido por clérigos estrangeiros ou por brasileiros educados na Europa. Na luta para o estabelecimento do ultramontanismo, a Maçonaria foi vista como um obstáculo que deveria ser transposto, afinal, parcela significativa do clero brasileiro pertencia a essa instituição e muitos de seus membros tinham fortes ligações com a classe dirigente brasileira.⁴⁴⁷

A Igreja católica lutava contra os avanços da Maçonaria por todo o Império. Bispos e padres de várias cidades, imbuídos no pensamento ultramontano, continuaram a atacar os maçons, mesmo depois de resolvida a Questão Religiosa. Através de seus representantes máximos, a Igreja Católica procurava incessantemente alertar os seus fiéis dos perigos que os “inimigos” da fé representavam para a sociedade.

Durante a Questão Religiosa, o que mais preocupava os ultramontanos eram os ideais republicanos⁴⁴⁸ defendidos por alguns maçons e que, pouco a pouco, iam se expandindo pela sociedade, graças à influência de seus membros. O conflito de 1872

⁴⁴⁵ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 93.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, p. 108.

⁴⁴⁷ *Ibidem*, pp. 110-112.

⁴⁴⁸ Entre os ideais republicanos, pode-se destacar: a liberdade de culto religioso, a separação entre Igreja e Estado, o ensino público secularizado, o casamento civil, o registro civil de nascimentos e óbitos, e a secularização dos cemitérios.

acabou por favorecer o advento da República, na medida em que aumentou o número dos que defendiam a separação entre Igreja e Estado. Para Vécio, os efeitos da Questão Religiosa foram avessos aos esperados pelos ultramontanos, afinal, o conflito acabou favorecendo a implantação da liberdade de culto e de religião, garantidos na Constituição de 1891.⁴⁴⁹

Durante o conflito, Estado Monárquico, Igreja Católica, Maçonaria, liberais e republicanos defendiam seus próprios interesses, os quais divergiam uns dos outros. Esses três últimos empenhavam-se na luta pela liberdade religiosa e a Igreja acabou elegendo apenas os maçons como inimigos, embora republicanos e liberais também defendessem os mesmos ideais defendidos pela Maçonaria.⁴⁵⁰ Institucionalmente, o conflito só foi resolvido com a proclamação da República, quando a Igreja se separou definitivamente do Estado, instituiu-se o casamento civil, resolveu-se o problema dos cemitérios e concedeu-se a liberdade de culto religioso.⁴⁵¹

A Questão não foi somente religiosa, uma vez que, ao envolver o Império brasileiro no conflito, acabou se transformando numa questão política. Por trás do confronto entre Igreja e Maçonaria, o que se observa é não somente um desentendimento teológico e doutrinário, mas também a luta pela superação do catolicismo tradicional (que até então não se importava com a penetração de maçons no ambiente religioso) e da hegemonia do pensamento ultramontano (que a algum tempo vinha se infiltrando entre os dirigentes católicos), assim como a luta pela liberdade religiosa e de consciência implementada pelos maçons, pelos liberais e pelos republicanos em todo o país.

Com isso, pode-se perceber que o conflito só pode ser entendido se levarmos em conta essa multiplicidade de desordens e interesses envolvendo o estado imperial, as autoridades católicas e a instituição maçônica. Além disso, deve-se considerar também o contexto social, político e econômico do Brasil no período, muito bem evidenciado pela situação das instituições políticas e religiosas que apontavam para a necessidade de reformas.⁴⁵²

⁴⁴⁹ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 116.

⁴⁵⁰ Nem todos os republicanos e nem todos os liberais pertenciam à Maçonaria, assim como nem todos os maçons podem ser considerados adeptos dos ideais liberais e republicanos.

⁴⁵¹ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *Op. cit.*, p. 117.

⁴⁵² *Ibidem*, p. 117.

4. Os Princípios da Maçonaria

No início do século XX, a Igreja Católica passa a lutar contra a expansão do mundo moderno e destaca, entre os seus maiores inimigos, a Maçonaria. Esta acaba sendo diabolizada pelas autoridades católicas, que a vêem como uma entidade infernal e maléfica, sintonizada com o Satã. A Igreja Católica, por outro lado, se constitui como uma entidade sintonizada com o Bem, com as Luzes, capaz de fazer frente a tudo o que há de pior na face da Terra.⁴⁵³

Igreja Católica e Maçonaria tinham que se enfrentar dia-a-dia na sociedade, levando as pessoas comuns a se depararem, algumas vezes, com esses dois mundos e o considerarem mesmo contrários um ao outro. No livro “Juiz de Fora e seus pioneiros”, Jair Lessa relata um desses acontecimentos inusitados:

Em junho de 1883, o doutor Cristóvão de Andrade, venerável de honra da Loja Maçônica Fidelidade Mineira, com espada e avental, deu posse ao novo venerável, Bernardo Halfeld, com retórico discurso de Inácio Gama, enquanto lá fora, percorria lentamente a Avenida, ruas Halfeld, Batista de Oliveira e Santa Rita, a procissão de Santo Antônio, ladeada por centenas de velas, tendo à frente o Vigário Tiago e à retaguarda a banda de música dos irmãos Faria.⁴⁵⁴

Após a Proclamação da República, estes dois universos tornaram-se ainda mais contraditórios. Segundo Paulino de Oliveira, “os que estavam em cima do muro sofreram o dilema: ir à missa ou ir à Maçonaria?”⁴⁵⁵ Realmente, depois de tantos conflitos e acusações de ambas as partes, ir à Igreja não era mais uma atitude corriqueira para os maçons, pois tratava-se de um ambiente onde eles não se sentiam à vontade, posto que não eram bem vindos.

Na Constituição do Grande Oriente do Brasil de 1967, encontram-se explicitados os princípios gerais da instituição maçônica. Primeiramente, declara ser a Maçonaria uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. Sua luta, portanto, é pelo aperfeiçoamento moral, intelectual e social da

⁴⁵³ VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, p. 262.

⁴⁵⁴ LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus pioneiros*, p. 161. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 242.

humanidade, através do exercício do dever, da beneficência e da busca da verdade. Seus principais objetivos são: a liberdade, a igualdade e a fraternidade.⁴⁵⁶

Em seguida, o texto da Constituição reprova a exploração do homem, assim como os privilégios e as regalias de alguns; mas exalta duas qualidades, a inteligência e a virtude, assim como valoriza a prestação de serviços à Ordem, à Pátria e à Humanidade. A universalidade do espírito maçônico também mostra-se incompatível com o sectarismo político, religioso ou racial. Como consequência disso, todos os maçons, independente de suas raças, nacionalidades ou crenças, são considerados irmãos. Por fim, afirma que os principais deveres dos maçons são: amor à família, fidelidade e devotamento à Pátria e obediência à Lei.⁴⁵⁷

Esses princípios também podem ser observados num trecho dos “Princípios básicos para se obter o reconhecimento da Grande Loja Unida da Inglaterra”:

A Maçonaria não é um movimento filosófico que admite qualquer orientação e qualquer opinião... A verdadeira Maçonaria é um sistema de moral, um culto para conservar e difundir a crença na existência de Deus..., para ajudar (os maçons) a regular a própria vida e conduta segundo a própria religião, qualquer que seja..., contanto que seja uma religião monoteísta, que exija a crença em Deus como Ser Supremo, e seja uma religião que tenha um Livro Sagrado sobre o qual o iniciado possa prestar juramento à Ordem maçônica.⁴⁵⁸

A obediência a esses princípios maçônicos pode ser observada nas reuniões da Fidelidade Mineira, principalmente nas ocasiões em que o Venerável fazia algum discurso para explicitá-los aos membros recém-iniciados na ordem. Tal fato pode ser percebido numa sessão de instalação ocorrida no dia 9 de maio de 1873:

O Resp.: Ir.: Ven.: Produzio um breve e eloquente balaustre procurando demonstrar aos iniciados a sublimidade da Mac:., que não olhando para crenças políticas, e nacionalidades, só tem por diviza o progresso social, a caridade e beneficencia. Terminando, apresentando aos iniciados a satisfação de que a Loj.: se achava possuída pela aquisição de tão distintos Ir:., pedio-lhes que tivessem sempre em vista o solemne juram¹⁰. que prestarão, levando a discripção ao extremo, para que

⁴⁵⁶ CONSTITUIÇÃO do Grande Oriente do Brasil, de 1967 *apud*: BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 262.

⁴⁵⁷ *Ibidem*, *loc.cit.*

⁴⁵⁸ PRINCÍPIOS básicos para se obter o reconhecimento da Grande Loja Unida da Inglaterra. Anuário do Grande Oriente do Brasil de 1970, p. 83-89 *apud*: BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 264.

nunca no mundo profano se soubesse o que se passa em nosso templo.⁴⁵⁹

Para a Igreja Católica, entretanto, a Maçonaria oculta, com suas verdadeiras intenções, estaria escondida por trás desses princípios que são considerados como camuflagens, tais como: seu caráter beneficente, o patriotismo de seus membros, a solidariedade existente entre eles, a tolerância religiosa pregada nas lojas, a igualdade e a fraternidade maçônicas.

Segundo Ramos de Oliveira, uma das mais freqüentes camuflagens da Maçonaria seria o fato dela se apresentar como sociedade beneficente, embora se evidenciasse que não era a caridade nem o intuito de fazer benefício que a movia. Para ele, “a beneficência é apenas o engodo com que o Invisível ilude não só o público como os próprios maçons bem intencionados”.⁴⁶⁰ Perceba que, mesmo considerando a Maçonaria como uma seita diabólica, ele admite a existência de homens bem intencionados dentro de tal organização, os quais estariam sendo iludidos pelo poder oculto por trás dela.

Diante das inúmeras condenações feitas pela Igreja, era conveniente que os maçons aproveitassem os momentos de contato com o mundo profano para mostrar seu caráter filantrópico. Durante uma reunião aberta da Loja Maçônica Fraternidade Brasileira, por exemplo, onde estavam presentes grande número de profanos, famílias e representantes da imprensa, o venerável da loja informou aos visitantes a finalidade do tronco de beneficência. De acordo com o Livro de Atas, “o venerável comunica as Exm^{as} famílias e cavalheiros presentes que a Maçonaria em todas as suas reuniões tem por fim humanitário fazer circular um tronco de beneficência em que colhe o óbulo que é destinado a socorrer os necessitados”.⁴⁶¹

Através do Livro de Atas da Fidelidade Mineira, observou-se que o dinheiro arrecadado no tronco de beneficência era utilizado de diversas maneiras: para auxiliar viúvas de maçons que pertenceram à loja; para ajudar os irmãos, pertencentes ou não à loja, que se encontrassem em situações financeiras precárias; para doações a asilos e sociedades beneficentes; para socorrer pessoas necessitadas no mundo profano, etc.

⁴⁵⁹ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 2*, 09/05/1873, folha 16. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁶⁰ OLIVEIRA, Ramos de. A Beneficência Maçônica. *Jornal O Lampadário – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 10/08/1940, p. 2.

⁴⁶¹ LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE BRASILEIRA. *Livro de Atas n° 1*, 17/06/1899. [Respeitou-se a grafia original].

Como exemplo de socorro a profanos pode-se citar uma proposta feita por um dos membros da loja em agosto de 1873 “pedindo que do tronco de beneficência seja retirada alguma quantia a fim de socorrer os pobres de Mathias Barbosa, atacados das bexigas”.⁴⁶²

O auxílio às viúvas pode ser percebido nesse trecho da ata de uma sessão ocorrida em 11 de junho de 1898 na Fidelidade Mineira: “O Ir.: Freitas pede a palavra e diz que tendo recebido uma comunicação de que a viúva do nosso falecido Ir.: Luiz Lourenço Rodrigues, achava-se em precária situação, pedia que esta Aug.: e Resp.: Loj.: ajudasse com qualche óbolo.”⁴⁶³ Houve ainda diversos casos de viúvas que recebiam uma mesada da loja até que restabelecessem sua situação financeira.

Para a Igreja, a solidariedade maçônica, vista como mais uma das camuflagens da instituição, seria como uma “isca” que arrastava muitos adeptos para a ordem, os quais julgavam encontrar nela segurança e apoio para possíveis eventualidades da vida. Nesse aspecto, Ramos de Oliveira adverte para o fato de que tal solidariedade é muito relativa e não pode sacrificar os interesses gerais e internacionais da ordem.⁴⁶⁴

Já para os maçons, a solidariedade existente entre os irmãos assumia uma dimensão universal e representava uma das bases da Maçonaria. Mas, para que essa solidariedade fosse possível entre homens de diversas raças, de diferentes países, com costumes específicos, governados por leis particulares, com morais e interesses diferentes, seria necessário a união de todos em um ponto de vista comum, evitando atritos pessoais e antagonismos filosófico-religiosos no seio da ordem. Caso contrário, dissidências profundas e antagonismos inseparáveis se instalariam na ordem e abririam espaço para que o inimigo se fortalecesse.⁴⁶⁵

Através das atas de algumas reuniões da Fidelidade Mineira, pôde-se observar a proteção que a ordem oferecia aos membros da loja. Isso acontecia, por exemplo, quando um maçom sofria perseguições no mundo profano ou quando fosse processado injustamente. Nesses casos, era comum que o Venerável se mostrasse bastante solidário

⁴⁶² LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 1*, 15/08/1873, folha 29.

⁴⁶³ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 2*, 28/05/1898, folha 7. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁶⁴ OLIVEIRA, Ramos de. A Solidariedade Maçônica. *Jornal O Lampadário – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, 24/08/1940, p. 2.

⁴⁶⁵ Relatório do Delegado no Estado do Paraná (Julho a Dezembro de 1902). In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 27° ano, n° 11. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Janeiro de 1903, p. 837-838.

e prestativo, pronto a ajudar em qualquer emergência, “cumprindo assim um dever em vista do cargo que ocupa” na loja.⁴⁶⁶

A obtenção de favores políticos por meio da Maçonaria também pôde ser observada através da análise dos livros de atas. Em sessão do dia 18 de fevereiro de 1899, por exemplo, havia uma correspondência do Ir.: Sebastião Serra “pedindo uma pr.: ao Presidente do Estado, afim de obter o lugar de Fiscal da Fieira de Sete Lagoas, sendo deliberado que fosse enviado uma pr.: aberta para o dito Ir.: se apresentar as Loj.: de Belo Horizonte, afim dessas o auxiliarem”.⁴⁶⁷ Ao analisar a atuação da Maçonaria no Rio Grande do Sul, Luiz Eugênio Vésccio também constatou um grande número de pranchas (correspondências maçônicas) com solicitações de favores políticos.⁴⁶⁸

A hospitalidade aos irmãos enfermos ou que perderam entes queridos era muito comum entre os membros da Fidelidade Mineira. Frequentemente, comissões eram formadas a fim de visitar doentes ou prestar assistência em enterros e missas de sétimo dia. Em sessão do dia 10 de junho de 1899, por exemplo, “o Ir.: João Meurer faz sçiente que acha-se enfermo o nosso Ir.: Boaventura, ordenando o Ir.: Ven.: que a Com.: de benef.: o fosse vizitar”.⁴⁶⁹

Prosseguindo com os disfarces da Maçonaria, Ramos de Oliveira alega que a fim de conseguir adeptos e merecer a tolerância ou o prestígio dos governos, a “seita maçônica” estaria freqüentemente agitando a bandeira do patriotismo. Entretanto, a diocese juizforana, por meio do Jornal *O Lampadário* tenta demonstrar à sociedade o perigo que tal instituição representa para a segurança nacional. Segundo Oliveira, vários países já reconheceram a gravidade da situação e interditaram a “seita”.⁴⁷⁰

O amor ao trabalho e à pátria, assim como a prática da virtude e da caridade eram princípios constantemente defendidos pelo venerável da Loja Fidelidade Mineira de Juiz de Fora. Seguindo unidos e respeitando os princípios da Maçonaria, os maçons conseguiriam vencer a guerra contra o ultramontanismo. Uma das formas de vencer essa guerra seria por meio da educação, através do incentivo a colégios dirigidos por “professores sábios e livres”.⁴⁷¹

⁴⁶⁶ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 2*, 28/05/1898, folha 57.

⁴⁶⁷ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 2*, 28/05/1898, folha 51. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁶⁸ VÉSCCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório*, *passim*.

⁴⁶⁹ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 2*, 20/06/1899, folha 75. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁷⁰ OLIVEIRA, Ramos de. O Patriotismo Maçônico. *Jornal O Lampadário – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 17/08/1940, p. 2.

⁴⁷¹ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n° 2*, 06/06/1874, folha 67.

A tolerância política e religiosa proclamada pelos maçons também foi alvo de ataque por parte da Igreja juizforana. A Maçonaria, em matéria política, deixa a seus membros inteira liberdade de pensar e agir, mas para a Igreja, isso não era senão uma ilusão, pois tal ordem teria a pretensão de impor sua orientação a compromissos políticos assumidos perante determinado partido ou Nação.⁴⁷²

Em matéria de religião, exigia-se apenas que o maçom acreditasse em Deus, chamado de “Grande Arquiteto do Universo” no universo maçônico, dada a conotação cristã que o termo “Deus” possui.⁴⁷³ Com isso, a ordem maçônica requer apenas qualquer crença e nega ingresso aos incrédulos e ateus. Mas, segundo Ramos de Oliveira, a Maçonaria brasileira só não era abertamente anti-clerical por ser o Brasil um país de maioria católica, o que seria imprudente.⁴⁷⁴

Ao pregarem a tolerância, os maçons tinham por regra não impor dogmas aos seus membros, deixando-os livres para pensar como quisessem. Por isso, não há uma doutrina maçônica. De acordo com Fernando Pessoa: “Tudo o quanto se chama “doutrina maçônica” são opiniões individuais de maçons, quer sobre a Ordem em si mesma, quer sobre as suas relações com o mundo profano. (...) Ora o primeiro erro dos antimaçons consiste em tentar definir o espírito maçônico em geral pelas afirmações de maçons particulares escolhidos ordinariamente com grande má fé”.⁴⁷⁵

Em um artigo intitulado “Maçonaria e Religião”, a Grande Loja Unida da Inglaterra declara que a Maçonaria não é uma religião ou um substituto de religião. Nesse texto, ela afirma a necessidade de que os maçons acreditem num Ser Supremo, mas nega a imposição de um sistema de fé particular aos membros. Sobre a existência de orações em seus rituais, ela se justifica dizendo que tais orações dizem respeito apenas ao que se vai fazer em seguida, como por exemplo, o início de uma refeição; não se refere, portanto, a uma prática religiosa.⁴⁷⁶

O texto também afirma que, apesar de ser permitido que homens de diversas crenças ingressem na ordem, não se pode discutir religião nas assembleias maçônicas. Considerando-se não haver um Deus maçônico, cada maçom continua vinculado ao

⁴⁷² OLIVEIRA, Ramos de. A Tolerância Maçônica. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 12/10/1940, p. 2.

⁴⁷³ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*, p. 43.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA, Ramos de. A Tolerância Maçônica. *Jornal O Lampadário* – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 12/10/1940, p. 2.

⁴⁷⁵ PESSOA, Fernando. *As Origens e a Essência da Maçonaria*, p. 65.

⁴⁷⁶ GRANDE LOJA UNIDA DA INGLATERRA. Maçonaria e Religião. In: *O Fígaro*. Paris, 17/10/1985 apud: BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 246.

Deus da religião que professa. A existência de um nome empregado para o Ser Supremo visa apenas permitir que homens de crenças tão diferentes possam reunir-se em oração.⁴⁷⁷ Dessa forma, longe de professar uma religião, a Grande Loja Unida da Inglaterra considera ser a Maçonaria um sustentáculo da religião:

A Maçonaria está longe de ser indiferente à religião. Sem interferir na sua prática religiosa, espera de cada um de seus membros que seja fiel à sua própria fé e que ponha seu dever com Deus (sob qualquer nome que Ele seja conhecido) acima de todos os outros deveres. Sua pedagogia moral pode ser aceita por todas as religiões. Deste modo, a Maçonaria pode ser considerada como sustentáculo da religião.⁴⁷⁸

Na encíclica *Humanum Genus* o papa Leão XIII vai contra essa afirmação e declara que a liberdade religiosa pregada pelos maçons contribui para relegar a religião a segundo plano na sociedade e para a ruína da Igreja Católica:

Abrindo suas fileiras a adeptos que a elas vêm de religiões as mais diversas, eles se tornam mais capazes de acreditar o grande erro do tempo presente, que consiste em relegar para a categoria das coisas indiferentes o cuidado da religião, e em colocar em pé de igualdade todas as formas religiosas. Ora, por si só, esse princípio basta para arruinar todas as religiões, e, particularmente a religião católica, porquanto, sendo a única verdadeira, não pode ela, sem sofrer a última das injúrias e das injustiças, tolerar que sejam igualadas as outras religiões.⁴⁷⁹

Para Gregório XVI, essa liberdade religiosa pregada pelos maçons dá origem à liberdade de consciência, a qual é vista como um disparate, um erro que se propaga pela sociedade, causando diversos males: “a efervescência de ânimo, a corrupção da juventude, o desprezo das coisas sagradas e profanas no meio do povo”. Trata-se, segundo ele, da “mais poderosa peste da República”, capaz de levar grandes cidades a sucumbir diante da liberdade de opiniões, de ensino e da ânsia de inovações.⁴⁸⁰

A liberdade de imprensa também foi condenada por esse papa, o qual reforçou a posição da Igreja de perseguir a publicação de “livros maus”, que trazem a público toda espécie de escritos. De acordo com Gregório XVI, doutrinas monstruosas e

⁴⁷⁷ GRANDE LOJA UNIDA DA INGLATERRA. Maçonaria e Religião. In: *O Fígaro*. Paris, 17/10/1985 apud: BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 247.

⁴⁷⁸ GRANDE LOJA UNIDA DA INGLATERRA. Maçonaria e Religião. In: *O Fígaro*. Paris, 17/10/1985 apud: BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica – ontem, hoje e amanhã*, p. 248.

⁴⁷⁹ PAPA Leão XIII. *Sobre a Maçonaria (Humanum Genus)*, pp. 12-13.

⁴⁸⁰ PAPA Gregório XVI. *Carta Encíclica Mirari Vos*.

inúmeros erros são disseminados na sociedade “em inumeráveis livros, folhetos e artigos que, se insignificantes pela sua extensão, não o são certamente pela malícia que encerram, e de todos eles provém a maldição que com profundo pesar vemos espalhar-se por toda a terra”.⁴⁸¹

Para os maçons, a imprensa representava um poderoso instrumento de ensinamento e propaganda, mas também de luta pela verdade e pela justiça. Por isso, ela foi muito utilizada pela Maçonaria para reagir contra o “jesuitismo”.⁴⁸² Por ser uma instituição de caráter fechado, a imprensa foi o meio utilizado pelos maçons para fazer contato com o mundo profano e se defender publicamente dos ataques de seus inimigos.

Diz a Igreja que a Maçonaria, que espalha por todas as partes idéias igualitárias, mantém entre seus adeptos barreiras hierárquicas, já que numa mesma loja, existem diversas categorias de maçons, sendo que os de ordem inferior nunca ficam sabendo o que pensam e querem os irmãos superiores. Do mesmo modo, os mistérios e desígnios da Maçonaria oculta jamais serão revelados à Maçonaria exterior.⁴⁸³ Para os maçons, no entanto, a igualdade não anula a hierarquia, afinal “o trabalho de todos é preciso; a cada um porém, conforme suas atribuições e competências”.⁴⁸⁴

No que diz respeito à fraternidade maçônica, Ramos de Oliveira afirma: “No recesso das lojas, onde não chegam as averiguações da Justiça nem da Polícia, fazem-se execuções fraternais, sobre as quais pesa o sigilo da Eternidade. E as vítimas caem no olvido e ficam impunes os executores”.⁴⁸⁵ Com isso, ele pretende negar mais um dos disfarces maçônicos, que seria a fraternidade.

Ao considerarem uns aos outros como irmãos, os maçons pretendiam estabelecer laços familiares que não levassem em conta diferenças políticas, econômicas ou sociais. Essa fraternidade estabelecida entre os membros da Maçonaria era extensiva a todos os países e garantia proteção e ajuda aos irmãos quando e onde precisassem.⁴⁸⁶ Tal promessa mostrou-se bastante atrativa para viajantes e comerciantes

⁴⁸¹ PAPA Gregório XVI. *Carta Encíclica Mirari Vos*.

⁴⁸² A Maçonaria no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 27º ano, nº 11. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Janeiro de 1903, p. 841.

⁴⁸³ OLIVEIRA, Ramos de. A Igualdade Maçônica. *Jornal O Lampadário – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 21/12/1940, p. 2.

⁴⁸⁴ A Maçonaria no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*, p. 841.

⁴⁸⁵ OLIVEIRA, Ramos de. A Fraternidade Maçônica. *Jornal O Lampadário – Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 18/01/1941, p. 2.

⁴⁸⁶ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 96-98.

de todo o mundo. Talvez isso ajudasse a explicar o grande número de profissionais dessa área que ingressaram na Loja Maçônica Fidelidade Mineira nos anos iniciais de instalação da Maçonaria na cidade de Juiz de Fora.

Mas não era fácil entrar para o meio maçônico, já que os critérios de recrutamento dos novos membros eram bastante rígidos. Para ser um maçom, o candidato deveria ser capaz de guardar segredos (condição essencial para garantir a sobrevivência da sociedade e, também, de educá-los moralmente), ser um homem honrado e possuidor de virtudes morais. Era preciso, portanto, ter uma vida digna, tanto no meio público quanto no meio privado, ou seja, um homem respeitado pelos seus familiares e com uma boa reputação profissional.⁴⁸⁷

Certas características, por outro lado, não eram vistas com bons olhos na hora de se avaliar um futuro maçom, como por exemplo, a não adesão aos princípios políticos defendidos pela ordem. É interessante observar que, embora a tolerância política fosse pregada pelos maçons, na prática não era isso o que acontecia. Outro motivo para não se aceitar um novo membro tem a ver com a existência de uma conduta irregular, tanto no ambiente familiar quanto no público.⁴⁸⁸

Dessa forma, homens de caráter orgulhoso, que tratavam mal suas famílias, corruptos e de pouca educação dificilmente teriam suas propostas de iniciação aceitas. Conforme podemos perceber, não era só a vida pública do candidato que era levada em conta. Aqueles que quisessem tornar-se maçons também deveriam ter uma vida familiar exemplar, mostrando zelo para com a família, preocupação com a formação dos filhos e respeito a suas esposas.⁴⁸⁹

Esse comportamento era rigidamente cobrado por todos os membros da loja, conforme podemos perceber nesse acontecimento extraído do livro de atas da Fidelidade Mineira: “o Ir.: José Marcelino denuncia o Ir.: José Luiz de Mendonça, em seu procedimento para com sua esposa, por abandoná-la e pedia a intervenção desta Loj.: de que o mesmo Ir.: faz parte, e nomeada também uma com.: secr.: afim de syndicar do ocorrido, o que é aprovado e nomeado os Iir.: Felipe Hotim e Alfredo Bastos para se entreverem com seus bons ofícios”.⁴⁹⁰

⁴⁸⁷ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*, pp. 106-107.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, pp. 108-109.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, p. 110.

⁴⁹⁰ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2, 07/04/1900, folha 164*. [Respeitou-se a grafia original].

Mesmo depois de já ingressados na ordem, os maçons corriam o risco de serem expulsos, caso sua conduta no mundo profano não fosse condizente com a figura de um homem correto e respeitável. O não-pagamento das mensalidades também era motivo de eliminação da ordem. Na última reunião do ano de 1899 na Fidelidade Mineira, por exemplo, foram citados os nomes de 40 membros que se encontravam nessa situação e que, portanto, seriam eliminados do quadro da loja. Nessa sessão, foi deliberado que estes nomes seriam publicados no Boletim Oficial do Grande Oriente e cada um seria avisado por meio de prancha.⁴⁹¹

Conforme se observa, a universalidade maçônica não significa que a Maçonaria seja para todo e qualquer homem. Ela “trabalha por todos; mas em seu seio, procura recolher os *bons elementos* da Humanidade, qualquer que seja a região da Terra, o paiz, o povo, a raça”.⁴⁹² Portanto, apesar de ser seletiva, seus esforços são para o progresso de toda a humanidade.

A diocese de Juiz de Fora, assim como a Igreja Católica em geral, não reconhecia a boa fé dos católicos que se inscreviam na Maçonaria, uma vez que ela já havia sido condenada e os fiéis alertados pela Igreja dos perigos que ela representava. A Maçonaria, vista pelos católicos como falsa e mentirosa, era considerada uma instituição satânica e perigosa, que devia ser combatida. Acima de tudo, era preciso evitar o envolvimento de padres com essa instituição, afinal, o exemplo de boa conduta deveria partir da própria Igreja.

Mas, nem mesmo os inúmeros avisos sobre os perigos de se filiar à Maçonaria e as proibições feitas pelos papas conseguiu impedir a infiltração de elementos católicos na instituição. Em Juiz de Fora, assim como em muitas localidades, temos a presença de padres filiados à instituição, como é o caso do padre Dr. Paulo Grande, do qual já falamos anteriormente; do Padre José Luis de Almeida Martins, que se tornou membro honorário em 3 de junho de 1873, após ter participado da cerimônia de posse e instalação da loja⁴⁹³; e o Padre Guilherme Dias, filiado no dia 14 de janeiro de 1899, após ter feito uma visita para divulgar uma obra de sua autoria sobre interesse maçônicos⁴⁹⁴.

⁴⁹¹ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 18/12/1899, folha 144.

⁴⁹² A Maçonaria no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*, p. 841. [Respeitou-se a grafia original].

⁴⁹³ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 03/06/1873, folha 24.

⁴⁹⁴ LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas n.º 2*, 26/11/1898, folha 37 e 14/01/1899, folha 45.

CONCLUSÃO

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para uma melhor compreensão do conflito ocorrido entre Igreja Católica e Maçonaria na cidade de Juiz de Fora, durante as décadas de 1920 a 1940. Durante o trabalho, procurou-se demonstrar como a sociabilidade maçônica, construída no ambiente das lojas, mas nem por isso inerte às alterações do mundo profano, se contrapunha à sociabilidade católica presente nas celebrações da Igreja, nas procissões e festas religiosas, nas irmandades, nas instituições beneficentes, nos colégios destinados à educação das crianças e jovens, entre outros locais de convivência entre os católicos.

Num primeiro momento, foi abordado como se deu a consolidação desses dois espaços de sociabilidade que se abriam diante dos juizforanos, com suas visões de mundo aparentemente contrárias. A instituição católica, como foi apresentado no capítulo um, encontra-se presente na cidade de Juiz de Fora desde os seus primórdios, mas a criação de uma diocese local só ocorreu no ano de 1924. Tal fato não impediu que os princípios romanizadores e ultramontanos fossem implementados entre o clero e os fiéis, devendo-se destacar a importância que os espaços de sociabilidade católicos tiveram nesse processo.

A instituição maçônica, por sua vez, se instalou em Juiz de Fora no ano de 1870, graças à iniciativa de homens de grande reputação na cidade que se uniram para formar a Loja Maçônica Fidelidade Mineira. A instalação oficial só ocorreu em 1873, quando o Grão Mestre Quintino Bocaiúva veio até a cidade com sua comitiva para entregar a Carta Constitutiva aos membros da loja. Por meio da análise do livro de atas da referida loja vimos que os maçons juizforanos, assim como seus “irmãos” de outros locais do país, empenharam-se na luta contra a abolição da escravatura e também se engajaram no movimento de reação aos ataques católicos à ordem.

O Livro de Matrícula, por sua vez, nos permitiu não apenas traçar um perfil sócio-profissional desses membros, mas também constatar que, embora a maioria dos maçons fossem católicos, havia uma quantidade considerável de protestantes e alguns poucos espíritas inscritos na loja. Quanto à participação de padres, detectamos três casos: o do Padre Almeida Martins, que foi considerado membro honorário da loja após participar da comitiva responsável pela instalação oficial da mesma; o padre Guilherme Dias, que se tornou membro efetivo da Fidelidade Mineira após uma visita para

divulgação de seus trabalhos sobre a Maçonaria; e o curioso padre Dr. Paulo Grande, que veio para a cidade com o objetivo de construir um colégio com o apoio da Maçonaria.

A participação de padres na instituição maçônica demonstra que as inúmeras advertências da Igreja sobre os perigos de se filiar à Maçonaria foram desprezadas por parte do clero. Isso também comprova o fato de que nem todos os representantes da Igreja eram adeptos dos ideais conservadores da instituição. É certo que a Maçonaria era mais voltada para os princípios liberais, de modernidade e progresso, enquanto a Igreja Católica, adepta dos princípios ultramontanos na sociedade, simpatizava com princípios mais conservadores. Entretanto, nada impedia que houvesse membros da Maçonaria que simpatizassem com as idéias defendidas pelo clero e vice-versa.

Apesar das aparentes contradições, viu-se que estes dois mundos por vezes se entrecruzaram. Seja pela participação de membros da Igreja na instituição maçônica, seja pela infiltração de maçons no ambiente católico das irmandades religiosas. Tal situação foi sempre mal vista pelas autoridades católicas, principalmente pelos papas, que já haviam condenado a Maçonaria e aqueles que dela faziam parte por diversas vezes. Mas, no Brasil, a validade das bulas dependia do beneplácito imperial, o que acabou levando à eclosão da Questão Religiosa de 1872, já que os bispos de Olinda e Belém do Pará recusaram-se a se submeter a essa especificidade do regime de Padroado, então vigente no país.

A crise, que atingiu o Estado Imperial, a Igreja e setores da Maçonaria, foi resolvida com a anistia e soltura dos bispos, que haviam sido condenados a quatro anos de prisão. Mas as contradições e os conflitos que estavam em jogo permaneceram. Católicos e maçons continuaram a se enfrentar por meio da imprensa, do mesmo modo que Igreja e Estado deixaram aparente a impossibilidade de se prolongar o regime de união entre as duas esferas, espiritual e temporal. O conflito apontou para a necessidade de mudanças que começaram a acontecer com a Proclamação da República, quando a Igreja separa-se formalmente do Estado, institui-se o casamento e o registro civil, a secularização dos cemitérios, a promoção do ensino secular e a defesa da liberdade de crença religiosa.

Tais conquistas não eram vistas com bons olhos pela Igreja Católica, que era contra a expansão das idéias liberais e científicas na sociedade. Imbuídos do espírito romanizador, que se esforçava por tornar a Igreja mais forte e organizada, o clero tinha como missão perseguir os “erros da modernidade”, entre os quais destaca-se o

progresso, o racionalismo, o liberalismo, o comunismo, o socialismo, o naturalismo e as sociedades secretas; e colocar em prática as concepções ultramontanas na sociedade. O Concílio Vaticano I, convocado pelo papa Pio IX no final da década de 1860, aliava-se a esse propósito, na medida em que pretendia reconstruir a “cristandade” e proteger os católicos dos males do mundo.

A construção de uma Igreja no Brasil e, mais especificamente em Juiz de Fora, que estivesse em sintonia com os padrões romanizados, levou à reforma tanto do clero quanto dos fiéis, até então intimamente relacionados com o catolicismo tradicional. Para a realização dessa tarefa e também para a implementação da reforma ultramontana, a Igreja de Juiz de Fora contou com alguns instrumentos de ação, a saber: a criação de uma imprensa exclusivamente católica (onde se destaca o Jornal “O Lampadário” – órgão oficial da diocese e responsável por grande parte dos artigos contrários aos maçons, aos protestantes e aos espíritas), a promoção da educação religiosa, a realização de Congressos Católicos, a colaboração de ordens e congregações religiosas européias, a criação de seminários, a restrição do poder dos leigos na esfera espiritual e a desmoralização da instituição maçônica por meio da imprensa e, ainda, por meio dos sermões dirigidos aos fiéis durante as missas.

A reação dos maçons frente ao discurso católico se deu não apenas através dos jornais, mas também através do incentivo dado pela Maçonaria à expansão do ensino leigo na sociedade. Em Juiz de Fora, por exemplo, a Loja Maçônica Fidelidade Mineira não apenas ajudou financeiramente na construção de colégios acatólicos como também é possível encontrar alguns de seus membros diretamente envolvidos com a direção desses colégios. Uma outra maneira encontrada pelos maçons dessa loja para fazer frente às ameaças dos clérigos locais foi orientando os demais membros a não fazerem parte dos eventos promovidos pela Igreja Católica local e, também, a não contribuírem com dinheiro ou com qualquer outra coisa para a realização de tais eventos.

Ambas as partes estavam empenhadas em conservar sua influência sobre seus adeptos, pois temiam perder seguidores para o adversário. A Igreja incentivou os padres a orientarem as esposas a seguirem os princípios católicos e fazerem com que seus filhos e maridos também o fizessem. Para intimidá-las, os padres diziam que os maçons e suas famílias não eram bem vindos à Igreja e, portanto, não podiam usufruir de seus benefícios. Os maçons, em contra-partida, eram orientados a iniciar a propaganda maçônica dentro do próprio lar, esclarecendo sua família sobre as vantagens e as maravilhas de pertencer à Maçonaria.

Por último, foram apresentados os princípios da ordem, entre os quais se destacam seu caráter beneficente, o patriotismo de seus membros, a solidariedade existente entre eles, a tolerância religiosa e política pregada nas lojas, a igualdade e a fraternidade maçônicas. A observância incondicional a esses princípios era fundamental para a permanência de um membro na sociedade maçônica. Um maçom deveria ser capaz de guardar segredos (nada do que se passasse no ambiente das lojas poderia ser comentado no mundo profano), ser um homem honrado (tanto perante a sociedade, quanto no ambiente familiar) e possuidor de virtudes morais.

Entretanto, para a Igreja Católica juizforana, tais princípios eram vistos como “camuflagens”, ou seja, como um meio de encobrir as verdadeiras intenções da ordem, vista como uma entidade “satânica e demoníaca”, dirigida clandestinamente por uma organização coletiva de origem judaica. Assim, podemos concluir que o caráter sigiloso da Maçonaria, os mitos em torno do seu segredo, o desconhecimento de seus objetivos e sua relação conflituosa com a Igreja Católica, contribuíram para criar no imaginário coletivo uma visão negativa e mitológica dessa ordem, que foi constantemente reforçada pelos inúmeros artigos que saíam nos jornais católicos falando sobre as “terríveis” intenções da ordem.

Para terminar, gostaria de ressaltar algumas limitações dessa dissertação e a possibilidade de futuras pesquisas sobre alguns temas abordados neste trabalho. Em primeiro lugar, a participação dos maçons na fundação de colégios acatólicos não foi aprofundada, dado o limite de tempo disponível para as pesquisas e, também, por fugir ao escopo desse estudo. Trata-se de um tema bem interessante que pode vir a ser explorado futuramente. O mesmo pode-se dizer da participação política dos maçons juizforanos. Também não foram feitas análises sobre as outras lojas maçônicas que se instalaram posteriormente na cidade, visto a dificuldade de acesso aos seus arquivos. Apesar disso, espera-se que essa dissertação possa contribuir para o enriquecimento do conjunto de estudos que se propõem a fazer uma História Regional, juntamente com outros trabalhos sobre a cidade de Juiz de Fora.

BIBLIOGRAFIA

1. Documentação Impressa

a) Eclesiásticas

- BECKER, Dom João. *A Religião e a Pátria em Face das Ideologias Modernas*. Vigésima Oitava Carta Pastoral do Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre ao Revmo. Clero e aos Diletos Fiéis de sua Arquidiocese. Porto Alegre: Centro da Boa Imprensa, 1939. (CMIJF/AHPHOF)
- CARTA Encyclica do Nosso Santíssimo Senhor o Papa Leão XIII. Mariana: Typographia dirigida pelo Typographo Joaquim Alves Pereira, 1885. (CMIJF/AHPHOF)
- CONSTITUIÇÕES Eclesiásticas do Brasil. Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915 - Adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro e às Recentes Decisões das Sagradas Congregações Romanas. Canoas, RS: Tipografia La Salle, 1950. (CMIJF/AHPHOF)
- CRÔNICA da Casa dos Redentoristas de Juiz de Fora (1894-1923). História da Fundação.
- DOM Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira - Bispo de Olinda. *Instrução Pastoral sobre a Maçonaria e os Jesuítas*. Petrópolis: Vozes, 1957, p. 7-8. (BSSA)
- PAPA Clemente XII. *Constituição Apostólica "In Eminenti"*. Apud: (<http://www.ictys.kit.net/Maat/crismaconaria.htm>, 30/01/2008, 19:15h)
- PAPA Gregório XVI. *Carta Encíclica Mirari Vos*. 14 de agosto de 1832. (<http://www.paroquias/documentos/index.php?vsec=ENC&vid=32>, 29/01/2008, 20:10)
- PAPA Leão XIII. *Sobre a Maçonaria (Humanum Genus)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1948 (Documentos Pontifícios). (BSSA)
- PAPA Pio IX. *Carta Encíclica Quanta Cura* – Sobre os principais erros da época. 08 de Dezembro de 1864. (<http://www.paroquias/documentos/index.php?vsec=ENC&vid=32>, 29/01/2008, 20:25).
- PIMENTA, Dom Silvério Gomes. *O Perigo dos Collegios Acatolicos*. Carta Pastoral do Arcebispo de Mariana. Mariana: Typ. Archiepiscopal, 1921. (CMIJF/AHPHOF)
- RESOLUÇÕES aprovadas nas Conferências Episcopais da Província Ecclesiastica de Mariana realizadas em Juiz de Fora, de 19 a 25 de abril de 1923. Campinas: TYP. Casa Mascotte, 1923. (CMIJF/AHPHOF)
- RESPOSTA ao Discurso do Sr. Conselheiro Saldanha Marinho proferido na Assembléia Maçônica a 27/04/1872 dada por S.G.L. a 27/05 do mesmo ano. Rio de Janeiro: Tip. do Apóstolo, 1872. (CMIJF/AHPHOF)
- SYLLABUS – Contendo os Principais Erros da Nossa Época, Notados nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e Outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX.

b) Maçônicas

- A Maçonaria no Brasil. In: *Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 27º ano, nº 11. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Janeiro de 1903. (LMFM/MMFM)

- ANDERSON, James. *As Constituições de Anderson*. (Texto original – Traduzido, comentado e anotado por Valton Sergio von Tempski-Silka M.:M.). 1.ed. (ano 2001), 3ª tiragem. Curitiba: Juruá, 2003.
- BOLETIM DO GRANDE ORIENTE UNIDO E SUPREMO CONSELHO DO BRAZIL. *Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. Num. 4 a 6, Abril a Junho, 1873. 2º Anno, p. 473. (LMFM/MMFM)
- COSTA, Jacintho Rodrigues da. *Fundação da Loja Maçônica “Fidelidade Mineira” – Or.: De Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Loja Maçônica Fidelidade Mineira, março de 1958. (Trabalho realizado em 16 de maio de 1928). (LMFM/MMFM)
- DISCURSO pronunciado pelo neophito Leopoldo Reis, professor primário, na Sess.: de filiação, regularização e iniciação, em 11 de setembro passado na Aug.: e Resp.: Loj.: Cap.: “Força e União 2” (Oriente da Bahia). *In: Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 27º ano, nº 11. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Janeiro de 1903. (LMFM/MMFM)
- DISCURSO pronunciado pelo Resp.: Ir.: Dr. César de Magalhães, Orad.: Da Bem.: Loj.: Cap.: “Dois de Dezembro”. *In: Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 36º ano, nº 08. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Agosto de 1910, p. 590. (LMFM/MMFM)
- GALVÃO, Eutychio. Ou na casa de Deus ou na do Diabo. Natal, 26/02/1904. *In: Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 29º ano, nº 02. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Abril de 1904. (LMFM/MMFM)
- GILLON, Ernest. A Maçonaria. *In: Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 29º ano, nº 06. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Agosto de 1904. (LMFM/MMFM)
- KURT, Prober. *Cadastro Geral das Lojas Maçônicas do Brasil: Ativas, Abatidas e Inativas*. 1975. (LMFM/MMFM)
- LOJA DE ADOÇÃO FILHAS DE HIRAM. *Livro de Atas nº 1*. (LMFM/MMFM)
- LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas nº 1*. (LMFM/MMFM)
- LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas nº 2*. (LMFM/MMFM)
- LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Atas das Sessões Ordinárias*. (LMFM/MMFM)
- LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA. *Livro de Matrícula Geral dos Irmãos de 1870 – 1940*. (LMFM/MMFM)
- LOJA MAÇÔNICA FRATERNIDADE BRASILEIRA. *Livro de Atas nº 1*. (LMFM/MMFM)
- MARINHO, Saldanha (Ganganelli). *A Igreja e o Estado*. Rio de Janeiro: Typografia Villeneuve, 1874.
- NASCIMENTO, Robert Junior do. *Christovão Rodrigues de Andrade*. Juiz de Fora, trabalho realizado em 2005. (LMFM/MMFM)
- Relatório do Delegado no Estado do Paraná (Julho a Dezembro de 1902). *In: Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 27º ano, nº 11. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Janeiro de 1903. (LMFM/MMFM)
- SODRÉ, Lauro. Sessão Magna. *In: Boletim do Grande Oriente do Brasil – Jornal Oficial da Maçonaria Brasileira*. 36º ano, nº 10. Rio de Janeiro: Typographia J. Schmidt, Outubro de 1911. (LMFM/MMFM)

c) Jornais

JORNAL “O DIA”, Juiz de Fora, 27/01/1920, p. 1. (BMMM – Setor de Memórias)

JORNAL “O LAMPADÁRIO” - Órgão Oficial da Diocese de Juiz de Fora. (1930 – 1940). (BMMM – Setor de Memórias)
 Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. *Jornal do Comércio* – 7 de setembro 1822-1922. (BMMM – Setor de Memórias)

2. Livros, artigos, teses e dissertações

- AGULHON, Maurice. *Pénitents et Francs-Maçons de l'ancienne Provence – Essai sur la sociabilité Meridionale*. Paris: Fayard, 1984.
- AZEVEDO, Célia M. Marinho. Maçonaria: História e Historiografia. *Revista USP*, São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez-fev/96-97.
- AZZI, Riolando. *Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora (1830-1950)*. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.
- BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 –1910)*. Campinas: Ed Unicamp, 1992.
- _____. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- BENIMELLI, J. A.; CAPRILE, G.; ALBERTON, V. *Maçonaria e Igreja Católica: ontem, hoje e amanhã*. 4.ed. São Paulo: Paulus, 1998.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. A carta pastoral de Dom Justino e o “Juramento de Fidelidade à Igreja”: controle do rebanho face às ameaças do “lobo voraz” espírita! In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado. *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora, Centro da Memória de Igreja de Juiz de Fora, EDUFJF, 2001.
- CEFAI, Daniel. Expérience, culture et politique. In: _____. (dir) *Cultures Politiques*. Paris: PUF, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A "Europa dos Pobres": A Belle-Epoque Mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. *A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- CORRÊA, Eliane Machado & SILVA, Simone Santos de Almeida. A religiosidade nas origens do espaço urbano juizforano: petições e despachos para ereção de capelas em devoção a Santo Antônio. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000.
- ESTEVES, Albino & LAGE, Oscar Vidal Barbosa. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.
- FERENZINI, Valéria Leão. Aspectos Culturais e Religiosos dos Imigrantes Alemães e Italianos no Contexto da Romanização em Juiz de Fora (1894 – 1920). In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- JACOB, Margaret. *Living the Enlightenment: Freemasonry and Politics in Eighteenth-Century Europe*. New York: Oxford University Press, 1991.
- LESSA, Jair. *Juiz de Fora e seus Pioneiros (Do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: UFJF / Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil*. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo: EDUFJF/EDITEO, 1994.
- MIRANDA, Beatriz V. Dias. “O Bem Morrer”: Religiosidade popular e organização social. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000.
- MOREIRA, Ziéde C. Herança Medieval. In: *Nossa História*. Rio de Janeiro, Editora Vera Cruz, editada com o Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional, ano 2, nº 20, junho 2005, p. 16-17.
- MORELL, Jordi Canal. El concepto de sociabilidad en la historiografía contemporânea (Francia, Itália Y España). *Siglo XIX: Nueva Época*. Num. 13, enero-junio de 1993.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, vol. 2.
- NAVA, Pedro. *Baú de Ossos*. 11 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial; São Paulo: Giordano, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- OLIVEIRA, Paulino. *Companhia Mineira de Eletricidade*. Juiz de Fora: Tipografia Lar Católico, 1969.
- OLIVEIRA, Simone G. de. A Igreja Católica e o século XX: Impasses entre a tradição e os tempos modernos registrados no Primeiro Congresso Católico Mineiro. In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000.
- PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004. (Coleção Estudos – Ensaio)
- _____. Orientações episcopais por meio de escritos pastorais: circular reservada de Dom Silvério Gomes Pimenta (1919) e carta pastoral de Dom Justino José de Sant’Ana (1949). In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF / Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000.
- PESSOA, Fernando. *As Origens e a Essência da Maçonaria*. São Paulo: Landy Editora, 2006, pp. 57-58. (Coleção Novos Caminhos)
- PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. 4 ed. São Paulo: Paulus, 1982.
- RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- SILVA, Wellington Teodoro da. O Catolicismo Militante em Juiz de Fora (História e Oralidade). In: MIRANDA, Beatriz V. Dias & PEREIRA, Mabel Salgado (orgs.). *Memórias Eclesiásticas: Documentos Comentados*. Juiz de Fora: Editora UFJF /

- Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Cehila – Brasil – Núcleo Minas Gerais, 2000.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Vozes Maçônicas na Província Mineira (1869-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
- VASCONCELLOS, Jayro Boy. *A Fantástica História da Maçonaria*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1999.
- VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. 2 ed. Brasília: UnB, 1981.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ZAGHENI, Guido. *A Idade Contemporânea – Curso de História da Igreja IV*. São Paulo: Paulus, 1999.

ANEXO 1

MATRÍCULA GERAL DOS IR.: DA BEN.: AUG.: RESP.: LOJ.: CAP.: FIDELIDADE MINEIRA. OR.: JUIZ DE FORA. 1873-1922

Décadas de 1870 a 1910:

Total de inscrições nesse período: 469

a) Idade com que ingressaram na ordem:		
Idade	Número de membros	%
20 a 29 anos	78	16,63%
30 a 39 anos	174	37,10%
40 a 49 anos	62	13,22%
50 a 59 anos	40	8,53%
60 a 69 anos	1	0,21%
Mais de 70 anos	3	0,64%
Sem especificação de idade	111	23,67%
Total	469	100,00%

b) Estado Civil dos membros quando ingressaram na ordem:		
Estado Civil	Número de membros	%
Solteiros	140	29,85%
Casados	279	59,49%
Viúvos	16	3,41%
Sem especificação	34	7,25%
Total	469	100,00%

c) Profissão dos membros quando ingressaram na ordem:		
Profissão	Número de membros	%
Advogados	23	4,90%
Agricultores	3	0,64%
Alfaiate	2	0,43%
Aposentado	1	0,21%
Arquiteto	1	0,21%
Artistas	53	11,30%
Barbeiros	5	1,07%
Boticários	4	0,85%
Caixeiros	3	0,64%
Comerciantes	67	14,29%
Cônsul	1	0,21%

Dentistas	2	0,43%
Despachante	1	0,21%
Diretor de Colégio	1	0,21%
Empregados	3	0,64%
Empregados públicos	20	4,26%
Engenheiros	11	2,35%
Escritor	1	0,21%
Estudantes	2	0,43%
Farmacêutico	1	0,21%
Fazendeiros	24	5,12%
Fotógrafo	2	0,43%
Guarda-Livros	12	2,56%
Industrial	4	0,85%
Jornalista	1	0,21%
Lavrador	1	0,21%
Marmorista	2	0,43%
Mecânico	1	0,21%
Médicos	7	1,49%
Militares	7	1,49%
Músico	1	0,21%
Negociantes	117	24,95%
Operários	11	2,35%
Ourives	2	0,43%
Padre	1	0,21%
Pastor (metodista)	1	0,21%
Pintor	2	0,43%
Pregador (Evangélico)	1	0,21%
Professores	2	0,43%
Proprietários	9	1,92%
Relojoeiro	1	0,21%
Sapateiro	5	1,07%
Secretário da Câmara	1	0,21%
Sem especificação de profissão	36	7,68%
Solicitadores	2	0,43%
Tabelião	1	0,21%
Viajantes	10	2,13%
Total	469	100,00%

d) Residência dos membros quando ingressaram na ordem:

Cidade	Número de membros	%
Juiz de Fora	378	80,60%
Rio de Janeiro	16	3,41%

Rio Novo	5	1,07%
Simão Pereira	5	1,07%
São José do Rio Preto	4	0,85%
Lima Duarte	3	0,64%
Mar de Espanha	3	0,64%
Paraíba do Sul	3	0,64%
Barbacena	2	0,43%
Ouro Preto	2	0,43%
São João Del Rey	2	0,43%
Bahia	1	0,21%
Entre Rios	1	0,21%
Guarará	1	0,21%
Itabira do Campo	1	0,21%
Leopoldina	1	0,21%
Petrópolis	1	0,21%
São João Nepomuceno	1	0,21%
Sem especificação de residência	39	8,32%
Total	469	100,00%

e) Religião dos membros quando ingressaram na ordem:

Religião	Número de membros	%
Católicos	305	65,03%
Protestantes	55	11,73%
Evangélicos	1	0,21%
Sem especificação	108	23,03%
Total	469	100,00%

Obs.: A partir de 1900, ingresso de imigrantes na loja.

f) Presença de imigrantes na loja:

Nacionalidade	Número de membros	%
Alemães	3	5,56%
Árabes	1	1,85%
Belgas	1	1,85%
Franceses	1	1,85%
Italianos	11	20,37%
Norte-americanos	1	1,85%
Portugueses	36	66,67%
Total	54	100,00%

ANEXO 2

**MATRÍCULA GERAL DOS IR.: DA BEN.: AUG.: RESP.: LOJ.: CAP.:
FIDELIDADE MINEIRA. OR.: JUIZ DE FORA. 1873-1922**

Décadas de 1920 a 1940:

Total de inscrições nesse período: 388

a) Idade com que ingressaram na ordem:		
Idade	Número de membros	%
20 a 29 anos	45	11,60%
30 a 39 anos	94	24,23%
40 a 49 anos	61	15,72%
50 a 59 anos	29	7,47%
60 a 69 anos	1	0,26%
Mais de 70 anos	2	0,52%
Sem especificação de idade	156	40,21%
Total	388	100,00%

Obs.: A partir de 1945, não há especificação de idade.

b) Estado Civil dos membros quando ingressaram na ordem:		
Estado Civil	Número de membros	%
Solteiros	53	13,66%
Casados	265	68,30%
Viúvos	5	1,29%
Sem especificação	65	16,75%
Total	388	100,00%

c) Profissão dos membros quando ingressaram na ordem:		
Profissão	Número de membros	%
Açougueiro	1	0,26%
Advogados	8	2,06%
Agricultores	3	0,77%
Alfaiate	9	2,32%
Aposentado	1	0,26%
Arquiteto	1	0,26%
Artistas	2	0,52%
Bancário	5	1,29%
Barbeiros	1	0,26%

Carpinteiro	3	0,77%
Comerciantes	145	37,37%
Construtor	2	0,52%
Corretor	1	0,26%
Dentistas	5	1,29%
Desenhista	1	0,26%
Eletricista	3	0,77%
Empregados	19	4,90%
Empregados públicos	12	3,09%
Engenheiros	4	1,03%
Estudantes	1	0,26%
Farmacêutico	5	1,29%
Ferrovário	9	2,32%
Guarda-Livros	9	2,32%
Industrial	22	5,67%
Lavrador	1	0,26%
Marmorista	1	0,26%
Mecânico	1	0,26%
Médicos	1	0,26%
Mestre de Tecelagem	2	0,52%
Militares	39	10,05%
Ministro da Eucaristia	2	0,52%
Motorista	4	1,03%
Negociantes	10	2,58%
Operários	4	1,03%
Ourives	1	0,26%
Padeiro	1	0,26%
Pedreiro	1	0,26%
Professores	3	0,77%
Proprietários	1	0,26%
Sem especificação de profissão	37	9,54%
Tipógrafo	1	0,26%
Veterinário	1	0,26%
Viajantes	5	1,29%
Total	388	100,00%

d) Residência dos membros quando ingressaram na ordem:

Cidade	Número de membros	%
Juiz de Fora	331	85,31%
Rio de Janeiro	11	2,84%
Belo Horizonte	3	0,77%
Ceará	2	0,52%

Matias	2	0,52%
Fortaleza	1	0,26%
Lima Duarte	1	0,26%
Petrópolis	1	0,26%
Sapucaia	1	0,26%
Sem especificação de residência	35	9,02%
Total	388	100,00%

e) Religião dos membros quando ingressaram na ordem:

Religião	Número de membros	%
Católicos	176	45,36%
Protestantes	16	4,12%
Evangélicos	2	0,52%
Sem especificação	194	50,00%
Total	388	100,00%

Obs.: A partir de 1944, sem especificação de religião.

f) Presença de imigrantes na loja:

Nacionalidade	Número de membros	%
Alemães	6	10,34%
Árabes	2	3,45%
Egípcios	1	1,72%
Franceses	1	1,72%
Italianos	9	15,52%
Portugueses	36	62,07%
Romênio	1	1,72%
Sírio	2	3,45%
Total	58	100,00%

ANEXO 3

MATRÍCULA GERAL DOS IR.: DA BEN.: AUG.: RESP.: LOJ.: CAP.: FIDELIDADE MINEIRA. OR.: JUIZ DE FORA. 1873-1922

Décadas de 1870 a 1910:

Considerações sobre os estrangeiros:

Total de membros estrangeiros até 1918: 54 membros

a) Profissão:

Prof./Nac.	Portugueses	Italianos	Alemães	Francês	Árabe	Belga	Norte-americano
Alfaiate		1					
Comerciante	24	3	2	1	1		
Emp. públ.	1						
Engenheiro						1	
Fotógrafo	1						
G. Livros	1						
Industrial	1						
Marmorista		2					
Mecânico			1				
Negociante	2	1					
Operário	2	1					
Pastor							1
Pintor		1					
Sapateiro		1					
Viajante	4	1					
Total	36	11	3	1	1	1	1

b) Religião:

Rel./Nac.	Portugueses	Italianos	Alemães	Francês	Árabe	Belga	Norte-americano	Total	%
Católicos	27	8	2	1	1			39	72,22%
Metodista							1	1	1,85%
S/ especific.	9	3	1			1		14	25,93%
Total	36	11	3	1	1	1	1	54	100,00%

ANEXO 4

MATRÍCULA GERAL DOS IR.: DA BEN.: AUG.: RESP.: LOJ.: CAP.: FIDELIDADE MINEIRA. OR.: JUIZ DE FORA. 1873-1922

Décadas de 1920 a 1949:

Considerações sobre os estrangeiros:

Total de membros estrangeiros até 1918: 58 membros

Rel./Nac.	Portugueses	Italianos	Alemães	Árabes	Sírios	Francês	Romênio	Egípcios	Total	%
Católicos	23	9		1	1				34	58,62%
Metodista	1		4						5	8,62%
S/ especif.	12		2	1	1	1	1	1	19	32,76%
Total	36	9	6	2	2	1	1	1	58	100,00%

ANEXO 5

**PERFIL PROFISSIONAL DOS MAÇONS
LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA
Décadas de 1870 a 1910:**

Profissão	Número de membros	%
Negociantes	117	24,95%
Profissionais Liberais*	82	17,48%
Comerciantes	67	14,29%
Artistas, pintores, escritores e músicos	57	12,15%
Agricultores e fazendeiros	27	5,76%
Funcionários públicos	21	4,48%
Empregados**	18	3,84%
Viajantes/Caixeiros	13	2,77%
Proprietários	9	1,92%
Militares	7	1,49%
Industriais	4	0,85%
Solicitadores	2	0,43%
Estudantes	2	0,43%
Padre	1	0,21%
Pastor (metodista)	1	0,21%
Pregador (evangélico)	1	0,21%
Tabelião	1	0,21%
Aposentado	1	0,21%
Cônsul	1	0,21%
Diretor de colégio	1	0,21%
Sem especificação de profissão	36	7,68%
Total	469	100,00%

* Profissionais Liberais	Número de membros	%
Advogados	23	28,05%
Alfaiate	2	2,44%
Arquiteto	1	1,22%
Barbeiros	5	6,10%
Boticários/Farmacêuticos	5	6,10%
Dentistas	2	2,44%
Despachante	1	1,22%
Engenheiros	11	13,41%
Fotógrafo	2	2,44%
Guarda-Livros	12	14,63%
Jornalista	1	1,22%
Médicos	7	8,54%
Ourives	2	2,44%
Professores	2	2,44%
Relojoeiro	1	1,22%
Sapateiro	5	6,10%
Total	82	100,00%

** Empregados	Número de membros	%
----------------------	--------------------------	----------

Empregados	3	16,67%
Lavrador	1	5,56%
Marmorista	2	11,11%
Mecânico	1	5,56%
Operários	11	61,11%
Total	18	16,67%

ANEXO 6

**PERFIL PROFISSIONAL DOS MAÇONS
LOJA MAÇÔNICA FIDELIDADE MINEIRA
Décadas de 1920 a 1940:**

Profissão	Número de membros	%
Comerciantes	146	77,66%
Profissionais Liberais*	54	28,72%
Militares	39	20,74%
Empregados**	36	19,15%
Industriais	22	11,70%
Funcionários públicos	12	6,38%
Negociantes	10	5,32%
Ferroviário	9	4,79%
Bancários	5	2,66%
Viajantes/Caixeiros	5	2,66%
Artistas/desenhistas	3	1,60%
Agricultores	3	1,60%
Ministro da Eucaristia	2	1,06%
Mestre de Tecelagem	2	1,06%
Proprietários	1	0,53%
Estudantes	1	0,53%
Aposentado	1	0,53%
Sem especificação de profissão	37	19,68%
Total	188	100,00%

* Profissionais Liberais	Número de membros	%
Advogados	8	14,81%
Alfaiate	9	16,67%
Arquiteto	1	1,85%
Barbeiros	1	1,85%
Boticários/Farmacêuticos	5	9,26%
Construtor	2	3,70%
Dentistas	5	9,26%
Eletricista	3	5,56%
Engenheiros	4	7,41%
Guarda-Livros	9	16,67%
Médicos	1	1,85%
Ourives	1	1,85%
Pedreiro	1	1,85%
Professores	3	5,56%
Veterinário	1	1,85%
Total	54	100,00%

** Empregados	Número de membros	%
Carpinteiro	3	8,33%
Corretor	1	2,78%
Empregados	19	52,78%
Lavrador	1	2,78%
Marmorista	1	2,78%

Mecânico	1	2,78%
Motorista	4	11,11%
Operários	4	11,11%
Padeiro	1	2,78%
Tipógrafo	1	2,78%
Total	36	100,00%

ANEXO 7

**Vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora
pertencentes à Loja Maçônica Fidelidade Mineira
1853 – 1950***

Período de 1853 - 1856:		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0104	Pedro Maria Halfeld	01/06/1873

Período de 1857 – 1860		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0043	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	01/06/1873
0048	José Caetano de Moraes e Castro	01/06/1873
0002	Anthero José Lage Barbosa	01/06/1873

Período de 1861 – 1864		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0043	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	01/06/1873
0001	Avelino Rodrigues Milagres	01/06/1873

Período de 1865 - 1868		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0002	Anthero José Lage Barbosa (Presidente)	01/06/1873
0093	Marcellino de Assis Tostes	01/06/1873
0001	Avelino Rodrigues Milagres	01/06/1873
0049	José Moreira da Rocha	01/06/1873
0014	Christóvão Rodrigues de Andrade	01/06/1873
0043	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	01/06/1873

Período de 1869 - 1872		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0014	Christóvão Rodrigues de Andrade (Pres.)	01/06/1873
0001	Avelino Rodrigues Milagres	01/06/1873

Período de 1873 - 1876		
-------------------------------	--	--

* Cabe destacar que a Loja Maçônica Fidelidade Mineira só começou a funcionar no ano de 1870, portanto, anteriormente a essa data, os vereadores citados ainda não eram maçons, embora mais tarde tenham sido um dos membros instaladores da loja.

Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0026	Eduardo Teixeira de Carvalho Hungria	01/06/1873
0067	Ignácio Ernesto Nogueira da Gama	01/06/1873
0048	José Caetano de Moraes e Castro	01/06/1873
0050	José Corrêa e Castro	01/06/1873
0003	Agostinho Antônio Corrêa	01/06/1873

Período de 1877 – 1880		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0014	Christóvão Rodrigues de Andrade	01/06/1873
0051	Joaquim de Almeida Póvoas	01/06/1873
0093	Marcelino de Assis Tostes	01/06/1873

Período de 1881 – 1884		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0013	Bernardo Mariano Halfeld	01/06/1873

Período de 1884 – 1886		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0003	Agostinho Antônio Corrêa	01/06/1873
0002	Anthero José Lage Barbosa	01/06/1873

Período de 1887 – 1889		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0013	Bernardo Mariano Halfeld	01/06/1873
0093	Marcelino de Assis Tostes	01/06/1873

Período de 1892 – 1894		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0002	Anthero José Lage Barbosa (Presidente)	01/06/1873

Período de 1895 -1897		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0479	Augusto Carlos Álvares Pena	21/06/1883

Período de 1898 – 1900		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0246	Francisco Rodrigues de Almeida Novais	21/09/1895

Período de 1902 – 1904		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0361	José Rangel	23/12/1908
0246	Francisco Rodrigues de Almeida Novais	21/09/1895

Período de 1908 – 1910		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0479	Augusto Carlos Álvares Pena	21/06/1883

Período de 1919 – 1922		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0424	Pedro Marques de Almeida	23/06/1916
0469	Joaquim Simeão de Faria	17/09/1918

Período de 1923 – 1926		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0424	Pedro Marques de Almeida	23/06/1916
0469	Joaquim Simeão de Faria	17/09/1918

Período de 1927 – 1930		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0424	Pedro Marques de Almeida	23/06/1916

Período de 1947 – 1950		
Registro na Loja	Nome do Maçom	Data de entrada na Loja
0832	Irineu Guimarães	23/12/1943
1050	Joaquim Vicente Guedes	18/08/1953

Fonte: Quadro "Aug. e Resp.: Loja Maçônica Fidelidade Mineira (1870 a 1995 - 125 anos)
- Vereadores à Câmara Municipal de Juiz de Fora pertencentes à Loja".

ANEXO 8

**Percentual de Vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora
pertencentes à Loja Maçônica Fidelidade Mineira
1853 – 1950**

Período	Nº de Vereadores na Câmara	Nº de Vereadores Maçons	Percentual de Maçons
1853 - 1856	7	1	14%
1857 - 1860	9	3	33%
1865 - 1868	9	6	67%
1869 - 1872	9	2	22%
1873 - 1876	9	5	56%
1877 - 1880	9	3	33%
1881 - 1884	9	1	11%
1884 - 1886	9	2	22%
1887 - 1889	9	2	22%
1892 - 1894	15	1	7%
1895 - 1897	15	1	7%
1898 - 1900	15	1	7%
1902 - 1904	15	2	13%
1908 - 1910	15	1	7%
1919 - 1922	15	2	13%
1923 - 1926	15	2	13%
1927 - 1930	15	1	7%
1947 - 1950	15	2	13%

Período	Nº de Vereadores na Câmara	Nº de Vereadores Maçons	Percentual de Maçons
1869 - 1891	63	15	24%
1892 - 1950	240	13	5%

Fonte: Quadro "Aug. e Resp.: Loja Maçônica Fidelidade Mineira (1870 a 1995 - 125 anos) - Vereadores à Câmara Municipal de Juiz de Fora pertencentes à Loja".

ANEXO 9

Vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora pertencentes à Loja Maçônica Fidelidade Mineira Reeleitos ou Não (1853 - 1950)

Nome do Maçom	Mandatos	Período na Presidência
Agostinho Antônio Corrêa	2	-
Anthero José Lage Barbosa	4	1865 - 1868 e 1892 - 1894
Augusto Carlos Álvares Pena	2	-
Avelino Rodrigues Milagres	3	-
Bernardo Mariano Halfeld	2	-
Christóvão Rodrigues de Andrade	3	1869 - 1872
Eduardo Teixeira de Carvalho Hungria	1	-
Francisco Rodrigues de Almeida Novais	2	-
Henrique Guilherme Fernando Halfeld	3	-
Ignácio Ernesto Nogueira da Gama	1	-
Irineu Guimarães	1	-
Joaquim de Almeida Povoas	1	-
Joaquim Simeão de Faria	2	-
Joaquim Vicente Guedes	1	-
José Caetano de Moraes e Castro	2	-
José Corrêa e Castro	1	-
José Moreira da Rocha	1	-
José Rangel	1	-
Marcelino de Assis Tostes	3	-
Pedro Maria Halfeld	1	-
Pedro Marques de Almeida	3	-

Percentuais

Total de maçons	21	100%
Total de maçons reeleitos	12	57%
Total de maçons que assumiram a Presidência	2	10%

Fonte: Quadro "Aug.: e Resp.: Loja Maçônica Fidelidade Mineira (1870 a 1995 - 125 anos)
- Vereadores à Câmara Municipal de Juiz de Fora pertencentes à Loja".

LISTA DE ABREVIATURAS

Aug:.	Augusta
Benef:.	Beneficência
BMMM	Biblioteca Municipal Murilo Mendes
BSSA	Biblioteca do Seminário Santo Antônio
CMIJF/AHPHOF	Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora / Arquivo Histórico
Padre	Henrique Oswaldo Fraga
Com:.	Comissão
Ir:.	Irmão
Iir:.	Irmãos
LMFM/MMFM	Loja Maçônica Fidelidade Mineira / Museu Maçônico da
Fidelidade	Mineira
Loj:.	Loja
Maç:.	Maçonaria
Maçon:.	Maçônica
Obbrs:.	Obreiros
Off:.	Oficina
Ord:.	Ordem
Pr:.	Prancha
Prof:.	Profano (s)
Resp:.	Respeitável
Subl:.	Sublime
Ven:.	Venerável
Viz:.	Visitante